

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação
Dissertação de Mestrado

ELIANE ANTÔNIA DE CASTRO

**A SUPERVISÃO NO ESTÁGIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL:
DILEMAS, CONTRADIÇÕES E AFETOS NO REAL DA ATIVIDADE**

Itatiba
2020

ELIANE ANTÔNIA DE CASTRO

RA: 002201801171

**A SUPERVISÃO NO ESTÁGIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL:
DILEMAS, CONTRADIÇÕES E AFETOS NO REAL DA ATIVIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Processos Formativos.

Orientadora: Prof. Dra. Daniela Dias dos Anjos.

Itatiba

2020

36.081 Castro, Eliane Antônia de.
C35s A supervisão no estágio do curso de serviço social:
dilemas, contradições e afetos no real da atividade / Eliane
Antônia de Castro. – Itatiba, 2020.
118 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Daniela Dias dos Anjos.

1. Serviço Social. 2. Serviço Social – Estudo e Ensino.
3. Formação Profissional. 4. Estágio Supervisionado.
5. Clínica da Atividade. I. Anjos, Daniela Dias dos. II. Título.



UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO

Eliane Antonia de Castro defendeu a dissertação "A SUPERVISÃO NO ESTÁGIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL: DILEMAS, CONTRADIÇÕES E AFETOS NO REAL DA ATIVIDADE" aprovada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco em 18 de fevereiro de 2020 pela Banca Examinadora constituída pelas professoras:

Daniela Dias dos Anjos

Profa. Dra. Daniela Dias dos Anjos
Orientadora e Presidente

Ana Paula de Freitas

Profa. Dra. Ana Paula de Freitas
Examinadora

Lavinia Lopes Salomão Magiolino

Profa. Dra. Lavinia Lopes Salomão Magiolino
Examinadora

A minha querida mãe Catharina, muitas saudades!

AGRADECIMENTOS

Jesus, José e Maria, presentes em minha vida!

A todos que estiveram comigo nessa caminhada!

Joyce Marim

Aylton

Patrícia e Claudinei

Daniela Dias dos Anjos

Ana Paula Freitas

Lavínia S. Magiolino

Atena

Themis

Muito obrigada!

CASTRO, Eliane Antônia. **A supervisão no estágio do curso de serviço social: dilemas, contradições e afetos no real da atividade.** Dissertação de Mestrado em Educação. 2020. Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

RESUMO

Este estudo, financiado pela Capes¹, insere-se na linha de pesquisa Educação, Sociedade e Processos Formativos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco e tem como objetivo analisar as condições e as contradições da realização da atividade do supervisor de campo do estágio obrigatório na formação profissional do assistente social. Tem como objetivos específicos: analisar a contribuição da Instrução ao Sósia para a reflexão da atividade do supervisor de campo; compreender quais as percepções que os supervisores de campo do curso de serviço social detêm acerca do estágio obrigatório; e aprofundar o diálogo sobre o significado do estágio supervisionado na formação em serviço social bem como os saberes gerados na atividade prática da supervisão de campo. O quadro teórico-metodológico do trabalho ancora-se na Clínica da Atividade, que propõe meios de agir sobre as relações entre atividade e subjetividade, indivíduo e coletivo. A técnica utilizada foi a Instrução ao Sósia desenvolvida por Oddone (1970) e ampliada pela Clínica da Atividade por Clot (2010), em razão de oportunizar um processo dialógico que permita aos sujeitos um confronto com sua prática profissional mediante o trabalho realizado por outros. O estágio supervisionado obrigatório está presente na profissão e tem no supervisor de campo a articulação entre o mundo do trabalho e o da educação, que se desenvolve sob os saberes gerados na atividade prática da supervisão de campo e a real contribuição para o discente. Durante o período de outubro de 2018 a fevereiro de 2019, foram realizadas entrevistas de Instrução ao Sósia com duas assistentes sociais, supervisoras de campo. Foram adicionados mais quatro encontros nos quais se oportunizaram reflexões pertinentes ao objeto da pesquisa, resgatando como concretizam o trabalho no cotidiano. Os resultados indicam que a Instrução ao Sósia favoreceu o reconhecimento da dimensão subjetiva do trabalho, possibilitando a reflexão sobre a prática vivenciada, indicando como as emoções e os afetos significam nas relações sociais, no processo de constituição do sujeito, podendo provocar e ressignificar o trabalho do outro e a concepção dos limites de seu saber-fazer-ensinar.

Palavras-chave: Serviço Social, Estágio Supervisionado, Clínica da Atividade, Formação Profissional.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - código de financiamento 001.

ABSTRACT

This study, financed by Capes², is part of the line of research Education, Society and Formative Processes of the Graduate Program in Education at the University of São Francisco and aims to analyze the conditions and contradictions of carrying out the activity of the field supervisor mandatory internship in the professional training of the social worker. Its specific objectives are: to analyze the contribution of instruction to the double to reflect on the activity of the field supervisor; understand what perceptions the field supervisors of the social service course have about the mandatory internship and; deepen the dialogue on the meaning of the supervised internship in social service training as well as the knowledge generated in the practical activity of field supervision. The theoretical-methodological framework of the work is based on the Activity Clinic, which proposes ways of acting on the relationships between activity and subjectivity, individual and collective. The technique used was the Instruction to the Sósia developed by Oddone (1970) and expanded by the Clinic of Activity by Clot. (2010), due to the opportunity of a dialogical process that allows the subjects to confront their professional practice through the work done by others. The mandatory supervised internship is present in the profession and has in the field supervisor the articulation between the world of work and that of education, which develops under the knowledge generated in the practical activity of field supervision and the real contribution to the student. During the period from October 2018 to February 2019, Instructional interviews were conducted with two social workers, field supervisors. Four more meetings were added in which reflections pertinent to the object of the research were offered, revealing how they carry out their daily work. The results indicate that the Instruction to the Sósia favored the recognition of the subjective dimension of the work, allowing the reflection on the experienced practice, indicating how the emotions and the affections mean in the social relations, in the process of constitution of the subject, being able to provoke and resignify the work on the other and the conception of the limits of their know-how-to-teach.

Keywords: Social Work, Supervised Internship, Activity Clinic, Professional Qualification

² This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|--|
| ABEPSS | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social |
| BPC | Benefício de Prestação Continuada |
| CEAS | Centro de Estudos e Ação Social |
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| CRESS | Conselho Regional de Serviço Social |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| FAPSS | Faculdade Paulista de Serviço Social |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| IS | Instrução ao Sósia |
| LOAS | Lei Orgânica da Assistência Social |
| PAIF | Proteção e Atendimento Integral a Família |
| PNE | Política Nacional de Estágio |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social |
| SP | São Paulo |
| SSU | Serviço Social Universitário |
| UFA | Unidade de Formação Acadêmica |

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os participantes da pesquisa e as atividades realizadas.....68

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1: Tarsila do Amaral – Segunda Classe, 1933..... | 99 |
| Figura 2: O Estágio supervisionado | 99 |
| Figura 3: Roda dos Expostos..... | 100 |
| Figura 4: Tarsila do Amaral – O Orfanato – 1935 | 101 |
| Figura 5: Michelangelo Buonarotti – Pietà – 1499 | 102 |
| Figura 6: O Trem – na sala de visitas..... | 104 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO – AO ANDAR SE FAZ O CAMINHO | 14 |
| INTRODUÇÃO | 20 |
| CAPÍTULO 1 – O SERVIÇO SOCIAL: HISTÓRIA E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS | 23 |
| 1.1 O Serviço Social no Brasil: da origem à contemporaneidade | 26 |
| 1.2 Projeto ético-Político da profissão..... | 32 |
| 1.3 A Questão social: nosso objeto de trabalho..... | 34 |
| 1.4 Formação e trabalho profissional | 37 |
| CAPÍTULO 2 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SEUS DESDOBRAMENTOS | 41 |
| 2.1 O estágio..... | 43 |
| 2.2 Princípios norteadores da realização do estágio | 47 |
| 2.3 A supervisão de estágio e o processo de formação | 50 |
| 2.4 A relação entre profissionais: supervisor acadêmico e supervisor de campo..... | 53 |
| CAPÍTULO 3 -A PESQUISA: CAMINHOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS..... | 60 |
| 3.1 A Clínica da Atividade | 61 |
| 3.1.1 A Instrução ao Sósia..... | 64 |
| 3.2 Os participantes da pesquisa..... | 66 |
| 3.3 A realização da pesquisa..... | 70 |
| 3.4 A infância e a velhice: os espaços e equipamentos de atuação | 71 |
| 3.5 A pesquisa com as colegas de profissão: o real da atividade | 77 |
| CAPÍTULO 4 – AS CONDIÇÕES E AS CONTRADIÇÕES DA ATIVIDADE DO SUPERVISOR DE CAMPO..... | 80 |
| 4.1. 1.º Eixo: complexidade do trabalho..... | 83 |
| 4.1.1. Viver a experiência de cada uma..... | 85 |
| 4.1.2 A supervisão de estágio em uma complexa profissão | 88 |

| | |
|--|------------|
| 4.2. 2.º Eixo: a inserção dos alunos no estágio e numa complexa profissão..... | 92 |
| 4.3. 3.º Eixo: afetos e emoções na atividade do supervisor de campo | 96 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 106 |
| REFERÊNCIAS | 111 |

APRESENTAÇÃO – AO ANDAR SE FAZ O CAMINHO

O presente memorial descreve minha vida pessoal e profissional neste cotidiano de viver e aprender e apreender. Não me imaginava aos 56 anos de idade relatar aqui minhas reflexões, meus momentos de alegrias, tristezas e, principalmente, de superações. De quando entendi que agora era comigo, já se passaram 37 anos, meu primeiro emprego, meu primeiro salário, minha formação profissional. O anúncio no jornal, ambiente profissional, a década de 80, o ano era 1981.

Máquina de escrever, máquina de somar, tudo isso fez parte de minha vida. Contudo, minha trajetória foi marcada por muitos desafios, por muito empenho, e por muitas oportunidades que após esse iniciar seguiu na área da saúde, recentemente na docência e agora no ingresso no Mestrado na área da Educação. Neste caminhar, a vida se revelou com muitos sentidos para cada movimento vivido. Minha trajetória como fui, como estou. A vida me moldando, produzindo sentidos, me constituindo e reconstituindo como sujeito, com os sentimentos, com as experiências que adquiri e que ainda me afetam.

Assim, “[...] as narrativas (auto) biográficas não são, apenas, descrições ou interpretações de acontecimentos pessoais, mas constituem uma ação social por meio da qual o indivíduo retotaliza sua trajetória de vida e sua interação com o social [...]” (FERRAROTTI, 1988, p.17-34).

Nasci no mês de maio, mês das noivas, outono. Na cidade onde nasci, Itapira, SP, é mês de festa, “a festa de maio” tradicional, em homenagem aos negros e a São Benedito.

Sou a primogênita de mais dois irmãos. Minha mãe não pôde me amamentar. Assim, tive uma mãe de leite, negra, que, até meus 12 anos, esteve presente em minha vida. Minha avó contava que eu chorava muito e então o médico disse à minha mãe que eu precisava de leite materno, e dona Benedita pode me amamentar. Lembro-me de sua bondade, mãe de muitos filhos.

Quando criança, a gente não sabe o quanto de significativo e simbólico este ato passa a representar em nossas vidas. Agora, em minha maturidade, fico imaginando o quanto dona Benedita deve ter se confidenciado comigo apenas no olhar e com as demais crianças que ela amamentou, soube que foram muitas. Ao encontro muito casual com uma de suas filhas nos reconhecemos como irmãs de leite, e as memórias foram inevitáveis. Então deixo aqui minha eterna lembrança e agradecimento à “Dona Benedita”.

Minha infância foi marcada por muitas brincadeiras de rua. Éramos uma turma

grande, todos quase na mesma idade. Os vizinhos mais velhos reclamavam todo dia, pois brincávamos muito, de passa anel, saquinhos de areia, e não menos as paquerinhas que já se afloravam com a brincadeira de beijo, abraço ou aperto de mão! Maranhão (que não era pipa). Eu corria atrás do meu irmão, queria aprender soltar maranhão, e meu irmão se envergonhava de ter que me ensinar.

A sensação quando aprendi foi igual a que tive quando, depois de muitas tentativas, para não dizer de uns dois anos, consegui me equilibrar numa bicicleta, tentativas estas escondidas, na casa de minhas primas, no quartinho onde elas a guardavam. Era muito bom. Minha mãe adorava nos fantasiar para o carnaval, fui bailarina, baiana, índia, cigana. Ela se realizava, e as fantasias passavam de prima em prima.

Nossa família era bem simples, morávamos com a minha avó materna e sua irmã mais velha, que não quis se casar com o pretendente que o pai havia escolhido, preferiu ficar solteira. Minha mãe era a filha mais nova, se casou e se encarregou de cuidar de ambas. Crescemos escutando muitas histórias, a de Santo Antônio, era a minha preferida, quantas e quantas vezes minha avó tinha que contar essa mesma história, nossa, que saudades!

Minha mãe nos educou de forma realista, compreensível, pois era mulher batalhadora, desde muito cedo e com muitas responsabilidades. Da escola, saudades da professora Dona Helena Baena que gostava da minha letra, e de seu Fenízio Marchini, que soube elevar minha autoestima.

Meu ingresso na vida escolar foi tumultuado para mim e para minha avó que precisava ficar horas comigo na escola. Passado esse período de adaptação, me tornei uma boa aluna. Iniciei meus estudos com a Dona Clarice, em sua casa, era uma espécie de escola reforço, para aqueles alunos que não se adaptavam à rotina escolar.

No segundo ano primário, fui para o grupo Escolar Dr. Júlio Mesquita, já adaptada às regras escolares, me tornei aluna exemplar, pois a professora Helena me estimulava nos ditados, e ir à lousa (minha caligrafia era bonita) também era um troféu pra mim, assim fui sendo estimulada para o processo de aprendizagem.

No ginásial fui uma aluna mediana e, no colegial, hoje ensino médio, passei a estudar no período noturno, período predominantemente de alunos oriundos da classe trabalhadora, pessoas com outro repertório. Os professores eram os mesmos, mais já no terceiro turno de trabalho eles eram amigos, compreensíveis e estimuladores.

Quando adolescentes, meu irmão e eu tivemos que ajudar minha mãe a cuidar da avó e da tia já anciãs, não era fácil, principalmente no inverno. Fui morar em São Paulo, com 18 anos, junto com a minha prima, para fazer cursinho e tentar entrar numa faculdade “do

governo”. Fui cursar Biologia em uma faculdade privada, concluí a licenciatura, mas não consegui ir adiante para o bacharelado, minha mãe adoeceu, foi um período de difícil enfrentamentos, então, somente aos 27 anos retornei com a decisão madura de cursar Serviço Social e o fiz por ter tido a oportunidade de ter uma assistente social próxima à minha mãe nas horas em que eu não podia estar com ela.

Fui conhecer a profissão de perto, quis saber o que estaria estudando, quais disciplinas eu teria nesta formação, e me identifiquei. Tive a oportunidade de começar a estagiar com prof. José Pinheiro Cortez, precursor do curso de Serviço Social no Brasil. Fui uma de suas últimas estagiárias no Serviço Social Universitário (SSU), da FAPSS.

Minha trajetória profissional se iniciou aos 19 anos na área da saúde. Eu comecei a trabalhar num ambulatório médico e me entusiasmei pela possibilidade de crescer profissionalmente. Despedi-me deste aos 36 anos.

Conquistei esse emprego de forma peculiar. Na entrevista disse que sabia fazer lançamento de notas fiscais em livro-caixa e sabia mesmo, pois o fazia para ajudar minha mãe, quando ela levava trabalho extra do proprietário do escritório de advocacia, em que atuava, para fazer em casa. Ele possuía uma fazenda, e minha mãe, para ter uma renda alternativa, organizava o livro-caixa das diversas atividades desenvolvidas na fazenda. Assim à noite, após cumprir a minha tarefa de casa – lavar a louça da janta ou passar roupa – eu ainda a ajudava, e não via a hora de crescer para começar a trabalhar.

Neste emprego, conheci pessoas que se tornaram importantes em minha trajetória profissional, me especializei, fiz pós-graduação, porém até então nesta mesma instituição, em que trabalhava, havia um ambiente familiar e afetuoso e eu queria me lançar no mundo. E esses 17 anos passaram muito rápido, porque, de fato, eu me identificava com o que fazia, mas sentia o desejo de conhecer outros ambientes de trabalho.

Finalizei minha trajetória profissional nesta instituição no dia 10 de abril do ano de 2000. Despedi-me de todos às 12 horas e às 13 horas, reiniciei então o tão esperado trabalho de consultoria numa clínica especializada. Às 16 horas, à espera de meu novo chefe, num novo ambiente, concluí que havia feito uma loucura, arrependimento total, e sem volta. Aí sim, estava só, sem ninguém, pois a perda da mãe e daquele ambiente anterior de trabalho resultaram em incertezas.

Minha mãe, mulher forte, guerreira, trabalhou arduamente para ajudar meu pai no sustento da casa. Em seu último trabalho, atuou no setor de faturamento de um hospital do município, era muito querida. A doença chegou, e ela se despediu aos 53 anos de idade e eu estava com 26. Foi muito triste, e recomeçar era necessário.

Estava só, o telefone já não tocava mais para saber se eu estava bem ou aquela ligação surpresa na semana para ambas escutarem a voz uma da outra. Era um alento. Segui a rigor seus ensinamentos. “*Seja uma boa funcionária, responsável, conquiste seu espaço, não dependa de ninguém*” e assim me tornei uma pessoa sistemática, metódica, e também usei destes artifícios para não mostrar a minhas fraquezas e fragilidades.

Especializei-me em saúde pública e administração hospitalar, em uma universidade pública e, a partir daí, minha carreira profissional tomou outro rumo, o interesse por números despertou um novo olhar para a saúde.

Gostava de analisar contas hospitalares, entender a dinâmica de um hospital, valores, indicadores, isso tudo foi se apresentando para mim e me lançava a trabalhos para melhorar meu salário. Como Assistente Social participei de muitas palestras em salas de espera, principalmente naquele período quando o HIV assolava o país. Orientei famílias em porta de UTI, vibrei com as crianças que nasciam sob os cuidados do nosso ambulatório, chorei com e por muitos queridos, suas histórias, suas escolhas, seu fim. E assim, por uma sucessão de idas, fui avançando no meu caminhar profissional.

Fui trabalhar numa comunidade carente de equipamentos públicos, engolida pelo sistema perverso. Foi uma experiência importante, profissional e pessoal, porque, neste território, vivi os contrastes da sociedade capitalista, a necessidade de construir rede de conexão entre escolas, associação de moradores, sociedade civil, fazer valer as políticas públicas naquele território.

Nesta interlocução, tornei-me pessoa conhecida na Instituição, atuava no departamento de Responsabilidade Social e, por conta das parcerias com as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, passei a compor equipes estratégicas, desenvolvendo projetos em rede, treinamentos, participando de cenários surreais para mim. Fui e não fui feliz, e optei por mudanças. Novamente a decisão de enfrentar novos olhares, novos espaços.

Neste novo desafio profissional, fui trabalhar num hospital-escola, com a responsabilidade de coordenar um dos departamentos que tinha por função complementar a verba através de uma Fundação. Permaneci ali por quatro anos, e sinto muitas saudades.

Nossa vontade, minha e de meu marido, era imensa em retornar para cidade natal na busca de qualidade de vida, mas também necessária, meu pai já com doença de Parkinson, e suas limitações.

De início, sentia falta da agitação da cidade de São Paulo, da minha identidade preservada, da minha liberdade. Foi um período de muitas indefinições profissionais, até que recebi um convite para participar das oficinas de Estágio em Serviço Social, na faculdade do

município. Desafio o qual desvelou uma nova realidade profissional. Estar em sala de aula. O sim aceito mais difícil que fiz em minha vida! A minha permanência nos encontros com os alunos vem marcando a minha história, diante de tanta superação diante dos novos conhecimentos e, em especial, das relações humanas. Mas como, se minha vida profissional foi permeada por essas relações?

Aprender a exercer o ofício de professora, executá-lo, de forma que os conhecimentos específicos se unifiquem ao conteúdo desenvolvido na academia. Ser parte integrante da formação de profissionais, reconhecer a necessidade de conhecimento metodológico. A formação profissional não se limita somente à experiência profissional adquirida!

Descubro que mudei, e agora tenho que aprender a lidar com as minhas limitações, com a idade que estou. O mestrado agora presente em minha vida, na área da Educação, não por almejar ascensão profissional, mas sim, por buscar novos conhecimentos, por compreender na docência as habilidades específicas, os estudos, os diálogos e outras interações que se estabelecem neste espaço pedagógico, nesta nova etapa de minha vida.

O tema para minha pesquisa emergiu da prática da supervisão de estágio em Serviço Social o qual tive a oportunidade de vivenciar nas duas esferas, como supervisora de campo e como supervisora acadêmica. Busco compreender o lugar que o supervisor de campo ocupa na formação, uma vez que esta atividade é concreta.

Minha orientadora, Professora Dra. Daniela, me apresentou a Clínica da Atividade, uma metodologia de pesquisa atraente, considerando que a atividade cotidiana do Supervisor Acadêmico e a do Supervisor de Campo se articulam entre o mundo da educação e do trabalho. A convivência com docentes e as novas amizades deste período têm me possibilitado não apenas ampliar conhecimento, mas sim, reconhecer esse novo momento em minha vida.

As quatro estações do ano passaram muito rápido, sentidas à flor da pele. Reflito o quanto este processo de descobertas tem uma estreita relação de amadurecimento e consciência do caminho percorrido até então. Compromisso com o cotidiano, preocupação em ler, escrever, fragmentos do meu olhar, constroem esse caminho em minha dissertação.

A Clínica da Atividade, uma nova inspiração, em conjunto a Benjamin, Ferraroti, Passegi, Nóvoa, Theodor Adorno, Foucault, Vygotski, Bahktin e tantos outros. Como é bom poder ter essa oportunidade!

A Instrução ao Sócio, neste encontro com o outro, compreender a dimensão espacial, as relações existentes, ressignificar o trabalho, rastros da importância de construir conhecimentos para a práxis pedagógica, com o qual o estágio supervisionado é fortemente

marcado.

Ao enfrentar questões que envolvem o trabalho sob a ótica do cotidiano, aprofundamente em sua processualidade no embate com a complexidade do real. Propus-me a discutir o estágio em serviço social a partir da perspectiva da clínica da atividade, experienciando o método de Instrução ao Sósia, o que possibilitou o diálogo com as supervisoras de campo, sujeitos dessa pesquisa, que compartilharam momentos de suas atividades quando acompanhadas de seus estagiários.

Foram cinco encontros, sendo que, no primeiro, foi realizada a Instrução ao Sósia e nos demais oportunizaram-se reflexões pertinentes ao objeto da pesquisa, resgatando como concretizam o trabalho no cotidiano.

Nestes diálogos, em vários momentos, as profissionais destacaram as emoções e os afetos presentes em suas atividades. Surpreendemo-nos, minha orientadora e eu, com a condução que a dinâmica da metodologia, através do método de Instrução ao Sósia, nos proporcionou na pesquisa.

Percorremos, então, o caminho, dialogando como as emoções estão interligadas na dinâmica da atividade laboral, como os afetos transformam o vivido em vivendo e vice e versa, como conduzimos através destes processos afetivos recursos históricos, pessoais, sociais, possibilitando conhecer os motivos que os originaram, e os significados que determinam suas intensidades nas expressões da questão social, objeto de nossa prática cotidiana.

Desta forma, os caminhos percorridos nesta dissertação se iniciam com a história de minha profissão, privilegiando suas raízes e suas bases conceituais.

Em seguida, apresento literatura sobre o estágio supervisionado no conjunto das políticas de formação profissional e estratégias pedagógicas. A partir desta contextualização, percorro o método, suas origens e concepções, mostro trechos mobilizados a partir dos diálogos estabelecidos com o real da atividade.

Daniela, Atena e Themis, obrigada, por tamanha generosidade em me apresentar este caminho, que se tornou grandioso nestas quatro estações.

INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta pesquisa relaciona-se à minha vivência como supervisora acadêmica na disciplina de estágio supervisionado no curso de Serviço Social. O exercício de supervisionar estágio se pauta em uma diretriz curricular estruturada em núcleos temáticos que são elementos fundamentais da formação na profissão.

Após anos de experiência na atuação como assistente social na área da saúde, vi-me com o desafio de formar novos profissionais. Neste novo percurso, adentrei na docência e, objetivando contribuir para o processo de formação, busquei na pesquisa o compromisso de refletir sobre o estágio diante da realidade em movimento.

Em meu memorial, reflito sobre minha trajetória, situações vividas, as mais significativas, que me conduziram a esta investigação. De acordo com que diz Passeggi (2011, p. 147), [...] “ao narrar sua própria história, a pessoa procura dar sentido às suas experiências e, nesse percurso, constrói outra representação de si: reinventa-se”.

Como atividade curricular obrigatória, o estágio se constitui num instrumento fundamental na formação do aluno, pois ele tem o intuito de capacitá-lo para o exercício profissional. Esse movimento aponta a responsabilidade de supervisionar estagiários, principalmente o assistente social que está em campo, no seu cotidiano de trabalho, uma vez que se assume o compromisso profissional em contribuir para a formação dos futuros colegas de profissão.

Esta dissertação tece considerações acerca do objeto de estudo que me acompanhou neste período: entender a realidade da atividade do supervisor de campo e compreender como os desafios enfrentados impactam o processo de formação profissional no âmbito do estágio obrigatório. Dessa forma, a minha expectativa sobre a temática estágio supervisionado me lançou para além da sala de aula, voltou-se para o cotidiano da prática, junto com as colegas que recebem o aluno no espaço sócio-institucional e que compartilham neste compromisso suas experiências.

Assim, parto da hipótese de que a supervisão de campo no estágio obrigatório em Serviço Social é uma atividade complexa dada a especificidade da profissão. Ao debruçar-me no estudo sobre a formação do assistente social e o exercício profissional, na relação aluno e supervisores, alguns questionamentos emergem: quais percepções os supervisores de campo do curso de Serviço Social detêm acerca de sua contribuição para o processo formativo? Quais saberes são produzidos na atividade prática da supervisão de campo?

O objetivo da pesquisa é analisar as condições e as contradições da realização da atividade do supervisor de campo do estágio obrigatório no Serviço Social e os desafios da profissão. Com esse propósito, a presente dissertação foi subdividida de acordo com os seguintes capítulos:

No primeiro, apresento a história e a formação profissional de minha profissão, suas raízes e bases conceituais, da vertente do conservadorismo à perspectiva crítica em Marx.

Discorro sobre a importância do projeto ético-político que nos orienta a enfrentar a questão social – nosso objeto de trabalho em um viés não capitalista em uma sociedade para além do capital, tecendo considerações sob as formas de precarização da vida social, a fragilização das relações de trabalho, compreendendo que a formação e o trabalho profissional nos possibilitam fazer uma leitura crítica da sociedade a partir das demandas requeridas.

No segundo capítulo, dedico atenção especial ao estágio supervisionado e seus desdobramentos. O estágio, presente desde a gênese da profissão, acompanha a sua história política e é um componente curricular obrigatório. Nele tem-se a tarefa de qualificar indivíduos a exercer a profissão.

São atividades reguladas, regulamentadas por normas, legislações e estabelece uma relação que envolve intencionalidade, articulada com saber consistente dentre as possibilidades e os limites das circunstâncias. Revela a responsabilidade que se insere no exercício da supervisão de estágio e as atribuições assumidas pelos supervisores de campo, dado o compromisso elegido em contribuir para a formação dos futuros colegas de profissão, tendo em conta que a supervisão de campo não é uma atividade obrigatória.

O terceiro capítulo compreende o método investigativo, os caminhos teóricos e metodológicos, seus procedimentos e os participantes da pesquisa. Utilizei para a produção dos textos analisados um método de pesquisa indireto, conhecido como Instrução ao Sósia, criado pelo pesquisador italiano Ivar Oddone nos anos de 1970 e desenvolvido pelo francês Yves Clot em seus trabalhos na Clínica da Atividade do Conservatório Nacional de Artes e Ofícios (CNAM) em Paris.

Nesse método, propõe-se ao trabalhador que oriente um sósia a realizar seu trabalho, de modo que os demais não percebam que houve uma substituição. Assim, a partir do relato das atividades, como pesquisadora, pude perceber que os dois participantes de minha pesquisa tiveram a possibilidade de tomar consciência de si e de seu agir ao verbalizá-lo.

No quarto capítulo, faço a análise dos dados em relação aos campos de estágio e às condições reais do trabalho no cotidiano do assistente social. Este capítulo foi organizado em

três eixos temáticos, sendo o primeiro direcionado para a complexidade do trabalho; o segundo inscreve a inserção dos alunos no estágio e numa complexa profissão; e o terceiro, aborda a questão dos afetos e das emoções na atividade do supervisor de campo.

A análise perpassa a maneira como os supervisores de campo executam seus papéis e como buscam compreender a sua contribuição no processo formativo do aluno do curso de serviço social.

A materialidade da supervisão de estágio é vivida e sentida de forma que a teoria e a prática se consolidem no lócus da aprendizagem, no entendimento do nosso objeto de trabalho, nas suas particularidades, nas múltiplas expressões que se desvelam em cada espaço sócio ocupacional onde se desenvolve o processo de trabalho do assistente social.

Procurei, nos diálogos com os sujeitos da pesquisa, os significados atribuídos por elas em seu cotidiano, considerando como eles se revelam e se movem para além do que está posto. Os significados atribuídos pelas supervisoras de campo se concretizam nas diversas realidades da atuação profissional e esta construção abrange o processo de ensino e aprendizagem nos campos de estágio.

Durante os diálogos, aprofundamos a necessidade de potencializar o aspecto coletivo de enfrentamento dos dilemas da profissão, bem como as experiências vividas, na supervisão de estágio e no processo de formação em serviço social.

Na busca por produções científicas que abordassem a afetividade na supervisão de estágio em Serviço Social, encontrei apenas na base de dados da PUC_SP, a dissertação *A formação do Assistente Social: a afetividade na supervisão de estágio*, de autoria de Mônica Maria Nunes da Trindade Siqueira, de 2006.

O presente estudo, cujo título é *A supervisão no estágio do curso de serviço social: dilemas, contradições e afetos no real da atividade*, ancorado na Clínica de Atividade, pretende abrir um caminho para outras produções científicas da área do Serviço Social dentro dessa metodologia e desse enfoque.

CAPÍTULO 1 – O SERVIÇO SOCIAL: HISTÓRIA E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Neste capítulo, trabalharei aspectos históricos da profissão para compreender a construção do estágio supervisionado, especialmente porque parto do ponto de vista de que o desvendamento do estágio em serviço social na contemporaneidade somente será possível se o compreendermos inserido no processo histórico que o forjou.

Optei por escrever o texto no gênero narrativo, pois a profissão incita o meu ser como pessoa, ora sou eu, ora está em mim, e ora pertencço a outras histórias e a outras vidas.

Durante o século XIX, o mundo sofreu uma série de mudanças. Com a inserção das indústrias na sociedade, emergiu um novo sistema de reprodução do trabalho e de produção das relações sociais, caracterizado pela posse privada de bens e meios de produção. Esse sistema, conhecido como modo de produção capitalista, “gera o mundo da cisão, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa” (MARTINELLI, 2011, p.54) e reproduz múltiplos problemas e desigualdades sociais para a população nele inserida.

A junção dessas desigualdades gera a denominada “questão social”, Consoante Iamamoto (2015, p. 28), “questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem”.

Para a classe burguesa, quaisquer formas de resistência e confronto da classe trabalhadora no capitalismo são consideradas como uma fraqueza do indivíduo de se inserir na sociedade, ou até mesmo falta de ajustamento à reprodução do trabalho coletivo. Com o surgimento da questão social, a classe burguesa elaborava ações que tinham como estratégia conseguir mecanismos para manter a ordem e o sistema vigente, verticalizando-as à caridade católica, gênese do trabalho social.

Estruturado pela igreja católica, as atividades sociais constituíam-se em ações sustentadas na caridade religiosa, para a fração mais empobrecida da população. Sendo, portanto, “o controle social da família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida” (FALEIROS, 2001, p.88). Neste contexto, o verdadeiro papel do trabalho social era de caráter assistencialista, com o intuito de ajustar o indivíduo às relações sociais e minimizar os conflitos entre as classes.

A profissão surgiu vinculada à igreja católica, sobretudo ao movimento da ação católica de leigos que se propunha ao processo de recristianização da sociedade. A gênese do

Serviço Social tem característica religiosa e conservadora, pautada na lógica metafísica, na filosofia tomista de São Tomás de Aquino conciliando fé e razão. Essa lógica se materializava através de ações caritativas, benemerentes, em busca da perfectibilidade humana, criando indivíduos perfeitos, à imagem e à semelhança de Deus.

A igreja católica tinha um papel fundamental de empenhar-se na reconstrução da sociedade, sua real intenção era diminuir conflitos, reafirmar o seu compromisso, promover a paz política, fazendo caridade para com os pobres.

O processo de surgimento do Serviço Social no Brasil, já foi objeto de inúmeras análises históricas. Sabe-se que ele está imbricado no amplo movimento social em que a igreja, buscando uma presença mais ativa no “mundo temporal”, avança de uma postura contemplativa para a recuperação de áreas de influências ameaçadas pela secularização e pelo redimensionamento do Estado. De fato, havia um “projeto de recristianização” da ordem burguesa, sob o imperativo ético do comunitarismo, com a hierarquia visando ganhar a classe operária na disputa com as influências comunistas e liberais - donde, pois, a relevância da “questão social” que a igreja enfoca fundamentalmente como questão moral. (IAMAMOTO, 1994, p. 91-92, grifos do autor).

Na contribuição de Yazbek (2009a, p. 145, grifo do autor)

É por demais conhecida a relação entre a profissão e o ideário católico na gênese do Serviço Social brasileiro, no contexto de expansão e secularização do mundo capitalista. Relação que vai imprimir a profissão caráter de apostolado fundando em uma abordagem da “questão social” como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimentos de suas necessidades materiais, morais e sociais.

Na década de 1930, com o processo de industrialização e a urbanização da sociedade, o Estado precisava de profissionais para apaziguar as expressões da questão social, manifestava-se, então, a obrigação de formar pessoas especializadas para desempenhar atividades de assistência social. Assim sendo, o Serviço Social institucionalizou, tornando uma profissão regulamentada para intervir, “legitimado pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes” (IAMAMOTO, 1994, p.93).

Surgiram neste período duas instituições assistenciais: a Associação das Senhoras Brasileiras, no ano de 1920, no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas, em São Paulo, no ano de 1923. Essas instituições nasceram dentro do movimento da igreja católica, atendendo às demandas provindas do processo de desenvolvimento capitalista.

O Serviço Social, pela sua origem ligada ao movimento católico, teve como modelo de ensino o ideário franco-belga, no pensamento de São Tomás de Aquino (sec. XII). De um curso realizado em São Paulo, por um grupo de moças religiosas da ordem Santo Agostinho e preocupadas com a camada mais empobrecida da sociedade, surge o Centro de Estudos e Ação Social - CEAS, considerado como início da profissionalização do Serviço Social.

As ações do CEAS ganharam importância, orientando as atividades para uma formação técnica especializada, com a finalidade de difundir a doutrina social da Igreja, assim, a origem do Serviço Social brasileiro se fundamentou nas ações da igreja católica diante das estratégias econômicas e políticas que dominavam o País e tinha como objetivo dar respostas à questão social, pautando-se num posicionamento moralizador diante das expressões da questão social.

Esse modelo, na profissão, vai do seu início até aproximadamente 1947, quando os assistentes sociais passaram a adotar de forma hegemônica o referencial norte-americano. O primeiro período, de inspiração franco-belga, é chamado de Doutrinário. Denominação utilizada principalmente por Yazbeck (1977), para identificar que a doutrina que dava sustentação tanto à formação quanto à ação profissional dos assistentes sociais brasileiros era a da Igreja Católica.

No início do século XX, em meados da década de 1910, a assistente social norte-americana Mary Richmond foi considerada a primeira profissional a sistematizar elementos afetos à assistência social e filantropia, dando condições para a consolidação do serviço social como profissão demandada na sociedade do capital.

Conforme Martinelli (2011, p.66), “as condições peculiares que determinaram a sua gênese como fenômeno histórico, social e como atividade profissional, marcaram o Serviço Social como uma criação típica do capitalismo”, pois a profissão serviu como um importante sistema de controle social³ até a construção do novo paradigma de profissão, qual seja a reconceituação que será discutida posteriormente.

Assim, o Serviço Social surgiu no modo capitalista de produção, transitando no seu contexto histórico como mecanismo para atenuar o conflito capital x trabalho, atendendo às

³ A expressão “controle social” tem origem na sociologia. De forma geral é empregada para designar os mecanismos que estabelecem a ordem social, disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais.

Na teoria política, o significado de “controle social” é ambíguo, podendo ser concebido em sentidos diferentes a partir de concepções de Estado e de sociedade civil distinta. Tanto é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade quanto para designar o controle da sociedade (ou de setores organizados na sociedade) sobre as ações do Estado.

demandas da classe dominante diante da resistência da classe trabalhadora, a qual beneficiava, auxiliava e favorecia os interesses dos trabalhadores.

1.1 O Serviço Social no Brasil: da origem à contemporaneidade

No início do século XX, o Brasil era o principal exportador de café e um dos principais exportadores de açúcar, passando a investir em sua industrialização interna com o objetivo de substituir as importações.

Segundo Carvalho (2006), o País vivia um momento de inquietação devido a diversos fatores, como a Grande Guerra, a Revolução Russa e os problemas derivados da quebra da bolsa de Nova York em 1929. Por mais que se esforçasse, o modo industrial não supria as necessidades básicas dos trabalhadores, as condições de trabalho eram precárias, e as altas jornadas aumentavam a exploração da classe operária, a qual não tendo alternativa de sobrevivência, começou a se organizar em defesa da melhoria destas condições, para garantir as necessidades essenciais de vida.

Foi na primeira metade do século XX, no governo Getúlio Vargas, que o Brasil começou a deixar a assistência “esmolada” e deu início à política de assistência social. É nesse contexto que está enraizada a origem do Serviço Social, e a classe burguesa passou a ver os trabalhadores como pertencentes a uma classe organizada e de direito.

Como conta Iamamoto (1994), nessa época o Brasil vivenciava grandes mudanças políticas, resultando, por exemplo, no aumento das desigualdades e na pobreza, pois se ampliava o número de pessoas que saíam das atividades camponesas, principalmente em razão do processo de industrialização, e migravam, sem habilidades, para os grandes centros, muitas vezes, tornando-se pedintes. Foi quando proliferou o número de crianças nas ruas, a prostituição e o uso de álcool. Sendo assim, a burguesia começou a se preocupar com as reivindicações da classe trabalhadora, que devido ao fortalecimento das lutas sociais, transferia ao Estado a responsabilidade de “lidar” com a questão social.

A profissão “se alicerça tanto no processo conservador de manutenção da ordem, como no processo renovador de mudança do comportamento em funções das normas de higiene social, controle bio-psíquico e recuperação dos indivíduos” (FALEIROS, 1999 p.13).

Era iminente o caráter assistencialista dos profissionais recém-formados, trabalhando na conscientização higiênica⁴, na melhoria do comportamento moral na sociedade e na inserção dos indivíduos na ordem social vigente.

A origem do Serviço Social brasileiro deu-se, portanto, em virtude das mudanças ocorridas no sistema de produção industrial. Com o aumento desta demanda, os trabalhadores passaram a se organizar e a reivindicar os seus direitos. Deste modo, com as lutas de classes e os movimentos políticos, a burguesia viu-se ameaçada, posto que os trabalhadores começavam a se organizar como classe e a colocar o sistema à prova.

Com essas ameaças, a burguesia passou a se preocupar e outorgou ao Estado a responsabilidade de manter os trabalhadores alienados. O Estado, por sua vez, especificamente no governo Vargas de 1930/1934, criou políticas de assistência aos proletários, as quais seguiam os rumos da ordem social vigente, desenvolvendo serviços de cunho conservador e clientelista.

A partir dos anos 1940, a questão social passou por transformações em decorrência do final da II Guerra Mundial. A intensificação industrial, os camponeses se incorporando ao proletariado, o intenso processo de urbanização, aliados ao crescimento das classes sociais urbanas, especialmente do operariado, exigiram respostas do Estado e do empresariado diante das necessidades da vida social nas cidades.

Em plena ditadura de Vargas em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e as grandes instituições que hoje conhecemos como sistema S – Sesi, Senai e Sesc, em território nacional, ampliando a visibilidade do trabalho do Assistente Social.

O processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil, como profissão, se beneficiou na era Vargas com esses elementos históricos conjunturais, e foi de extrema importância para a expansão das escolas de Serviço Social.

No ano de 1947, realizou-se, com a organização do Centro de Estudos e Ação Social (C.E.A.S.), o Primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social na cidade de São Paulo, no período de 20 a 27 de fevereiro de 1947, com a temática: Preparação ao II Congresso Pan-Americano de Serviço Social e os temas debatidos foram: “O Serviço Social e a Família”; “Serviço Social de Menores”, “Educação Popular e Lazer”; “Serviço Social Médico”; “O Serviço Social na Indústria, Comércio e Agricultura”; “Os Agentes do Serviço Social”.

⁴ A principal preocupação do postulado filosófico baseado no pensamento de São Tomás de Aquino era: noção de dignidade da pessoa humana; sua capacidade de desenvolver suas potencialidades; a natural sociabilidade do homem ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum. Este ideário filosófico da doutrina social da igreja católica unificou-se às ações de racionalismo higienistas, fortemente presente em partes da América Latina, na Argentina e no Chile, partindo principalmente da medicina, que se preocupava em assegurar assistência pública aos indivíduos sociais (AGUIAR, 1989).

Neste período ainda sob forte influência norte-americana na América Latina, a profissão buscou na psicanálise a sua fonte e se ajustou na ideia de ajuda psicossocial, integrando novas metodologias de intervenção em especial para o serviço social de caso e grupo. Ainda em 1947, formulou-se o primeiro código de ética da profissão, aprovado em 1948, revisado em 1965 até sua reelaboração em 1975, permanecendo vigentes as mesmas concepções filosóficas, abstratas como “bem comum e pessoa humana”, princípios estes constantes na encíclica papal *Rerum Novarum*⁵.

Com rápida ascensão, a profissão foi regulamentada no ano de 1957. Exigia-se neste período rigorosa especialização em políticas sociais além da formação técnica e adequada ao mercado de trabalho. Em meados dos anos 1960, iniciou-se, no interior do Serviço Social, um movimento de indagação de sua prática profissional, sobretudo com o processo de autocracia burguesa e com a ditadura militar. Vivenciava-se um significativo momento histórico de grande repressão em que os movimentos sociais saíam às ruas para lutar pela volta do regime democrático.

Este cenário fez o Serviço Social repensar a profissão. Assistentes sociais assumiam suas inquietações e questionavam o próprio método, a profissionalização, a ordem vigente caracterizada por um desenvolvimento excludente, subordinado à igreja católica, ao pensamento conservador, positivista até as primeiras leituras em Marx, interpretadas pelo pensamento de Althusser.

Foi nesse cenário que emergiu a reconceitualização do Serviço Social no Brasil e na América Latina. Especialmente no Brasil, o amadurecimento teórico- metodológico do Serviço Social deu-se a partir do período pós-ditadura, com repercussões de derivações do pensamento de Marx. Reconhecido como o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social, foi considerado por muitos autores como a grande tomada de consciência crítica da profissão em toda a América Latina, concebendo-se como um marco histórico na profissão.

O movimento de Reconceitualização do Serviço Social, emergindo na metade dos anos 1960 e prolongando-se por uma década foi, na sua especificidade, um fenômeno tipicamente latino-americano. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*. (IAMAMOTO, 2015, p. 205-206).

⁵ *Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários é uma encíclica escrita pelo Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rerum_Novarum

Para Netto (2005, p.12), “a principal conquista do Movimento de Reconceituação foi a recusa dos assistentes sociais em caracterizar-se exclusivamente em agentes técnicos executores das políticas sociais”.

Ainda, Netto (2005) afirma que o movimento de reconceituação fragmentou-se em três ciclos históricos, a saber, a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e o movimento de intenção de ruptura, tornando-se um movimento amplo e heterogêneo, pois cada tendência anteriormente apontada passou a ser muito diferente entre si.

O primeiro ciclo, a modernização conservadora, fundamentada especialmente pelos Seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), afastou-se da perspectiva religiosa, tornando-se laico, buscando a modernização do ponto de vista mais técnico, baseado em lógicas positivistas calcadas na perspectiva norte-americana, pois acreditavam ser um aporte para o desenvolvimento nacional mediante a situação econômica do País. O Serviço Social, ao se filiar a essa ideologia, viveu um momento significativo, porque se desvinculou de uma perspectiva religiosa.

A segunda vertente, reatualização do conservadorismo, evidenciada nos seminários de Sumaré (1978) e do Alto da Boa Vista (1984), configurou-se como um momento de retrocesso, pois os profissionais voltaram a atrelar a igreja à lógica fenomenológica, qual seja, um discurso pautado na lógica psicologizante, tendo no diálogo o agente transformador da realidade, que se dirige ao vivido humano e aos sujeitos em suas vivências.

Para essa perspectiva, ouvir os usuários seria dar ferramentas para que o indivíduo sozinho encontrasse a resolução de seus problemas na sociedade. Dentro desta concepção ideológica, o Serviço Social priorizava as significações da pessoa, do diálogo e a partir daí a transformação social destes sujeitos.

A terceira e última vertente foi emblemática, considerada um movimento de intenção de ruptura. Foi nesse momento que a profissão se aproximou de Marx, no entanto, as primeiras bibliografias, às quais os profissionais do Serviço Social tinham acesso naquele tempo histórico eram textos interpretados por outros autores que estudavam o viés marxiano.

A aproximação às fontes marxianas trouxeram diferentes compreensões como a de Quiroga (2000, p.138 *apud* TAVARES, 2013, p. 9, grifo do autor) que acentua,

[...] um Marx que agiganta a determinação do fator econômico como elemento único, gerador do desenvolvimento da sociedade; um Marx que supervaloriza o papel das classes, de sua luta, do significado do sujeito construindo sua história, desvinculado da base material que o sustenta; um

Marx que é “metodológico” na própria acepção positivista, ou seja, que se reduz ao método; um Marx atrofiado à sua dimensão de cientista social “investigador” da sociedade, desligado de sua convicção da necessidade de transformação desta.

Ao final dos anos 1970 e início dos anos 80, o Serviço Social apropriou-se de Marx por Marx, qual seja, os profissionais passaram a ter acesso aos textos produzidos pelo próprio Karl Marx.

A opção consciente de adotar o marxismo possibilitou a perspectiva crítica, e, portanto, o rompimento com o conservadorismo do ponto de vista político-ideológico, teórico e ético pelo referencial crítico, pautado pelo direcionamento e pensamento marxistas. A partir dessa aproximação, a profissão se reconheceu como classe trabalhadora, em defesa pelo segmento específico da classe trabalhadora.

Segundo Netto (2005), é impossível imaginar o Serviço Social crítico sem atrelá-lo a esta herança, mesmo tendo a convicção de que há pluralidade⁶ ideológica e teórica própria da diversidade em que é formada a categoria profissional.

Iamamoto (1994, p.206-7) partilha da análise de que o movimento de reconceituação foi “um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do serviço social e também desde seu início um movimento de denuncia de autocrítica e de questionamentos societários”. Ainda para Iamamoto (1994), o movimento de reconceituação trouxe a renovação do agir profissional, a busca de uma formação de qualidade, uma fundamentação teórica e cientificidade para a formação e o fazer profissional. Até os dias atuais repercutem possíveis derivações deste pensamento.

Foi na década de 1980 que a pobreza se tornou tema central, mediante as reformas neoliberais, a redução da autonomia nacional, as medidas econômicas e os ajustes fiscais que aceleraram os índices de miséria e pauperismo. Neste cenário, e na contramão das

⁶ O pluralismo, em nossa profissão, é fruto do processo de Renovação. Como sinaliza José Paulo Netto, é de 1960 a 1980 que surgem várias tendências teóricas no Serviço Social, as quais entravam em debate entre si, isto, no mesmo período que acontece o Movimento de Reconceituação da América Latina. Até então, não existia uma polêmica teórico-metodológica, portanto, não existia esse debate entre as diferentes tendências, que Netto denomina como “modernização conservadora”, “reatualização do conservadorismo” e “intenção de ruptura”. A partir do processo de renovação da profissão, o pluralismo passou a ser necessário.

É importante a diferenciação que Carlos Nelson Coutinho faz com relação ao pluralismo como fenômeno social e político, indispensável para uma sociedade democrática, e o pluralismo na produção de conhecimento, o qual deve ser tomado com cuidado para não cair no ecletismo ou na conciliação de questões que são inconciliáveis. Na organização da nossa categoria, devemos trabalhar com o pluralismo, já na produção de conhecimento, precisamos evitar reproduzir o ecletismo. Devemos conhecer todas as matrizes teóricas, mas é necessária a coerência teórico-metodológica. Neste contexto, o pluralismo se instaura como a necessidade de debate entre diferentes concepções de profissão e seus diferentes projetos.

transformações de ordem econômica, o Brasil instituiu na Constituição Federal, de 1988, o sistema de seguridade social.

Neste processo contraditório, o Serviço Social se viu confrontado com as modificações societárias no qual era desafiado a compreender e a intervir nas novas configurações da “questão social”. Na formação em Serviço Social, institui-se o compromisso de despertar no aluno a capacidade de analisar os processos sociais, as políticas sociais, pois elas se alteram e discuti-las no estágio é um compromisso da prática educativa, já que expressam a precarização do trabalho na sociedade capitalista contemporânea.

Alternativas privatistas e refilantropizadas são apontadas como novas estratégias programáticas relacionadas à pobreza e à exclusão social.

Nessa conjuntura, emergem processos e dinâmicas que trazem para a profissão novas temáticas, novos, e os de sempre, sujeitos sociais e questões como: o desemprego, o trabalho precário, os sem-terra, o trabalho infantil, a moradia nas ruas ou em condições de insalubridade, a violência doméstica, as discriminações por questões de gênero e etnia, as drogas, a expansão da AIDS, as crianças e adolescentes de rua, os doentes mentais, os indivíduos com deficiências, o envelhecimento sem recursos, e outras tantas questões e temáticas relacionadas à pobreza, à subalternidade e à exclusão com suas múltiplas faces. (YAZBEK, 2009b, p.13).

Já na década de 1990, a profissão sentiu os efeitos da flexibilização da economia e da apostasia dos direitos sociais. Como eixos articuladores, a seguridade social, a assistência social, a municipalização e a descentralização das políticas sociais tinham no assistente social a participação ativa na defesa de direitos e controle social das políticas públicas.

Ampliou-se seu campo de trabalho, demarcou-se sua atuação no terceiro setor e nos conselhos de direitos e disponibilizaram-se instrumentos como a mediação para o alcance de finalidades e voltou-se para a compreensão dos determinantes fundamentais do ser social.

No século XXI, presenciamos um crescimento acentuado das desigualdades sociais, tornando-se emblemáticas para a classe trabalhadora. Para Melatti (2016, p. 5), “na atualidade gerenciamos o caos, imersos em políticas sociais focalizadas e preconizadas”.

A paisagem social na contemporaneidade é tão complexa que exige do Serviço Social um debruçamento teórico-crítico profundo e compromissos éticos sólidos diante do desmonte

de direitos⁷ conquistados historicamente, que pulverizaram conquistas, sobretudo nas políticas sociais.

1.2 Projeto Ético-Político da Profissão

Foi no Congresso da Virada, em 1979⁸, que nasceu a construção do projeto ético-político da profissão, dividido em três dimensões, quais sejam: Código de Ética, Lei que regulamenta a profissão e Diretrizes Curriculares, avançando na defesa da classe trabalhadora.

Netto (1999, p. 104-105) explica nosso projeto ético-político e define que:

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central, a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas, daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

Na década de 1980, o País vivia um contexto histórico indefinido. Ao mesmo tempo em que ainda não era uma nova democracia, tampouco deixara de ser ditadura, o que dificultava o acesso às referências marxistas mediante outros interpretes, já que ainda havia pessoas perseguidas e torturadas em virtude da doutrina de segurança nacional.

O Serviço Social superou os equívocos interpretativos, tal como a a questão social ser resultado das escolhas pessoais, e, por consequência, pautou-se na análise do real, tratando as expressões da questão social, frutos da contradição capital x trabalho, e construindo, a partir deste contexto, a profissão. Foi no percurso da década de 1980 a de 1990 que o caráter político do projeto foi sendo construído, gestado dentro do processo de redemocratização.

Com ampla dimensão macrossocietária, propunha-se um novo modelo de sociedade com estratégias que poderiam contribuir para a construção de um novo horizonte social, um novo modelo de sociedade, dentro de uma perspectiva crítica justa, possível de enfrentar as expressões da questão social em um viés que não fosse capitalista, ou seja, uma sociedade

⁷ Perda dos direitos da classe trabalhadora com a adesão de uma política econômica que atende aos interesses de mercado financeiro em detrimento de políticas públicas. Retrocesso significativo que imprime acirrada desigualdade social.

⁸ O Congresso de 1979 constitui um marco de um processo histórico de renovação da profissão. “As críticas ao conservadorismo, ao capitalismo e à autocracia burguesa se desdobram no compromisso com a classe trabalhadora e nas transformações radicais da sociedade”. Começa dessa forma a construção do Projeto Ético-Político Profissional, que se orienta, entre outros princípios, por aquele que “situa a determinação fundante da desigualdade de classe na sociedade capitalista em seu cerne: a apropriação privada da riqueza socialmente produzida” (BOSCHETTI, I, 2009).

para além do capital. Propunha-se um modelo justo, igualitário com o qual nós, assistentes sociais, nos comprometemos.

Netto (1999) indica que os projetos societários apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclama determinados valores para justificá-la e que privilegia certos meios para concretizá-la. O autor afirma que esses projetos priorizam uma nova relação com os usuários dos serviços, tendo como componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, a democratização, a universalização e, sobretudo, a legitimização à participação dos usuários.

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático, considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas crítica e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. (NETTO, 1999, p. 16).

Concebido por valores éticos e políticos, por diretrizes e metodologias que estabelecem as competências profissionais, e comprometido com a historicidade e a consciência crítica diante da realidade e suas manifestações, o Projeto Ético-Político representa um conjunto de intencionalidades, que compõe as intervenções e as mediações realizadas nos vários espaços de atuação profissional.

O código de ética configura-se como um instrumento norteador da ação profissional, pois traz referências para a formação e para o exercício profissional, ao evidenciar a necessidade de competência do assistente social diante dos desafios e das contradições enfrentadas na realidade.

Nas diversidades e nos desafios enfrentados, o assistente social deve se pautar em uma formação comprometida com a realidade e atuar diante das demandas do cotidiano profissional, seguindo os princípios ético-políticos. Como discorre Iamamoto (2012, p. 172), “as necessidades sociais, fontes de nossas demandas”.

Assim,

As necessidades do homem como membro da sociedade não se tornaram necessidades interiores no verdadeiro indivíduo, mas permaneceram externas a ele, como necessidades da sociedade [...] se fossem necessidades interiores do homem, então não haveria necessidade de impô-las externamente. (MÉSZÁROS, 2002 *apud* BARROCO, 2006, p. 59)

1.3 A Questão social: nosso objeto de trabalho

Entendendo questão social, como todas as formas de precarização da vida social, específicas do modo de produção capitalista e produto de suas desigualdades expressas como pauperismo, violência, discriminação, preconceito, desemprego, subemprego, ela emergiu no século XIX com ascensão do capital industrial e do processo de urbanização.

Especificamente a expressão questão social, adveio para dar conta do fenômeno mais notório da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da onda industrializante, iniciada na Inglaterra no final do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo.

Netto (2001 p. 42) aponta que “era um fenômeno novo de uma nova dinâmica da pobreza que então se generalizava, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza”. Ainda no século XIX, embora a expressão “questão social” deixasse de ser usada, de forma silenciadora e distintiva, permaneceu no vocabulário tanto do pensamento conservador laico quanto do confessional.

No âmbito do pensamento conservador, a questão social deveria ser convertida em objeto de ação moralizadora e o seu enfrentamento estar vinculado a programas de reforma com vistas a preservar a propriedade privada dos meios de produção, assim, tratava-se de combater “as manifestações da questão social sem focar nos fundamentos da sociedade burguesa” (NETTO, 2001, p. 44).

Foi somente em 1867, que Marx, em seu primeiro volume de *O capital*, esclarece com rigor a dinâmica da questão social, sendo, portanto, no princípio geral da acumulação capitalista que tem se revelado a análise da questão social e sua complexidade, esta essencialmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital x trabalho: a exploração.

De acordo com Netto, (2001, p. 46)

a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos, a questão social não estava relacionada a problemas sociais que a ordem burguesa herdou com traços invariáveis da sociedade humana, mas sim, associada exclusivamente com a sociabilidade erguida sob o comando do capital.

No modo de produção capitalista, a riqueza é produzida coletivamente, mas a apropriação é privada e concentrada nas mãos de poucos. A consequência fundamental das relações sociais mediadas pela configuração da sociedade do capital é precisamente a questão social.

As expressões da questão social não são naturais como o modo de produção capitalista quer nos fazer compreender e interpretar; são construídas socialmente para atender aos interesses do capital, pela própria natureza do desenvolvimento do capitalismo.

O capital, para produzir lucros, necessariamente precisa, na mesma medida, construir a miséria, cuja mundialização do capital age com profundas repercussões na esfera das políticas públicas. Esse sistema produz um modo de alienação que também passa a ser interpretado como natural.

Marx nos levou a compreender que os fatos humanos mais primitivos ou primordiais são as relações dos homens com a natureza na luta pela sobrevivência, e que tais relações são as de trabalho, dando origem às primeiras instituições sociais. Assim, as primeiras instituições foram e ainda são as econômicas e suas inter-relações necessárias e práticas que uma sociedade produz.

Assim, a profissão Serviço Social tem como objeto de trabalho a questão social. Na contemporaneidade, o assistente social intervém por meio das políticas públicas sociais. Em relação ao Serviço Social na contemporaneidade, Iamamoto (2015, p. 27) entende que:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Com relação à riqueza coletiva e à apropriação privada, Iamamoto (2015, p.28) esclarece que,

os assistentes sociais trabalham nas suas mais variadas expressões cotidianas, já que a questão social, sendo desigualdade, é também rebeldia por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem. É em meio a essa tensão entre produção da desigualdade, produção da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados

nesse terreno movido por interesses sociais distintos, dos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Nossas intervenções direcionam-se para romper com a conseqüente exclusão dos indivíduos em sociedade.

Para Fontes (2017, p.53), na contemporaneidade, o capitalismo surge como um “escravismo moderno”. A uberização⁹ das relações de trabalho favorece vantagens para o Estado e para o mercado de trabalho, para as tecnologias digitais como centro de exploração e controle do trabalho, passando a ser considerada como uma nova forma de precarização com ilusórias possibilidades em detrimento às necessidades de sobrevivência.

Conforme Antunes (2018), o trabalho nasceu na história da humanidade como um valor, uma atividade vital, necessitamos dele para sobreviver, mas aos poucos foi se complexificando. Não somente a sobrevivência, mas a cultura, a arte e uma série de outras dimensões da vida humana vão exigindo um trabalho mais complexo.

Principalmente a partir da generalização da mercadoria e da constituição do capitalismo, o trabalho deixou de ser um valor para se tornar um dispositivo necessário para valorizar a riqueza daqueles que são proprietários, atingindo uma dimensão negativa, associado a custo. Cada vez mais os trabalhadores têm que trabalhar exclusivamente para sobreviver, perdendo o sentido autônomo e criativo.

O trabalho do século XX é marcado pela imagem de Chaplin no filme *Tempos Modernos*. No século XXI, o trabalho é digital, a vida e o trabalho se misturam e nasce uma espécie de escravidão digital. Antunes (2018) diz que, no mundo de hoje, o homem vive num processo de sujeição, desprovido de direitos, sem limites, sem metas, torcendo para ter trabalho. E é desta maneira que o mercado da informalidade torna-se real e legal o que, para Marx, se trata do exército industrial de reserva. É a massa sobrando, considerada super população relativa.

Na gênese da profissão, o Serviço Social intervinha no apaziguamento dos conflitos sociais, no entanto, contemporaneamente a profissão intervém criticamente junto a população para efetivar os direitos, tal como já mencionado.

Nestes termos, o Serviço Social atua no fortalecimento dos movimentos sociais e da publicização das expressões da questão social, tencionando o Estado para atender às demandas no processo de orientação e desalienação da população, possibilitando seu processo de conscientização e de reivindicação de direitos.

⁹ A uberização, na realidade, quer dizer a formação de uma multidão de trabalhadores autônomos que deixa de ser empregada, que se autogerencia, que arca com os custos e riscos de sua profissão. E que, ao mesmo tempo, se mantém subordinada, que tem seu trabalho utilizado na exata medida das necessidades do capital.

1.4 Formação e trabalho profissional

Sendo o Serviço Social uma especialização do trabalho coletivo na divisão sócio-técnica da sociedade, é importante mencionar que a formação profissional é um processo contínuo, de educação permanente e construção de saberes mediatizados pela prática social na qual se insere a prática profissional. Iamamoto (2015, p. 52) aponta que:

o grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social.

Embora no espaço acadêmico, o estudante de Serviço Social receba conteúdos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que norteiam a formação acadêmica, no processo de formação torna-se imprescindível compreender a conjuntura crítica da sociedade a partir das demandas requeridas por esta, fazendo a mediação, a singularidade e a totalidade, ou melhor, a demanda singular que se apresenta ao trabalho do assistente social é a representação do que há na conjuntura social.

A década de 1980 estimulou a produção de conhecimento e somos técnico-interventivos, porque analisamos os processos sociais sobre os quais incidem nossas ações. Convivemos cotidianamente com a violência doméstica, com a droga, com a discriminação por gênero, com a pobreza, a etnia e com tantas outras formas de exclusão, o que requer um sólido arcabouço teórico para efetivação de direitos.

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho neste momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos da história. (IAMAMOTO, 2015, p.49).

Por essa concepção, entendo que o principal desafio do processo de formação profissional é assegurar o projeto educacional de ensino-pesquisa e extensão, sem restringi-lo à mera transmissão de conhecimentos.

O acesso ao ensino superior de qualidade não é apenas desejável, mas sim, uma conquista a ser permanentemente pretendida, porque a massificação do ensino superior não pode significar perda de qualidade. Guerra (2010) aponta a atual fase da educação no Brasil como competitiva, aligeirada, submissa à economia, ganhando contornos associados ao compromisso do capital e com a política social em curso no País.

Disso resulta a formação de pobres profissionais que irão trabalhar com pobres, permitindo-nos inferir que a precarização da educação, que incide sobre a formação de assistentes sociais, baseia-se na mesma lógica de precarização das políticas sociais. Há uma afinidade entre o modelo de política social vigente (especialmente a política da educação superior) e o perfil do profissional para operá-la (assistentes sociais e educadores, dentre outros). No caso específico dos assistentes sociais, o barateamento da formação constrói o perfil mais adequado de profissional para “operar” as políticas sociais focalistas, precarizadas, assistencializadas e abstraídas de direitos sociais. (TINTI, 2015, p.82).

Novas são as frentes de trabalho que se apresentam na difícil complexidade da realidade social na contemporaneidade. Com o acirramento das desigualdades sociais neste século XXI, fenômenos como exclusão social, desemprego, violência, constituem-se em demandas com novas roupagens, para a intervenção profissional, exigindo uma redefinição nos parâmetros teórico-metodológicos, éticos e políticos para o Serviço Social.

O colapso das políticas públicas, a miserabilidade reflete as significantes transformações na atuação do assistente social e na formação profissional, exigindo alternativas reais e pontuais, capazes de responder às necessidades sociais.

Para Mota (1999, p.4), há de se “refazer teórica e metodologicamente o caminho entre a demanda e suas necessidades fundantes, situando-as na sociedade capitalista contemporânea com toda sua complexidade”.

O Serviço Social tem um papel específico no contexto da questão social, o que se desenha como um desafio vinculado à globalização e ao cotidiano da profissão. A inserção da tecnologia, o contingenciamento de recursos¹⁰ direcionados às políticas públicas apresenta-se

¹⁰ No artigo 90 da lei complementar de número 101, de 05 de maio de 2.000, contingenciamento é o mesmo que limitação de empenho. No empenho, tem-se o comprometimento de vincular a receita orçamentária com a despesa específica. Caso se constate que a receita obtida não irá comportar a obtenção de metas, ocorrerá o

como limite para uma intervenção profissional comprometida como as demandas da classe trabalhadora.

Com o processo de reestruturação produtiva na década de 1990, o neoliberalismo adotado no Brasil redefiniu suas ações; de um estado forte para um estado mínimo para o social, contraditoriamente há tão pouco tempo legitimadas na Constituição Federal de 1988 que estabelece no artigo 193 Título VIII – Da ordem social, capítulo I – Disposição Geral “a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem estar e a justiça sociais” (BRASIL, 1988).

Ao estabelecer a possibilidade de socialização da política em detrimento do seu processo de construção, a política de assistência social somente seria promulgada em 1993 e efetivada em 2004, quando passou a organizar as estruturas necessárias para a descentralização da política de recursos, havendo um avanço nos espaços de participação popular.

A redefinição do trabalho profissional diante das novas reorganizações das funções do estado demandam novas exigências no campo de atuação profissional do assistente social, principalmente no movimento de reestruturação das classes empobrecidas, em detrimento da busca e da efetivação de um novo projeto societário.

Na interpretação de Faleiros (1996), os desafios inerentes à profissão se exprimem num movimento incessante diante das mudanças econômicas, políticas em que configuram diferentes cenários e atores sociais. Assistimos cotidianamente à mudança, assim atores sociais, que faziam parte de um universo de trabalho, têm passado da condição de usuários dos serviços sociais para sujeitos de direitos.

Os pobres, as mulheres, os doentes, as crianças, os adolescentes que constituem os usuários dos serviços sociais estão se constituindo como sujeitos políticos, como cidadãos, participantes de pequenos e grandes movimentos específicos de sua categoria, diversificando seu processo de inserção social, mas também se consolidando como consumidores individuais de serviços sociais. (FALEIROS, 1996, p. 14).

A formação profissional tem a responsabilidade de garantir ao estudante a compreensão da profissão como um processo e as relações sociais nas quais ela se inscreve, permitindo que os ideários da desigualdade sejam desconstruídos, assim sendo, o pensamento abstrato torna-se essencial, porque nos permite refletir e agir.

O Serviço Social parte de uma concepção do mundo, uma linha de conduta ética e política, a qual nos ajuda a manter ou a modificar as maneiras de pensar e agir no tempo. Essas condutas são apropriadas de forma singular por cada sujeito e retornam à realidade via diferentes atividades, na medida em que as transformações forem se imprimindo no aluno.

. Esses elementos que compõem o desvendamento do próprio sujeito emergem no cotidiano do estágio, realizado de modo legitimado, que contempla a legislação e estabelece o compromisso dos profissionais, tanto do professor da Universidade como do supervisor do campo. Esse comprometimento torna-se essencial na qualidade do estágio e na dimensão da formação profissional, que a seguir discuto mais detalhadamente.

CAPÍTULO 2 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Meu objetivo neste capítulo é abordar o estágio supervisionado em Serviço Social bem como os desafios impostos na sua materialidade, na sua operacionalidade.

No conjunto das relações sociais essenciais no processo de formação em Serviço Social, a supervisão de estágio é um dos pilares do projeto ético-político na profissão. Ao iniciar esta análise, recorro aos apontamentos de Pimenta e Lima (2005, 2006) para quem “o estágio é um instrumento pedagógico que contribui para a superação da dicotomia teoria e prática”.

Como elemento curricular no campo do conhecimento, o estágio obrigatoriamente interage com a prática social e profissional, tornando-se um processo “que exige o conhecimento do objeto através de um caminho que começa no real” (LEWGOY, 2010, p.23).

O estágio se faz presente desde a gênese da profissão e acompanha a história política das condições que envolvem a categoria profissional. No Brasil, com o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social em 1936, o estágio tem se concretizado como processo de ensino-aprendizagem da prática profissional, das suas diversidades sociais. De acordo com Lewgoy (2010, p.65), “historicamente a supervisão de estágio corresponde a uma das atividades mais antigas de ensinar e aprender”.

A expressão “ensino da prática” vem carregada de um pensamento que desassocia aquilo que se faz daquilo que se pensa. Nesse mesmo sentido está a expressão “professor da prática”, utilizada equivocadamente pelos docentes para designar os assistentes sociais de campo. A superação dessa dissociação teoria-prática está no contexto da implementação das Diretrizes Curriculares, que contribuirá também para a ruptura com a tradicional crítica de desarticulação entre teoria e prática, conceituada como “falsos dilemas” ou “pseudoproblemas”. (LEWGOY, 2010, p.13, grifos do autor).

O momento do estágio sempre é muito esperado pelo aluno, pois é quando ele poderá vivenciar na práxis a teoria aprendida. “A teoria tem uma instância de verificação de sua verdade, instância que é a prática social e histórica” (NETTO, 2011, p.23). Neste processo, as experiências vivenciadas tornam-se únicas, exigindo reflexão e compreensão do processo em formação. Sendo assim, a práxis se apresenta nas multiplicidades das práticas sociais, a partir das diferenças de sua transformação e elaboração, permitindo ao aluno compreender as relações estabelecidas na dinâmica do trabalho.

Para Marx (1980, p.218-219), “o trabalho é a categoria fundante do ser social”, portanto condição natural e perdurável da produção da vida social e independente de qualquer forma de sociedade, por isso, considerado categoria ontológica, pois esta é central na vida dos homens. É nesta consciência que a formação desenvolve a criticidade de compreender a relação que permeia a práxis x categoria trabalho.

Este momento não se constrói apenas na formalidade de uma carga horária a ser cumprida, ao contrário é nesta vivência que se pode oportunizar a reflexão de que não há uma prática sem teoria, ou seja, a construção histórica da profissão permite reconhecer na sociedade que a categoria trabalho está permanentemente em construção como um elemento central das relações humanas que se estabelecem para a sobrevivência do ser humano.

Em minha experiência como docente, sobretudo na supervisão de estágio, a inserção na prática está para além da formalidade acadêmica. É um momento privilegiado de o aluno entrar em contato com as demandas das instituições e seus usuários. O debate diário entre supervisores e estagiários, entre a docência e o aluno, enriquece a formação, pois permite atribuir nas experiências vivenciadas a compreensão dos condicionantes socioculturais que se apresentam em seu tempo presente, qualificando este espaço de discussão.

Iamamoto (1992, p. 163) destaca que a formação “não se reduz a oferta de disciplinas que propiciam a titulação ao assistente social para responder a uma condição para sua inserção no mercado de trabalho”. Pelo contrário, trata-se de preparar profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado.

Assim, sob a perspectiva de Marx, a profissão só pode ser entendida pelo movimento histórico da sociedade, “sociedade que é produto das relações sociais, de ações recíprocas entre as classes sociais do processo complexo de reprodução da vida social” (YAZBEK, 2009a, p 01).

Trabalhamos com as transformações sociais desde a inserção da profissão no Brasil na década de 1930, década marcada por uma sociedade capitalista, industrial, urbana e ainda sobre a égide do pensamento da igreja. Piana (2008) reflete que nossa atuação foi e ainda é, neste século XXI, imbuída na ideia de fazer o bem.

Nosso cotidiano, e interlocução ainda se mantêm no desafio de conhecer e interpretar algumas conformações do capitalismo contemporâneo, constroem-se com a própria dinâmica da sociedade, especialmente sobre a desestruturação dos sistemas de proteção social. Iamamoto (2015, p. 20) afirma que “um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de

trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”.

O curso Serviço Social foi implantado como profissão de nível superior no Brasil em 1936, com a primeira escola no município de São Paulo. Atualmente, a profissão de assistente social está regulamentada pela Lei Federal n.º 8.662, de 07 de junho de 1993. Possui um Código de Ética próprio, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. em 30/03/93, pelo Conselho Federal de Serviço Social, e tem como órgãos fiscalizadores os Conselhos Regionais.

As atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996) (com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, de 08 de novembro de 1996) da antiga Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) expressam inúmeros avanços – dentre eles: o amadurecimento do significado social da profissão, a formação de um perfil profissional com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. “Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

Historicamente o curso de Serviço Social tem direcionado sua prática dentro de uma proposta ético-política e metodológica de contextualização sobre a desigualdade social e a implantação de políticas públicas para enfrentamento dessa questão, entre outras que se evidenciam no panorama social brasileiro.

2.1 O estágio

De acordo com a resolução CFESS n.º 533, de 29 de setembro de 2008, do Conselho Federal do Serviço Social, na forma da lei, o estágio é uma atividade curricular obrigatória, desenvolvida a partir da inserção do aluno no espaço sócio-ocupacional. Como parte integrante do processo de formação profissional, ao permitir ao aluno ter acesso ao seu futuro campo de atuação a partir de um contato direto com situações práticas, de atividades da prática profissional, e com consequente supervisão teórico-prática desde a primeira aula de supervisão, ele o prepara para o exercício profissional.

As estratégias de operacionalização do estágio no processo de formação profissional desde a sua concepção até sua concretização estão expressos na Política Nacional de Estágio PNE (ABEPSS, 2010) e remetem às exigências pedagógicas que envolvem as Unidades de

Formação Acadêmicas (UFA) , ao elaborarem suas respectivas políticas de estágio mediante projeto pedagógico do curso, desde que coerentes com toda a normatização e legislação em vigor, quais sejam, Lei Federal 11.788/2008 (BRASIL, 2008); Resolução CFESS 533/2008 (CFSS, 2008) , Diretriz Curricular (ABEPSS, 1996) e a PNE (ABEPSS, 2010).

Nas considerações de Buriolla (2008, p.13), “O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente”.

O estágio supervisionado obrigatório está previsto para ser realizado a partir de um percentual mínimo de 15% da carga horária mínima do curso, para que se materialize o processo de ensino-aprendizagem e ser articulado com os componentes curriculares e a dinâmica da atuação da assistente social nos espaços de intervenção. O Regulamento e o Manual do Estágio Supervisionado, além do suporte do supervisor Acadêmico, subsidiam os alunos.

As Diretrizes Curriculares, reforçadas pela PNE, propõem que a vivência no Estágio Curricular Supervisionado se inicie no quinto período com a Observação e com uma carga horária teórica de 60 horas com ênfase no desenvolvimento da escuta qualificada e da atividade do assistente social em seu espaço institucional seja público ou privado, e com mais 50 horas dedicadas a capacitá-lo para conhecer e compreender a dinâmica institucional, seu público-alvo, conhecer as atribuições privativas do assistente social, projetos desenvolvidos, segmento de atuação, equipe de trabalho entre outros.

O segundo período do Estágio Curricular Supervisionado se dá no sexto semestre, na disciplina “Supervisão de Estágio Acadêmico”. Essa disciplina tem uma carga horária teórica de 60 horas voltadas para oferecer um arcabouço teórico da instrumentalidade e dos instrumentos técnico-operativos e uma carga horária prática de 150 horas, quando ocorre, então, o segundo período de estágio supervisionado. A estratégia de trabalho e avaliação busca proporcionar aos alunos um conhecimento do campo de estágio, organograma institucional, regimentos e, ainda, intervenções tais como: triagem, visita domiciliar, registro em prontuários, desde que supervisionados.

É nesse período também que se iniciam as oficinas de supervisão, em consonância com PNE (ABEPSS, 2010, p.34). Elas têm o propósito de oferecer uma apropriação do conhecimento técnico-operativo, vinculado aos princípios éticos, teóricos e metodológicos. É para esse espaço pedagógico que os alunos trazem suas situações do campo, constituindo-se,

assim, um local de reflexão sobre a vivência, a escuta e a interpretação que fazemos quando olhamos para o sujeito e para o contexto de nossas ações.

O terceiro período do Estágio Curricular Supervisionado acontece no sétimo semestre, na disciplina “Supervisão de Intervenção Profissional”, a qual tem uma carga horária teórica de 60 horas, destinadas ao desenvolvimento teórico do ato de planejar como prática do trabalho e uma carga horária prática de 150 horas, quando se dá o terceiro período de estágio supervisionado, cuja estratégia de trabalho e avaliação busca o desenvolvimento de atividade prática teórico-metodológica de estágio nos espaços ocupacionais do serviço social, nas esferas pública e privada. Estudo de demandas em serviço social e a construção, e operacionalização do projeto de intervenção.

O quarto período do Estágio Curricular Supervisionado ocorre no oitavo semestre, na disciplina “Supervisão de Formação Profissional”. Essa disciplina tem uma carga horária teórica de 60 horas e carga horária prática de 100 horas de estágio supervisionado, cuja estratégia de trabalho e avaliação é voltada para as habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operacionais com relação a: análise institucional, compreensão das formas de organização da política setorial ante as expressões cotidianas da questão social, formas de organização nos processos de trabalho dos assistentes sociais, tendências da avaliação de políticas sociais, programas e projetos sociais.

A Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010, p. 29-31) estabelece que o estágio curricular obrigatório deve ser oferecido em diferentes níveis, distribuídos de forma equilibrada no decorrer dos últimos anos de integralização do curso. As atividades de campo não devem ultrapassar 30 horas semanais e ainda serem apresentadas de forma objetiva no projeto pedagógico dos cursos, diante de suas realidades e como deverá ser organizada a supervisão.

A supervisão no contexto pedagógico se reveste de particularidades de ambientes, de pessoas, que a partir deste processo, passam a impactar verdadeiramente no desenvolvimento das habilidades, quanto às aspirações destes alunos.

Um exemplo dessas particularidades evidencia-se logo na primeira fase do estágio de observação, momento bastante aguardado pelos alunos em função de seu interesse pela prática. A rigor, o estágio supervisionado curricular obrigatório tem como matéria-prima para os supervisores o processo de aprendizagem,

[...] este processo vai se afirmando diante da intencionalidade, da orientação, do acompanhamento sistemático e do ensino, na perspectiva de garantir ao

estudante o desenvolvimento da capacidade de produzir conhecimentos sobre a realidade com a qual se defronta no estágio e de intervir nessa realidade. (ABEPSS, 2010, p.17).

Desvela-se então o cotidiano profissional, o reconhecimento dos limites e as respostas profissionais nas diferentes organizações no enfrentamento das manifestações da questão social. Deste modo, a supervisão acadêmica, quer seja no debate teórico quer seja nas oficinas da prática profissional, compartilha desses espaços para discutir as práticas observadas, as dificuldades enfrentadas, as dúvidas surgidas, a afetividade presente, possibilitando reconhecer e debater os elementos constitutivos da profissão em seus espaços sócio-ocupacionais (ABEPSS, 2010, p.17).

De acordo com Lewgoy (2010, p.103 *apud* Reis, 2003, p.18), o estágio assim será “ponte real entre a universidade e instituições de trabalho profissional na formação profissional”. Compreender o aluno em suas expectativas, reconhecer as condições afetivas que surgem neste processo de aprendizagem, a construção de sua nova forma de ser, pensar, e de se relacionar, é o desafio que envolve os sujeitos diretamente envolvidos no processo de supervisão de estágio: os supervisores assistentes sociais dos campos de estágio e os supervisores professores.

Para adentrar a esse espaço, o aluno ainda encontra entraves como a oferta limitada de vagas, a conciliação com o horário de trabalho, e os documentos que possibilitam a inserção neste espaço mediante as premissas estabelecidas nas diretrizes curriculares privativas da formação.

Por experiências anteriores como supervisora de campo e agora supervisora acadêmica, passei a orientar os alunos a se organizarem antecipadamente, para poder conhecer as diversidades que se impõem à profissão. Como supervisora acadêmica, aprendi que é preciso conhecer o aluno em seus diferentes momentos, possibilitando contribuir com mais elementos para a sua formação, tais como: entender o perfil do estagiário requisitado para cada campo.

Há de se referenciar que, na formação em Serviço Social, o perfil predominante do aluno é oriundo da classe trabalhadora. Não como objeto específico nesta discussão, mas me permito aqui considerar que o aluno, ao adentrar nos campos de estágio, se depara com inúmeros desafios, por considerar que estes resultam em fragmentos por eles vividos. É um espaço em que as relações coexistem, e nos desafiam a promover o desenvolvimento profissional a partir dos exercícios sobre a prática vivenciada no estágio.

É neste momento que o estágio propicia contato direto com os usuários. As relações sócio-históricas que se estabelecem entre sujeitos se concretizam na vivência, no cotidiano institucional da supervisora de campo e nas situações trazidas pelos alunos para as oficinas da prática com a supervisora acadêmica.

Considerando-se tratar de um espaço de reflexão sobre a vivência do estágio tem-se no supervisor acadêmico o papel de facilitador na compreensão do processo de trabalho, e os diferentes níveis de intervenção social. É um processo de apropriação dos conhecimentos, até então, configurados na teoria e que se desvelam ao experienciar a natureza interventiva da profissão.

2.2 Princípios norteadores da realização do estágio

Formar profissionais, qualificar indivíduos a exercer uma determinada profissão são tarefas atribuídas às Instituições de Ensino Superior (IES), reguladas e regulamentadas por normativas e legislações.

O estágio em Serviço Social configura-se como momento do processo ensino-aprendizagem, articulado à dimensão pedagógica e ao atributo de ser teórico-prático (ABEPSS, 2010).

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Serviço Social (Resolução CFESS - Conselho Federal de Serviço Social n.º 533, de 29 de setembro de 2008), das 3.000 horas (carga horária mínima) do curso de Serviço Social, 450 horas são disponibilizadas para o estágio supervisionado curricular obrigatório, oferecido em diferentes níveis, totalizando entre 2 e 4 semestres, distribuídos de forma equilibrada, no decorrer dos últimos anos de integralização do curso. (ABEPSS, 2010, p. 29).

As demais 2.550 horas de formação estão distribuídas a partir da articulação de três núcleos de fundamentos, propostos pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, sustentando-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social.
2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e ao desenvolvimento urbano e rural em suas diversidades regionais e locais.

3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em serviço social e o estágio supervisionado.

Estes elementos norteiam a implantação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, e a proposta de formação profissional expressa total sintonia com a ordem social da profissão, a qual requer uma formação que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, permitindo uma intensa convivência acadêmica entre docentes, discentes e sociedade (ABEPSS, 1996).

As diretrizes, aprovadas em 08 de novembro de 1996, são:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABESS, 1996, p. 62)

De acordo com a lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), o estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho e visa à preparação para o trabalho produtivo de alunos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino superior, educação profissional, ensino médio, educação especial ou que estejam nos anos finais do ensino fundamental ou na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio supervisionado, componente curricular obrigatório do curso de Serviço Social, é pré-requisito para obtenção do grau acadêmico e, trata-se, portanto, de um procedimento didático-pedagógico que colabora no processo educativo-formativo dos alunos e é parte relevante das Unidades de Formação Acadêmicas (UFA).

Esses documentos destacam o caráter formador dos estágios, uma vez que os estágios favorecem ao aluno ter um contato direto com o seu futuro campo de trabalho, através da supervisão teórico-prática e dinâmica desde a primeira aula de supervisão.

Segundo o artigo 8.º da resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, durante o estágio as responsabilidades éticas e técnicas da supervisão direta são tanto do supervisor de campo, quanto do supervisor acadêmico, cabendo a ambos o dever de:

I. Avaliar conjuntamente a pertinência de abertura e encerramento de campo de estágio.

II. Acordar conjuntamente o início do estágio, a inserção do estudante no campo do estágio, bem como o número de estagiários por supervisor de campo limitado ao número máximo estabelecido no parágrafo único do artigo 3º, da resolução 533/08 do CFESS.

III. Planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio, estabelecer o cronograma de supervisão sistêmica e presencial, que deverá constar no plano de estágio.

IV. Verificar se o estudante estagiário está devidamente matriculado no semestre correspondente ao estágio curricular obrigatório.

V. Realizar reuniões de orientação bem como discutir e formular estratégias para resolver problemas e questões atinentes ao estágio.

VI. Atestar/reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário bem como emitir avaliação e nota.

Os estágios poderão acontecer desde que as instituições tenham condições de inserir o aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. De acordo com o artigo 2.º da Resolução 533/08, seu parágrafo único estabelece:

Para sua realização, a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da resolução CFESS número 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”.

Sendo o estágio um componente curricular integralizador do curso, de caráter obrigatório, sistematizado pelas diretrizes curriculares, este tem início a partir do quinto semestre, porque é nesse período que as disciplinas mais específicas da área privativa começam a ser cursadas pelos alunos.

A matriz curricular remete a um conjunto de conhecimentos indissociáveis e constitutivos da formação profissional, assim as disciplinas são agrupadas em ordem crescente de complexidade e aprofundamento, segundo os núcleos de fundamentos exigidos

pelas diretrizes curriculares nacionais, devendo caracterizar as bases processuais da formação acadêmica e profissional por meio de diversos processos relacionados à formação profissional, cultural e humanística dos alunos.

As atividades do estágio são supervisionadas, tendo em vista articular os diferentes componentes curriculares, possibilitando uma visão ampliada do conceito de sala de aula, superando a conformação tradicional e propiciando a efetiva participação do aluno no processo de aprender.

As disciplinas de ética profissional, fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social, serviço social interdisciplinar, serviço social e realidade regional, possibilitam que os alunos conheçam os fundamentos ontológicos da dimensão ético da vida social, bem como as referências teóricas que fundamentam historicamente o serviço social, as quais se constituem pré-condição para uma prática de intervenção social.

Ao mesmo tempo em que as disciplinas de serviço social e questão social, movimentos sociais contemporâneos, participação e controle social, monitoramento e avaliação em serviço social, no contexto de expansão da política de assistência social determinam o fazer profissional na elaboração de programas e projetos sociais no entendimento da diversidade das classes sociais. A fim de compreender as respostas dadas pelo Estado diante das demandas da questão social, há as disciplinas de política social, ação social junto à criança, adolescente e terceira idade, somadas à disciplina de projetos sociais no terceiro setor.

As disciplinas de observação orientada, supervisão do estágio acadêmico, supervisão de intervenção profissional e supervisão de formação profissional subsidiam a atividade prático-teórica, o estudo das demandas em Serviço Social, a operacionalização da práxis profissional através do supervisor acadêmico e supervisor de campo, ambos regularmente inscritos no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e em pleno gozo de suas atividades profissionais, no espaço sócio ocupacional configurado como campo de estágio e unidade de formação acadêmica, respectivamente.

2.3 A supervisão de estágio e o processo de formação

No Serviço Social, várias foram as formulações e as concepções para a prática de estágio que sempre estiveram presentes na formação desde a inserção da profissão no Brasil. Buriolla (2008, p. 20-21), em sua pesquisa sobre o supervisor e suas relações, considerou que a responsabilidade estava centrada na pessoa possuidora de conhecimentos e prática, “a

responsabilidade era de treinar o outro ao ensinar a fazer”. Essa concepção advém da própria etimologia da palavra supervisão, “visão sobre” o ato de supervisionar, de inspecionar e acompanhar um trabalho de outra pessoa.

Na contemporaneidade, o Serviço Social possui um conjunto de normatizações que indica que a supervisão de campo compõe as atribuições privativas da profissão. A resolução 533, de 29 de setembro de 2008 (CFSS, 2008), dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio e estabelece que somente os bacharéis em Serviço Social podem orientar estágios desta formação profissional, conforme artigo 1.º no parágrafo 5.º, bem como a Lei 8.662, de 07 de junho de 1993 (BRASIL, 1993), que regulamenta a profissão, sobretudo, nos artigos 4.º e 5.º que garantem a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica.

Estas normatizações permitiram uma maior visibilidade nas discussões e no processo formativo do aluno, uma vez que ele se reconhece na dinâmica da formação de sua identidade profissional. Para Buriolla (2008, p. 34), “o aluno em formação necessita ter uma referência em relação ao profissional do curso que escolheu que será o ponto de partida para se identificar, ou não, com a profissão”. Ainda,

[...] além do aspecto da matriz de identidade profissional concebe-se também a supervisão como um processo de ensino-aprendizagem, na medida em que a entende como um “ensino para a vida profissional”, como uma “preparação para a vida profissional”. Esta perspectiva de compreender a supervisão desvela uma concepção de ensino que não se restringe ao espaço acadêmico, mas à vida do aluno, denotando uma visão de totalidade deste mesmo aluno e do ensino. (BURIOLLA, 2008 p. 46, grifos do autor).

Diante dos diversos desafios na formação profissional, enfrentados na contemporaneidade, a supervisão extrapola o mundo acadêmico, e a educação passa a ser um “ensino compartilhado onde há uma relação horizontal, e que envolve uma relação de troca entre o supervisor e o supervisionado” (BURIOLLA, 2008, p.47).

Isso posto, enfatiza-se a importância do estágio supervisionado em Serviço Social como uma atividade curricular obrigatória, realizada no espaço socioinstitucional do assistente social e, por caracterizar-se como um componente da formação profissional, torna-se um dos seus elementos constitutivos, ou seja, não se esgota e se faz presente ao conhecer e interpretar o trabalho, a classe trabalhadora e a questão social.

Lewgoy (2010) aponta que o estágio é uma obrigação coletiva, mas individualmente a Instituição de Ensino Superior (IES) não pode obrigar a instituição a receber o estagiário. A

resolução privativa e a Política Nacional de Estágio (PNE) deixam explícito o protagonismo do supervisor de campo e suas atribuições no espaço de trabalho.

Sendo assim, denota-se a relevância do estágio supervisionado em Serviço Social por ser realizado no local de trabalho do assistente social e por caracterizar-se como um componente da formação profissional, uma exigência pedagógica curricular que permite articular os conteúdos que compõem as diversas disciplinas curriculares, cuja realização é imprescindível para a conclusão do curso de graduação.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) define o estágio como um:

[...] instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social [...]. (ABEPSS, 2010, p.11).

De acordo com Yazbek (2012, p.01), “a profissão e o conhecimento que a ilumina se explicam no movimento histórico da sociedade”. Sociedade que é produto das relações sociais de ações recíprocas dos homens entre si, no complexo processo de reprodução social da vida. Sob a ótica de Guerra (2000), os desafios contemporâneos exigem reflexões responsáveis e qualificadas da realidade social, sendo necessário compreendê-las e ressignificá-las, principalmente, no processo de ensino e aprendizagem, ao garantir a articulação constante da teoria com a prática.

Pesquisar e conhecer a realidade é sentir o próprio objeto de trabalho, logo, é na prática que vamos compreender a realidade da profissão e nos aprimoramos como profissionais.

Ser supervisor de estágio implica uma prática educativa, ético-política que envolve a emancipação do sujeito. Assim, ser supervisor requer uma intencionalidade, demanda uma perspectiva crítica, o que pressupõe compreender o significado social da profissão, suas diretrizes, o significado do estágio e da supervisão no processo de formação profissional. Cabe ao supervisor de campo sistematizar as atividades a serem desenvolvidas em consonância ao plano de estágio, articulando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

De acordo com Rios (2004, p. 63), a operacionalização do estágio é um compromisso do supervisor, articulado com “seu saber consistente e com as possibilidades e os limites das

circunstâncias”. Isto equivale tanto para a supervisão de campo como para a supervisão acadêmica, pois ambas estabelecem mediações permeadas pelos princípios e pelos pressupostos das Diretrizes Curriculares que constituem o processo de aprendizagem do aluno. Esses apontamentos transpassam o trabalho profissional dos supervisores de campo, dos espaços sócio-institucionais dos supervisores acadêmicos no âmbito das Unidades de Formação Acadêmica - UFAS e estão permeados pela conjuntura neoliberal que precariza as condições e as relações de trabalho nesses espaços.

Portanto, um dos desafios no processo de supervisão é a problematização e a superação da precarização do ensino superior, por isso concordo com Buriolla (2008) e Lewgoy (2010), quando dizem que o trabalho profissional se constitui matéria-prima da supervisão em Serviço Social, ou seja, é no processo de supervisão que se discute a realidade do trabalho profissional.

O conteúdo a ser discutido na supervisão é o próprio processo de ensino-aprendizagem atrelado à unidade teoria e prática, permitindo supervisor e estudante refletirem, planejarem, avaliarem sobre o trabalho profissional. Favorece o crescimento mútuo, uma vez que abre um espaço para trocas de experiências, para refletir acerca das ações desenvolvidas, no contexto amplo das relações sociais “É a relação do debate, mas é uma relação de saber!” (BURIOLLA, 2008, p. 82).

2.4 A relação entre profissionais: supervisor acadêmico e supervisor de campo

A supervisão acadêmica caracteriza a prática docente sob responsabilidade do professor supervisor que transita nos dois universos: o do aparato legal, que se faz necessário para analisar as situações reais e que requerem o trabalho do assistente social; e o do contato com o universo populacional e seus problemas reais. A supervisão de campo compreende o acompanhamento direto das atividades prático-institucionais do aluno pela assistente social – supervisora de campo.

Entre ambos – supervisor acadêmico e supervisor de campo – o processo de estágio se concretiza. Segundo a PNE (ABEPSS, 2010, p. 20-26, grifos meus) são atribuições do supervisor acadêmico:

- 1- Orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a política de estágio da UFA, inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional;

- 2- Orientar os(as) estagiários(as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os(as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio;
- 3- Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estagiários na UFA por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o supervisor de campo;
- 4- Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional;
- 5- Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos(as) estagiários(as), conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral;**
- 6- Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários e outras atividades que se fizerem necessárias, com os supervisores de campo na UFA para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta.
- 7- Acompanhar a trajetória acadêmica do(a) estagiário(a), no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de aprendizagem da UFA;
- 8- Fornecer, à coordenação de estágio ou órgão competente, os documentos necessários para compor o prontuário de cada estagiário;
- 9- Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos acadêmicos em cada nível de estágio;
- 10- Avaliar o estagiário emitindo parecer sobre sua frequência desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou à respectiva nota;
- 11- Encaminhar à coordenação de estágio, relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional.

Do supervisor de campo (grifos meus):

- 1- Comunicar à coordenação de estágio da UFA o número de vagas por semestre e definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente;
- 2- Elaborar e encaminhar à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFA o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade;
- 3- Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício profissional seja desempenhado com

qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário;

4- Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do(a) estagiário(a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada;

5- Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio;

6- Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio;

7- Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais e/ou grupais com os(as) estagiários(as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional;

8- Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do estagiário, juntamente, com o supervisor acadêmico; quando da avaliação semestral, emitir parecer e nota de acordo com instrumental qualitativo, construído pelo coletivo dos sujeitos e, fornecido pela coordenação de estágio da UFA;

9- Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágios da UFA, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado;

10- Encaminhar as sugestões e dificuldades à coordenação de estágios da UFA e contatar com os supervisores acadêmicos, Coordenador (a) de Estágios ou Coordenador(a) de Curso quando julgar necessário;

11- Manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário;

12- Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio da UFA;

13- Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágios e supervisão acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários;

14- Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio.

E dos estagiários (grifos meus):

1- Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio;

2- Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético político, no projeto pedagógico do curso e/ou nas normas institucionais do campo de estágio;

3- Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades;

4- Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos

supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades; e outras.

5- Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas;

6- Apresentar ao coordenador de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde;

7- Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional;

8- Reconhecer a disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social como processo e elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção constituam-se na promoção do acesso aos direitos pelos usuários;

9- Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como grupais, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade;

10- Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada.

Já a inserção e o encaminhamento do aluno ao campo de estágio são de responsabilidade das instituições de ensino e seus respectivos representantes, conforme estabelece a Resolução n.º 533/2008 (CFSS, 2008) em seu Artigo 1.º:

As Unidades de Ensino, por meio dos coordenadores de curso, coordenadores de estágio e/ou outro profissional de serviço social responsável nas respectivas instituições pela abertura de campo de estágio, obrigatório e não obrigatório, em conformidade com a exigência determinada pelo artigo 14 da Lei 8662/1993, terão prazo de 30 (trinta) dias, a partir do início de cada semestre letivo, para encaminhar aos Conselhos Regionais de Serviço Social de sua jurisdição, comunicação formal e escrita, indicando:

I- Campos credenciados, bem como seus respectivos endereços e contatos;

II- Nome e número de registro no CRESS dos profissionais responsáveis pela supervisão acadêmica e de campo;

III- Nome do estagiário e semestre em que está matriculado.

Para o fortalecimento e a realização das ações que envolvem a formação e a articulação com os responsáveis pelos campos de estágio, os objetivos e as estratégias que contemplam essa dinâmica se materializam de acordo com a concepção que professores, supervisores e alunos têm da prática profissional, dos espaços de trocas de experiências, da interlocução entre profissionais, quer seja na dimensão técnica ao apresentar os conteúdos, conceitos, quer na sensibilidade e na habilidade de construí-los com os estagiários o que, por sua vez, culmina no fortalecimento do projeto ético-político da profissão.

Assim, o processo de ensino e aprendizagem pressupõe a relação com o outro, ou seja, professor e aluno inseridos num contexto permeado de outras relações. E falar dessas relações no estágio nos possibilita criar condições para que o aluno compreenda que a aprendizagem é um processo necessário para o desenvolvimento de características que não são naturais, mas sim, formadas historicamente.

Lewgoy (2010, p. 105-106) discorre:

Neste sentido, o entendimento dos alunos e supervisores quanto às demandas e às situações particulares e singulares vinculadas aos processos sociais vigentes necessita ser contextualizado, desenvolvendo-se propostas de trabalho nos campos de estágio. Para esse propósito, a parceria do supervisor de campo é imprescindível, não só pelo requisito legal, mas pela exigência ético-política no alcance de tal objetivo. Portanto, o supervisor de campo não tem como atribuição apenas orientar e acompanhar ações dos estagiários numa dimensão técnica, como vinha sendo realizado, mas deve, também refletir e sistematizar as atividades realizadas pelos alunos, articulando as dimensões técnicas, política e teóricas, em consonância com o que a profissão hoje se propõe.

Preparar para a formação profissional implica compreender o significado social da profissão, seu desenvolvimento sócio-histórico, as demandas presentes na sociedade. Envolve um diálogo entre a teoria e a história, uma competência para decifrar o contexto social “onde se vivencia as experiências do cotidiano em que se inserem a formação e a profissão” (LEWGOY, 2010, p.60-61).

A PNE (ABEPSS, 2010), dentre os princípios norteadores para a realização do estágio, estabelece a indissociabilidade entre alunos, supervisores acadêmicos e campo. Há de haver uma ação conjunta, que integre um acompanhamento e uma avaliação do processo de ensino e aprendizagem, uma interdisciplinaridade que represente a vivência no espaço sócio-institucional, compartilhada com diferentes categorias profissionais num processo coletivo de trabalho.

Assim, esta relação se constrói a fim de atribuir um privilégio à ação, pois requer do estagiário experienciar a prática; e do supervisor de campo, transmitir sua experiência e renovar seus conhecimentos, havendo, portanto, um entrelaçar dessas relações que reúnem alunos e supervisores em desenvolvimento.

É oportuno destacar que a supervisão é uma atribuição privativa do assistente social. Tão somente ele pode orientar o estágio em Serviço Social. Tanto a lei federal como a PNE e

a resolução 533/08 reforçam a o caráter educativo e a perspectiva de uma interlocução qualificada, atribuídos à supervisão de estágio.

Para Lewgoy (2010, p.26), “estudar a formação e a sua multidimensionalidade sugere novas maneiras de pensar diante do contexto educacional as quais devem transcender a lógica comportamental e evolutiva”. Ao eleger as manifestações da questão social como objeto de trabalho, somos convidados a dialogar em tempo integral com a sociedade nesse sistema de relações construído pelos homens, “o produto da ação recíproca dos homens” (MARX *apud* NETTO, 2011, p.23)

Desta forma, o processo de aprendizagem requer dar sentido ao “desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejada gradativamente e sistematicamente” (BURIOLLA, 2008, p.13). O estágio supervisionado pode se tornar um objeto do pensamento, que permite desenvolver o poder de agir, em que se preveem a análise do cotidiano, a transformação pelo exercício diário da profissão, cujas novas formas de fazer vão desde compreender as diferentes maneiras de conceber e realizar o trabalho profissional até revitalizar os objetivos da profissão.

Neste enfoque, Cristofoleti (2015, p.54-55) pronuncia-se sobre os diferentes sentidos da própria relação de supervisão, o que falam os diferentes personagens envolvidos, a quem e com quem falam e como falam.

Compreender então as condições objetivas de trabalho dos supervisores envolve alguns aspectos que denotam atenção: a origem de nossas concepções e a forma como as exprimimos; o movimento contínuo no processo que relaciona pensamento e palavra; e as transformações que decorrem destes, considerando o meio social no qual os indivíduos atuam e pelo qual são influenciados.

Na sala de aula, apresentam-se os desafios que enfrentamos, ao assumirmos a função de supervisionar. As aulas de e sobre o estágio supervisionado se transformam num exercício de um pensar coletivo, destarte a construção da prática pedagógica se torne diária, diante da realidade, da diversidade em que essa profissão se insere.

Nossas respostas não estão contidas num manual, envolvemo-nos nos desafios cotidianos de uma sociedade com profusos dilemas, compartilhamos, na sala de aula e no espaço sócio-institucional, o caminho do ensinar a profissão em que a desigualdade latente torna-se a referência do processo de ensino e aprendizagem.

É nesta relação dialética, entre a teoria e a prática, que a experiência vivenciada, de forma concreta no estágio supervisionado, se constitui na socialização de um saber e do real significado da profissão.

Segundo Yamamoto (2001, p.55), uma das condições atuais para se garantir a formação profissional na dinâmica do nosso tempo é tentar desmistificar e “romper com a visão endógena do serviço social”, buscando entender como as transformações atingem e direcionam a atividade profissional, como as condições e as relações de trabalho se realizam e afetam as atribuições, as competências e os requisitos da formação do assistente social.

Uma vez que somos desafiados às novas conquistas diariamente, temos o compromisso de instigar no aluno os atributos de um profissional contemporâneo, de formar um perfil profissional propositivo, comprometido com a atualização permanente, observador, capaz de compreender como o trabalho na prática profissional se condiciona na relação entre Estado e a Sociedade Civil e como se mantêm a produção e a reprodução da vida social.

Por ter a questão social como objeto central, o Serviço Social é uma profissão interventiva na realidade.

Yamamoto (2002, p. 175) explica que,

mesmo que referendássemos a autonomia dos campos científicos das disciplinas das ciências sociais, o serviço social não surge como tendo prevalência o saber na sua função social. Surge sim, como um tipo de especialização do trabalho na sociedade que carrega em si um suposto de explicação da vida social como base para a ação, para a intervenção no processo social.

Assim, a supervisão de estágio é legitimada entre os sujeitos envolvidos, tanto os supervisores acadêmicos quanto os de campo que atuam diretamente no processo de formação profissional e na interlocução e na atribuição desta atividade de caráter obrigatório no ensino da profissão.

CAPÍTULO 3 - A PESQUISA: CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O contexto de uma prática pode ser uma história sobre um breve instante ou sobre uma grande transformação. Ao ser assistente social, transformamo-nos cotidianamente, vivemos histórias, lidamos com condições pessoais, econômicas, estruturais e sociais de um determinado grupo. É uma profissão interventiva, que atua no conjunto das desigualdades, ao promover o usuário como sujeito de direitos.

O Serviço Social se mostra uma área de conhecimento ampla e desafiante, sendo assim torna-se relevante fomentar a reflexão acerca do trabalho no espaço sócio- ocupacional e na socialização do conhecimento do assistente social. Faz-se imprescindível a partir do estágio obrigatório refletir acerca da compreensão do significado social da profissão e da amplitude desta no papel do supervisor de campo.

Dentre as várias possibilidades de diálogos, o estudo proposto foi de natureza qualitativa e teve como aporte teórico e metodológico a Clínica da Atividade, a ser mais detalhada a seguir.

O método utilizado nesta pesquisa – a Instrução ao Sósia – constitui-se num modo específico de acesso dos trabalhadores ao real da atividade, possibilitando, conforme Batista e Rabelo (2013, p.2), “o deslocamento das atividades para outros contextos e, conseqüentemente, para diferentes destinatários”.

De acordo com Clot (2010), a abordagem em clínica da atividade ultrapassa a dinâmica do trabalho realizado pela pessoa e procura desvelar os aspectos invisíveis que perpassam a atividade laboral, envolvendo leituras interdisciplinares.

Através da Clínica da Atividade, busca-se entender a dinâmica de ação dos sujeitos e do coletivo de trabalho. É preciso compreender para transformar. Clot (2010), em consonância à perspectiva vigotskiana sobre o desenvolvimento humano, indica que, analisando o próprio trabalho, o sujeito é propenso de transformação.

Aproprio-me do método de Instrução ao Sósia, desenvolvido por Yves Clot, para refletir com as assistentes sociais – supervisoras de campo – sobre como elas lidam com suas práticas no cotidiano, partilhando suas experiências com alunos em processo de formação profissional, os saberes que são mobilizados e construídos, a observação da realidade presente na efetivação dessa atividade.

3.1 A Clínica da Atividade

A Clínica da Atividade surgiu em 1990, tendo por objetivo “transformar as situações de trabalho, concebendo os trabalhadores como protagonistas dessa transformação” (ANJOS; SMOLKA; BARRICELLI, 2017, p.134).

Inserida no campo da teoria vigotskiana e fundamentada na filosofia da linguagem de Bakhtin, concentra seus estudos na experiência vivida pelo trabalhador, sua atividade profissional, seu modo de agir em situações concretas no cotidiano do trabalho.

Clot (2010, p. 226-227) propõe, teórica e metodologicamente, uma solução dialética na qual se supere a separação entre atividade e subjetividade, de modo a constituir uma unidade de análise em que esses dois termos estejam contemplados, intimamente relacionados: “de um lado, o risco de uma atividade sem subjetividade e, de outro, de uma subjetividade sem atividade. Podemos dizer que a clínica da atividade busca ultrapassar essa dificuldade”.

Ainda, de acordo com Clot (2010, p.33), a Clínica da Atividade profissional praticada demonstra interesse em discutir entre os sujeitos as relações estabelecidas nas situações de trabalho.

Para Clot (2010, p. 133), a Clínica da Atividade tem por função tornar-se um instrumento para ação dos próprios coletivos de trabalho, no qual este passa a ser um “objeto de pensamento” para análise de demandas. “O diálogo e a ordem psicológica oferecem o cenário em que os sujeitos se encontram a si mesmo e aos outros, assim como se defrontam suas histórias, contextos ambientais e circunstanciais”.

Trata-se então de uma contribuição metodológica para apoiar coletivos nos seus esforços em concentrar seu poder de agir no seu meio. Para Lima (2011), implica dizer que é a maneira como o trabalhador concebe a atividade, no sentido da ação, sobretudo nas suas relações com as emoções, com as cognições e com a afetividade em geral.

A intervenção em Clínica da Atividade, para Anjos, Smolka e Barricelli (2017, p. 134), tem como objetivo “propiciar a reflexão sobre a atividade e sua transformação pelo próprio trabalhador, pois são eles que estão mais bem posicionados para realizar a análise do trabalho e propor soluções, pois conhecem o *métier*¹¹. “

¹¹ O *métier* é uma espécie de instituição com várias vidas simultâneas e é isso que torna possível seu desenvolvimento na organização, e mesmo além da organização na sociedade (CLOT, 2017, p.20).

O pesquisador tem a função de instrumento para a reflexão do próprio trabalhador, e não se presta ao papel de um expert exterior, que analisa o trabalho e propõe soluções. A Clínica da Atividade considera que transformações duradouras no mundo do trabalho só podem acontecer na medida em que os próprios trabalhadores assumam a tarefa de protagonizar os processos de transformação. (ANJOS; SMOLKA; BARRICELLI, 2017, p.134).

Lima (2007) aponta os conceitos centrais que compõem o método desenvolvido por Clot, em *Clinica da Atividade: o real da atividade, o gênero da atividade e o estilo da ação*.

O real da atividade refere-se à atividade do indivíduo sobre si mesmo, uma vez que, para o autor, a atividade do trabalhador não é jamais mera reação. Consiste naquilo que pode ser feito, mas não se faz, as atividades suspensas, contrariadas, sem possibilidades de realização.

São variações e imprevisibilidades que, por vezes, se tornam imperceptíveis à habilidade do trabalhador.

Analisar a atividade em clínica da atividade implica em ter acesso ao real da atividade, que não se revela pela simples observação do comportamento realizado, mas considerando os efeitos da observação naquele que é observado, ou seja, considerando a produção de um diálogo interno, ou ainda a produção de uma atividade de pensamento sobre a atividade de trabalho. (CONCEIÇÃO; ROSA; SILVA, 2017, p.32).

Clot (2010) ainda distingue a atividade realizada do real da atividade sendo que a primeira é o que se faz e o segundo inclui o que não se pode fazer, no que se gostaria de fazer, o que poderia ter sido feito e mesmo no que se faz para não fazer aquilo que deve ser feito.

A atividade possui, portanto, um conteúdo cuja abordagem demasiado cognitiva da consciência, como representação da ação, priva de seus conflitos vitais. Ora, a existência dos sujeitos é tecida nesses conflitos vitais, que eles procuram reverter em intenções mentais para deles se desprenderem. A atividade é uma provação subjetiva mediante a qual o indivíduo se avalia a si próprio e aos outros para ter a oportunidade de vir a realizar o que deve ser feito. As atividades suspensas, contrariadas ou impedidas – até mesmo, as contra atividades – devem ser incluídas na análise. (CLOT, 2010, p. 104).

Ainda, segundo Lima (2007), o gênero da atividade é um sistema de instrumentos, coletivamente construído e que se encontra no interior da atividade individual. Trata-se de técnicas, formas de fazer estabelecidas, uma reorganização do *métier* pelo coletivo e dessa

forma pode ser compreendido como a parte subentendida da atividade, um estoque de possibilidades conhecido somente por aqueles que participam da mesma situação.

Conforme Lima (2007, p.101), Clot expressa que “não é o gênero que explica a atividade e sim esta que explica o gênero, e este não pode ser ‘ensinado’, pois é na atividade ao lidar com os obstáculos que o gênero é transmitido”. Sua manifestação, é sempre de forma indireta e se estabelece no cotidiano das atividades laborais e pelos enfrentamentos das adversidades.

De acordo com Clot (2010, p.122), o falar social, o gesto profissional e a estilização de técnicas corporais compõem um gênero de técnicas que circulam “no ofício e num dado meio profissional proporcionado uma arena de significações constituindo o toque social desse ofício”.

Para Anjos (2013), os trabalhadores impõem formas prescritas que são recursos para a ação, qual seja: preocupações e soluções partilhadas para enfrentar os dilemas do real da atividade. É uma maneira coletiva de digerir a prescrição oficial e de revitalizá-la, resgatando a história e a memória profissional, produzidas por aqueles que estão hoje no *métier*, suas formas de se comportar, de dirigir a palavra, de realizar uma atividade.

Assim sendo, o repertório dos atos aceitáveis ou deslocados criam condições para agregar práticas, que podem servir de recurso para a ação. Ainda Anjos (2013, p. 54) afirma que “na maior parte dos casos se trata de regras não escritas sequer enunciadas, mas que são conhecidas por aqueles que fazem parte do mesmo horizonte profissional”.

E finalmente o estilo da ação também um dos elementos que compõem a estrutura da Clínica da Atividade, conforme Lima, (2007, p. 101), emerge quando o trabalhador pode falar do *métier*, fazê-lo viver de forma plurivocal.

Clot (2010, p. 128-130) considera que,

O estilo é igualmente a distância que um profissional interpõe entre sua ação e sua própria história, quando ele a adapta e retoca, colocando-se à margem dela por um movimento, uma oscilação, aí, às vezes também rítmica – consistindo em se afastar dela. Em solidarizar-se e confundir-se com ela, assim como em desembaraçar-se dela, de acordo com as contínuas modificações de perspectivas que podem ser consideradas igualmente como criações estilísticas [...] o estilo é um misto que confirma a libertação possível da pessoa em relação a sua memória singular [...] a existência de um estilo na ação confirma os respectivos desenvolvimentos, em curso, do homem pensante e do ser vivo; ou, dito de outro modo, da consciência e da experiência.

A proposta metodológica da Clínica da Atividade consiste na necessidade de criar diálogos entre os trabalhadores, destinados a restaurar o poder de ação dos profissionais em situação real. E por meio do método de Instrução ao Sósia (que será mais bem detalhado a seguir), busca-se criar condições para que os sujeitos possam decodificar como concretizam seu trabalho no cotidiano.

Contudo, refletir nesse desvelamento as formas como o trabalhador também deixa de realizá-lo, oportunizando, por conseguinte, “a transformação do que é realizado a fim de estudar o desenvolvimento real possível e impossível”, seus princípios e ainda permitir a interpretação de sua própria situação (CLOT, 2010, p. 194).

A Clínica da Atividade, ao fazer uso dos métodos indiretos como a Instrução ao Sósia, possibilita ao trabalhador desenvolver sua capacidade de agir sobre o meio laboral e sobre si mesmo.

Batista e Rabelo (2013, p. 2) indicam que:

A tomada de consciência não se define pelo resgate de um passado intacto, mas na recriação da experiência passada que é revivida na ação presente. Esse é o princípio norteador de uma metodologia histórica e desenvolvimental praticada na clínica da atividade. Vale destacar a diferença entre a metodologia e o método em clínica da atividade. A metodologia da clínica da atividade busca criar as condições necessárias para que os trabalhadores sejam capazes de transformar seu ofício, aumentando assim seu poder de agir. Para tanto, um dos momentos da intervenção consiste na realização de métodos como a Instrução ao Sósia [...] buscam favorecer o acesso dos trabalhadores ao real da atividade.

3.1.1 A Instrução ao Sósia

O método de Instrução ao Sósia teve sua origem na Itália, na década de 1970. Seu idealizador, Ivar Oddone, médico, utilizou-o com trabalhadores da empresa Fiat, com o objetivo de estimulá-los a se expressarem sobre as atividades que realizavam, para que ele, dessa forma, se inteirasse das realidades vivenciadas no cotidiano das atividades laborais.

A partir de pesquisas teóricas nesta temática, o médico percebeu que havia discrepância entre os relatos dos trabalhadores e a opinião médica sobre as doenças relacionadas ao trabalho. Julgou então necessário conhecer as situações peculiares da atividade profissional a partir do próprio trabalhador, utilizando um meio que permitisse perceber o não real da atividade, ou seja, partes mais invisíveis e contextualizadas.

Sendo assim, a Instrução ao Sósia foi elaborada como uma nova perspectiva de ação e investigação, em que a experiência se torna elemento central nas diversas possibilidades de ação na atividade de trabalho. Neste processo, a complexidade da atividade desvela-se, permitindo uma abertura para avaliação, para transformação mediante estratégias de confrontação da realidade do trabalho.

Para Clot (2010), a Instrução ao Sósia, como método, busca a transformação da atividade laboral a partir da tomada de consciência. Conforme Freitas (1994), Vigotsky, preocupado em compreender o que é a consciência, buscou no materialismo histórico e dialético a compreensão do homem em sua totalidade, concebendo consciência e comportamento como aspectos integrados de uma unidade. A tomada de consciência se caracteriza ao compreender as vivências, como nos relacionamos com elas e como nos responsabilizamos por elas.

Conforme Clot (2010), o trabalho como atividade transforma o mundo e a subjetividade dos trabalhadores. Entende-se que esta constituição entre atividade e afetividade torna-se vital e favorece a tomada de consciência do sujeito, contribuindo para a ampliação do poder de agir sobre a realidade.

Assim, segundo os apontamentos de Leite, Smolka e Anjos (2016, p. 68), Clot (2010) “defende que o afeto é o resultante de um conflito entre a atividade do sujeito e sua organização pessoal”, portanto é pelo afeto que a atividade aumenta ou diminui, muda o ritmo, em vista disso, o afeto não pode ser ultrapassado por ideias, não pode ser ultrapassado “com mais razão”, mais sim, ”com mais afetos”.

Para Vigotsky, é nos mais variados contextos de utilização da linguagem que compreendemos o mundo e interagimos com ele através da palavra, é por meio dela que agimos de forma consciente e somos responsáveis por nossa própria conduta.

Os próprios sujeitos, providos de suas singularidades e imersos em um coletivo de trabalho, podem ser protagonistas, ao analisarem o cotidiano de seu *métier*, possibilitando um potencial transformador, ao se reapropriarem da capacidade de intervir sobre o próprio trabalho e ao observarem através do sósia, o que está presente na experiência vivida.

A dinâmica reside no exercício em que o sósia conduz a atividade e deverá ser este, o sósia de um trabalhador, que o substituirá em sua atividade de trabalho. O método pressupõe o entendimento de que os trabalhadores são os reais transformadores de seu trabalho, ” tendo o seu principal objetivo atingido quando estes se utilizam dele como meio para seu desenvolvimento possibilitando dar visibilidade aos obstáculos e às possibilidades insuspeitas na situação de trabalho” (BATISTA; RABELO, 2013, p.03 *apud* CLOT, 2010).

Ainda para Batista e Rabelo (2013, p.4), é importante no primeiro encontro comunicar as regras e a forma da realização, para evitar possíveis apreensões com os procedimentos. A técnica se estabelece na seguinte instrução: “Suponha que eu seja seu sócia e amanhã vou substituí-lo em seu local de trabalho, quais instruções você deve me transmitir para que ninguém perceba a substituição?”.

Diante dessa proposta, o trabalhador tem a responsabilidade de orientar o instrutor, que será o seu sócia, descrevendo sua rotina de trabalho. É importante que o trabalhador esteja ciente de que não há o certo ou o errado, e que o objetivo é conhecer sua atividade laboral, e que, ao verbalizar, perceba que existem muitos outros elementos envolvidos em seu *métier*.

De acordo com Clot (2010, p. 208), os exercícios de Instrução ao Sócia permitem uma transformação indireta do trabalho dos sujeitos mediante um deslocamento de suas atividades, enquadrados em um contexto específico, que permite pensar o trabalho, “do qual eles não de saem, eventualmente, com uma cabeça acima deles mesmos”.

Busca-se, portanto, ao propor uma situação dialógica, trazer à tona a forma como cada trabalhador realiza a sua atividade, fazendo com que os sujeitos (os trabalhadores) foquem na descrição, na interpretação e na análise das suas atividades laborais.

Consoante Batista e Rabelo (2013, p. 05), “para Clot (2010) nenhuma reflexão direta sobre a ação é possível de si para si, vindo daí a importância de propor ao trabalhador que descreva sua própria atividade levando em conta seu interlocutor, o sócia”.

Nesta atividade, segundo Clot (2010, p. 202), as experiências “são despertadas pela reflexão sobre a ação que, por isso, deixa de ser a mesma ação”. Trata-se de transformar a experiência vivida em objeto de uma nova experiência a ser vivida, e, para tanto, quem conduz a instrução precisa refletir em detalhes aquilo que faz para então instruir o sócia.

Desta forma, tornei-me sócia dos sujeitos de minha pesquisa, deixando claro que a utilização do método não significaria avaliar a atividade profissional, ao contrário, seria me aproximar de maneira mais ampla das diversas formas de agir na atividade do trabalho, o que tornou possível dialogar sobre a tarefa prescrita e sobre o real da atividade.

3.2 Os participantes da pesquisa

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em 11/05/2018 sob o n.º CAAE 88151918.6.00005514 e parecer de n.º 2.649.616.

Para a realização da Instrução ao Sócia, contei com a participação de duas assistentes sociais que atuam como supervisoras de estágio, por mim convidadas para participar da

pesquisa. Uma delas foi supervisora de campo de uma aluna da UFA em que atuo, e a outra foi docente por um semestre nessa mesma UFA, mas supervisiona alunos em estágio de outras IES no município em que desenvolve suas atribuições. Eu as convidei, por estarem sempre presentes aos debates e aos encontros acadêmicos e serem muito conscientes do processo de formação profissional.

São profissionais envolvidas em compartilhar as atribuições que a supervisão de estágio exige, recebem o aluno em seu lócus de trabalho, onde a realidade é fundamental para compreender a profissão. Têm uma qualificada experiência, agregando valores como a dedicação, o interesse, a realização pessoal e profissional. Ao comentar sobre o tema de minha pesquisa, prontamente aceitaram participar desta experiência.

Decidi apresentá-las por nomes fictícios, portanto, tratarei as supervisoras de estágio pelos seguintes pseudônimos: Themis e Atena, figuras da mitologia grega, que permeiam os mitos com força, coragem e justiça.

São formadas na mesma UFA em Serviço Social na modalidade presencial: Themis há 13 anos, atuando no terceiro setor em um serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, que tem por finalidade oferecer acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive com deficiência, ou em situação de medida de proteção e risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis se encontram temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Foi supervisora de campo por 2 anos.

Atena atua há 10 anos em uma unidade pública da política de Assistência Social, onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social e ou tiveram seus direitos violados. É mestra em Saúde Pública pela Unicamp desde 2018, sendo supervisora de campo há 4 anos.

As assistentes sociais são do gênero feminino, com idade de 38 e 50 anos, ambas desenvolvem suas atividades laborais em municípios diferentes na região da baixa mogiana no Estado de São Paulo. Para resguardar a privacidade dos sujeitos da pesquisa, não será divulgado o nome das entidades em que elas inscrevem seu trabalho profissional.

Apresento em linhas gerais no Quadro 1, as datas em que ocorreram a Instrução ao Sósia e os demais encontros.

Quadro 1: Os participantes da pesquisa e as atividades realizadas

| Assistente Social | Atividades | Data | Tempo de Duração |
|--------------------------|--|-------------|------------------------------|
| Atena e Themis | Instrução ao Sósia | 05/10/2018 | 00:59min 42s |
| Atena e Themis | Devolutiva da Instrução ao Sósia | 01/11/2018 | 00:14min 29s 00:16min 04s |
| Atena | Conversa sobre o estágio supervisionado | 23/11/2018 | 00:26min 21s |
| Themis | Conversa sobre o estágio supervisionado | 07/02/2019 | 00:16min 17s |
| Atena e Themis | Conversa sobre o que se vê ao fazer e pensar o cotidiano da profissão. | 04/04/2109 | 00:39min 09s |

Fonte: Elaborado pela autora

O trabalho com as assistentes sociais foi realizado entre outubro de 2018 a fevereiro de 2019. No primeiro e no último encontro, ambas estiveram presentes juntas, entretanto nos demais, por falta de disponibilidade de tempo, cada uma foi atendida individualmente. Os encontros foram iniciados retomando-se os pontos discutidos, o que proporcionou a reflexão sobre o trabalho, a inserção do estagiário no lócus da aprendizagem e foram finalizados com elaborações suscitadas na instrução, possibilitando contextualizar a atividade cotidiana do “como” para o “por que se faz” (BATISTA; RABELO, 2013, p.07).

Além das etapas previstas (entrevista de Instrução ao Sósia e retorno ao coletivo), a oficina de fotos também foi um caminho percorrido nesta pesquisa, o que favoreceu compartilhar com as supervisoras de campo suas próprias experiências, o cotidiano do trabalho, o público a que atendemos, reconhecendo o enfrentamento do real da atividade e o caráter interventivo da profissão.

Foi um modo diferente de fazer e pensar o cotidiano da profissão, de refletir sobre a carência de políticas públicas sobre a insuficiência de equipamentos para atenção às políticas de inclusão, sobretudo o nosso público-alvo.

Como pesquisadora, busquei nas figuras (nas imagens) a síntese de todos os nossos encontros, a realidade que nos move diante das dificuldades e do crescimento profissional e do amadurecimento, ao compreender a magnitude de conceitos e eventos pelos quais fomos envolvidas.

Dialogamos sobre as características da população que recorre aos espaços em que atuamos e que fazem sentido para os sujeitos da pesquisa. Osório (2013, p.122), a partir das leituras de Clot (2006, 2010), aponta que as atividades com fotos também são recursos que potencializam e ampliam a vitalidade dos coletivos de trabalho, e o que se propõe como metodologia é uma forma de analisar o trabalho, em que estão contidos os conceitos do cotidiano, muitas vezes implícitos nas descrições formuladas.

As imagens selecionadas foram: Figura 1: O quadro *Segunda Classe*, de Tarsila do Amaral, Figura 2: Pontos de interrogação, Figura 3: A Roda dos Expostos, Figura 4 : O quadro *Orfanato*, de Tarsila do Amaral; Figura 5: *Escultura de Pietá* , de Michelangelo; Figura 6: *O trem*.

É importante dizer que a imagem de número 6: *O trem*, aparece na pesquisa a pedido da pesquisadora, já que essa foto se encontrava na sala de visitas de *Themis*, e a pesquisadora entendeu que ela deveria ser agregada na oficina de fotos por representar significativamente a atividade profissional dela.

A finalidade desta dinâmica foi impulsionar uma reflexão para levar as profissionais a se reconhecerem em suas atividades diante do não dito, do não verbalizado, portanto, das imagens as quais foram interpretadas e ressignificadas no decorrer da oficina.

Como já mencionado, o interesse desta pesquisa foi, no âmbito do estágio supervisionado obrigatório, buscar entender a atividade do supervisor de campo e como os desafios enfrentados impactam no processo de formação profissional dos alunos envolvidos.

Esse problema de pesquisa partiu da minha vivência concreta como supervisora acadêmica e de minha relação com as supervisoras de campo. Com *Themis*, pela sua disponibilidade em participar ativamente dos encontros na academia e também por ter sido representante dos supervisores de campo na comissão de estágios, a qual tem por objetivo monitorar e avaliar periodicamente os estágios obrigatórios em Serviço Social. (ABEPSS, 2010, p. 24). Com *Atena*, por residir em um município de maior porte e por receber

estagiários de várias IES. A seguir, as atividades serão apresentadas de forma mais pormenorizada.

3.3 A realização da pesquisa

Marquei o primeiro encontro com os sujeitos da pesquisa, quando lhes apresentei o método Instrução ao Sósia. Solicitei que ambas supervisoras estivessem presentes nesta primeira atividade.

Preocupe-me em informá-las que a pesquisa não tinha o intuito de julgar ou avaliar a atividade profissional delas, mas ao contrário, o meu interesse era conhecer o cotidiano da supervisão de campo desenvolvida por elas, uma vez que o fio condutor desta relação entre formação e exercício profissional se constrói na interlocução entre o estagiário e as supervisões acadêmica e de campo. Assim, Lewgoy (2010, p. 158) aponta:

É esse projeto que garante a dimensão formativa, a reflexão sobre valores, posturas e atitudes que devem ser assumidas pelo assistente social em função de um posicionamento político e ético diante da questão social e suas particularidades no âmbito do seu espaço sócio ocupacional, ao lado da competência teórico-metodológica e técnico-operativa em relação aos processos de trabalho do assistente social.

O objetivo da atividade com as assistentes sociais foi identificar como as experiências de ambas em seus afazeres profissionais contribuem para o processo de formação profissional dos estagiários. O método empregado se constitui um instrumento, que possibilita uma aproximação das particularidades que envolvem cotidiano do trabalho, considerando a atividade do indivíduo sobre si mesmo.

A Instrução ao Sósia com a profissional Themis aconteceria no lócus de sua rotina diária – um abrigo para crianças e adolescentes –; e com Atena seria realizada em uma casa de longa permanência para idosos, onde ela tinha o compromisso de comparecer. O primeiro encontro teve duração de 00:59min42s, considerando a instrução e os questionamentos pós-instrução. Nesses diálogos, em vários momentos, as profissionais destacaram as emoções e os afetos presentes em suas atividades, constatando-se que a rotina cotidiana oculta diferentes faces.

Os encontros aconteceram sempre aos finais da tarde, para não interferir em atendimentos, agendamentos de audiências, visitas domiciliares, relatórios à promotoria,

demandas diárias, pois “a vida cotidiana é o espaço de reprodução do trabalho do Assistente Social” (BARROCO, 2012, p.73).

Ao todo foram cinco encontros, dos quais três se concretizaram no local onde Atena desenvolve suas atribuições, um encontro no espaço sócio-institucional de Themis, e finalizamos na casa de Themis, em seu primeiro dia de férias.

Muito se fala sobre a formação de profissionais com conhecimentos fragilizados diante da própria realidade, e a Instrução ao Sósia, como método, permite enfatizar a importância dos trabalhadores se reunirem para conversar sobre o trabalho, não se limitando somente à operacionalização da atividade prescrita, mas oportunizando discutir sobre o real da atividade, sobre os impactos que determinadas ações e decisões afetam a vida dos sujeitos.

A Instrução ao Sósia, ao colocar a experiência em palavras, na troca verbal entre os sujeitos, revelou o primeiro impacto, ao reconhecer no sósia a autoimagem de ser afetado.

Nos encontros seguintes, a realidade do trabalho exposto tornou-se o responsável por guiar o método. Assim, os impedimentos e as dificuldades provenientes possibilitaram refletir como o agir profissional está permeado de risco, de adoecimento e principalmente de cuidado para não gerar o esgotamento no estagiário.

O reconhecimento da tomada de consciência¹², da dimensão subjetiva viabilizou o aprofundamento na complexidade do trabalho e, após a obtenção do material produzido nos diálogos, foi possível estabelecer alguns eixos recorrentes nas falas, os quais fomentaram a análise nesta dissertação, quais sejam: a complexidade do trabalho, a inserção dos alunos numa complexa profissão e os afetos e as emoções na atividade do supervisor de campo.

As duas assistentes sociais escolheram falar de dois dos diversos contextos possíveis de trabalho no Serviço Social. Uma instituição de acolhimento para crianças, vítimas de violência severa, e uma instituição de longa permanência para idosos.

Com o intuito de reconhecer a dimensão social do trabalho e compreender a dinâmica que se estabelece nos espaços resultantes das práticas nos quais os sujeitos da pesquisa inscrevem suas atividades, torna-se imprescindível apresentar seus campos de atuação.

3.4 A infância e a velhice: os espaços e equipamentos de atuação

¹² O conceito tomada de consciência foi apresentado neste capítulo, item 3.1.1

Themis: *eu trabalho no serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. É uma instituição, uma organização social que este ano completou 25 anos de existência trabalhando com crianças e adolescentes vítimas de todo o tipo de situação de negligência, violência, encaminhados pelo Conselho Tutelar e sob determinação judicial. É um local onde eles ficam, crianças e adolescentes, enquanto essa equipe de assistente social, psicólogo, pedagogo, TO, e uma coordenadora e mais tantos outros profissionais que estão ali, trabalham para superar as fragilidades para que as crianças retornem para as suas famílias. Sendo superado eles retornam, se não for superado por diversas situações, o judiciário pensa nas próximas possibilidades, família extensa, o avô, a avó, a tia, se não for possível nem nessa colocação da família extensa, aí o judiciário inicia um processo de destituição do poder familiar e a colocação da família substituta, que é a adoção. Então a gente trabalha com famílias muito vulneráveis, muito fragilizadas que chegam ao ponto de perder o poder familiar de seus filhos.*

Atena: *... e aí a gente vai observar, perguntar para aquele idoso se ele gosta de morar lá, o que ele faz, há quanto tempo esta lá, se ele tem filho, então a gente vai conversar um pouquinho com eles, explicar também para eles não ficarem assustados com aquele monte de gente, com a guarda junto, por mais que a guarda normalmente vá é para ficar no portão, mas a gente vai avaliar se esse proprietário vai ficar agressivo ou não, mas explicar, olha..., a gente está aqui, conversa um pouquinho com eles, o que aconteceu, o senhor tem parente, tem filho, onde o senhor morava e a gente vai conversar um pouquinho com ele, para acolher também né, não deixar ele assustado, normalmente são idosos mais fragilizados, com estado de saúde mais debilitado, então, e estar observando assim, a vigilância tira fotos, mas se você quiser anotar, depois eles compartilham com a gente, mas se você quiser anotar o que é que tem em cada cômodo, se você percebeu algum cheiro, local adequado de medicação, local de banho, de privacidade, aí se você quiser dar uma conferida na tipificação para ver o que tem nas normas de instituição de longa permanência...*

Themis atua num abrigo institucional para crianças e adolescentes de zero a 18 anos que está inserido no terceiro setor e se articula em rede sócio-assistencial com os serviços públicos. O acolhimento é uma medida de proteção para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, por consequência de abandono ou, então, por impossibilidade de as famílias ou responsáveis cumprirem sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substitutiva.

Permanecem sob tutela do Estado, até completar a maioridade, morando em uma das quatro modalidades de acolhimento: abrigos institucionais, casas lares, famílias acolhedoras e repúblicas. É importante contextualizar que, no artigo n.º 92 do Estatuto da Criança e Adolescente, a instituição judiciária precisa resolver a situação jurídica da criança ou do

adolescente num prazo de até dois anos, destituindo-as ao poder familiar ou colocando-as em família substitutiva.

As instituições de acolhimento desenvolvem suas atividades em parceria com o poder judiciário, partindo de um diagnóstico territorial, articulado dentro de uma perspectiva de direito. Estes contextos que absorvem os assistentes sociais têm em sua dinâmica cotidiana a vida fragilizada, quer seja a vida emocional, a vida material e social.

Conforme se estabelece no Marco Legal da 1ª Infância, os primeiros anos de vida são marcados pela dependência da criança ao ambiente e àqueles que dela cuidam. Nesta etapa, a criança faz aquisições importantes para o seu desenvolvimento e é particularmente vulnerável a situações adversas, como violência ou afastamento do convívio familiar.

Para além da provisão às necessidades básicas de sobrevivência, os cuidados, os vínculos afetivos e de confiança, o brincar e as oportunidades de exploração positiva do ambiente são fundamentais para o processo de desenvolvimento.

O cotidiano de *Themis* traduz o que a própria palavra descreve “*acolhe*”, acolhe crianças em situação de vulnerabilidade e riscos, que estão sob medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA) em seu Art. n.º 101, inciso VII, de 13 de junho de 1990, tendo como marco inicial a Constituição Federal, de 1988, em seu artigo n. 227 que estabelece a garantia e a proteção de seus cidadãos quer seja na infância, na adolescência ou na velhice.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Ainda no capítulo III do ECA, tem-se disposta também a situação da criança e do adolescente em acolhimento institucional,

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (BRASIL, 2009a).

E na medida protetiva, no Art. n.º 98, no título II do capítulo I das disposições gerais:

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta. (BRASIL, 2009a).

Atena desenvolve suas atividades no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que é uma unidade pública onde são oferecidos serviços que têm por objetivo acompanhar indivíduos em situação de violação de direitos.

Seu trabalho é direcionado para as relações fragilizadas e tensionadas em caráter de violência ou de eventuais momentos de saída do contexto familiar como meninos em situação de rua, adolescentes que cometeram atos infracionais ou crianças que sofrem ou sofreram algum tipo de violência. É uma unidade que também atua nas políticas públicas direcionadas ao idoso, principalmente para aqueles que necessitam viabilizar e consolidar seus direitos.

O CREAS, de acordo com a lei 12.435 /2011, é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal e se constitui na oferta de trabalho social especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.

A assistência social ainda atua em dois eixos transversais: a matricialidade familiar, que envolve o contexto familiar do idoso e da criança como um todo e o território, lugar que abrange o local onde se vive e as relações onipresentes como uma referência importante de proteção.

A matricialidade sócio familiar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a PNAS, é o conjunto é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica. (BRASIL, MDS,2009b, p.12).

O território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos. (BRASIL, MDS 2009b, p. 54).

A matricialidade sócio familiar tem a função de destaque na Política Nacional de Assistência Social, pois seu objetivo é colocar a família na centralidade, garantido a

sobrevivência das pessoas, o acolhimento de suas necessidades e interesses no convívio familiar e comunitário, enfim, oferecer a proteção social.

A política de Assistência Social no Brasil nasceu com a Constituição Federal de 1988, como política de Estado, organizada por legislações e diretrizes das quais o artigo 1.º da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, (Lei nº 8.742), implementada em 07 de dezembro de 1993, diz que a “Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado” (BRASIL, 1993), de competência efetivamente do Estado o trabalho com a segurança a proteção social e a garantia de direitos dos cidadãos.

Foi uma mudança agigantada em toda a trajetória das práticas e políticas sociais no Brasil. Resgatando a história, tivemos no ano de 1923 a primeira política social previdenciária constituída mediante força econômica do capital, para segmentos ferroviários, agrários e marítimos que movimentavam a economia dos Pais naquele período.

Ainda naquele tempo, a igreja católica com papel preponderante na educação e na saúde adentrava na assistência social, porque se entendia que as irmandades deveriam prover a atenção daqueles que mais necessitavam.

Durante o desenrolar dos ciclos da vida, as pessoas passam por necessidades de atenção, assim é preciso que elas tenham garantia de emprego, segurança de uma renda vitalícia, proteção contra diversos tipos de agravos, violências, sobretudo problemas de negligências e fragilidades. A política de Assistência Social se constrói nas e das relações sociais humanas, portanto quando ocorrem situações de violência pessoal ou social é preciso recorrer à proteção especial.

À medida que as sociedades humanas se complexificam, sobretudo, no modo de produção capitalista em que a urbanização se intensifica, mais pessoas vão depender de proteção social do Estado, sendo ele o responsável por efetivar a condição de direito e por fazer reconhecer os direitos dos cidadãos.

O Serviço Social, junto com demais segmentos que atuam no campo social, inserido neste sistema, é que vai dar concretamente a resposta do Estado, – exigindo outra consciência e formação deste trabalhador – é que vai efetivamente reconhecer e concretizar o direito de cidadania (SPOSATI, 2015).

O critério utilizado para definir um indivíduo como idoso é o limite etário. A Organização Mundial da Saúde considera 60 anos para os que vivem em países em desenvolvimento e 65 anos para quem vive em países desenvolvidos.

No Brasil, a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1.º de outubro de 2003) consideram como idosos todos os que compõem a população de 60 anos e mais.

De acordo com Beauvoir (1990), os documentos que falam sobre idosos nas diversas sociedades são escassos. Entretanto, nas sociedades ocidentais a imagem que se tinha da velhice era constantemente desoladora. Aponta a autora que, na literatura do século XIX, os velhos eram citados somente quando pertencentes às classes dominantes ao acumularem bens e mercadorias, assim sendo ocupavam lugares de destaque na vida pública e na privada.

No entanto, silenciava-se quanto à condição de vida dos velhos explorados; a condição de vida se silenciava nas explorações. Beauvoir (1990, p.113) cita trechos dos antigos gregos [...] “quando a juventude desaparece, mais vale morrer que viver”...

Na contemporaneidade, a velhice se mostra quase como um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que compreender o envelhecimento é uma das conquistas do presente século, por outro lado a violência se revela um fato real. E esse cenário se apresenta como um desafio à profissão.

Embora se saiba da necessidade de garantir os direitos sociais à pessoa idosa, as ações ainda são pragmáticas, reduzidas apenas à inclusão em determinadas atividades e programas. Não há processos que propiciem a emancipação social. Em consequência, a velhice continua desprotegida socialmente.

Bosi (1979, p. XII), em sua tese, deixa exposta uma ferida aberta em nossa cultura “não pretendi escrever uma obra sobre memória, tampouco sobre velhice. Fiquei na intersecção dessas realidades: colhi memórias de velhos”.

Conforme Bosi (1979), a memória marca uma relação com a vida social, com o tempo e define ações e reações, e estas não se limitam ao campo da pessoa, mas à realidade interpessoal com as instituições sociais a qual faz parte.

Bosi (1979) destaca que não levamos em conta que os velhos têm um caráter essencial na vida e na formação do indivíduo. Eles eternizam memórias e lembranças. Dialogar com o idoso é uma experiência profunda, enriquece aquele que ouve, oportuniza recuperar um tempo que outrora fora tão significativo: “velho que lembra”.

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e culturais igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais

definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. (BOSI, 1979, p.22).

Na contemporaneidade, nota-se que a população idosa é o segmento populacional que mais cresce, globalmente. Para o ano 2050, estima-se que haverá cerca de dois bilhões de pessoas com 60 anos e mais no mundo (IBGE, 2018); a maioria delas vivendo em países em desenvolvimento, portanto o envelhecimento é um processo contínuo, universal e irreversível.

Um dos compromissos da profissão reside na intervenção socioeducativa, o que implica trabalhar para garantir os direitos sociais do idoso, o resgate de sua dignidade, incentivar a consciência crítica e participativa. E nessa intervenção, cabe o desafio de conscientizar esse público sobre seu lugar no atual momento sócio-histórico vivenciado.

Para efetivar as ações que se estabelecem como propositivas está o diálogo entre as diferentes faixas etárias a fim de superar formas de isolamento e exclusão social, de potencializar os espaços de atuação como um lócus de construção da cidadania do idoso, o que poderá reverberar em uma representação menos excludente da velhice na sociedade.

Além de se oferecer ao assistente social um arcabouço teórico, há de se qualificá-lo quanto aos temas relacionados à violação de direitos, ao monitoramento das ações realizadas, ao aprofundamento e ao aprimoramento contínuo para decifrar a realidade.

3.5 A pesquisa com as colegas de profissão: o real da atividade

Ao experienciar a metodologia Instrução ao Sósia, nos encontros de discussão e na posterior análise dos registros de áudio gravados e transcritos deparei-me com a questão de que não é somente o que, ou como fazer, mas como nos enxergamos no cotidiano diante dos fenômenos presentes no contexto da prática profissional, diante de um campo tensionado pelos resultados do produto da sociedade capitalista madura, cuja complexidade das demandas não se limita a práticas destinadas às intervenções com famílias empobrecidas, mas envolve também os elementos afetivos que atravessam a cotidianidade da atividade do assistente social.

Soma-se a isso, o compromisso desse profissional com a formação do estagiário inserido no espaço sócio-ocupacional, o comprometimento em atribuir sentidos não só ao que se faz, mas ao resultado real e objetivo do que se faz.

O que é visível nas interações entre sujeito e objeto de trabalho, gestos ou comunicações, é somente uma pequena parte da atividade desempenhada. Ao agir, o trabalhador não lida somente com o gesto executado, mas com todas as demais possibilidades que precisaram ser deixadas de lado para que uma em especial fosse vencedora. Esconde-se da observação um diálogo interior no qual o sujeito arbitra os caminhos que sua ação deve seguir, o curso que não deve tomar, ou mesmo quando se impõe fazer o que não é preciso e aquilo que o afasta de atender às expectativas que nele são depositadas. (PINHEIRO; COSTA; MELO; AQUINO, 2016, p.119).

Encontro-me com a realidade das situações que se tornaram objeto mais intenso em minha pesquisa: as expressões e as percepções de sentimentos e de afetividade surgidos nos diálogos com minhas colegas de profissão.

Na análise das entrevistas, o real da atividade e os componentes emocionais que se apresentam são suficientes para evidenciar que os assistentes sociais têm uma inserção eminentemente significativa no campo da violência, especificamente nas áreas de atuação de Themis e Atena, tais como: maus tratos, violência, abusos, extrema pobreza.

Nós assistentes sociais, professores e supervisores, cada dia atuamos de formas e contextos diferentes, nos precavemos das influências do meio em que atuamos, nas diversidades das ações, nos espaços de reflexão, nos conflitos, na interlocução com outros atores. São nestes cenários que, aos poucos, vão emergindo novos saberes, novas percepções, novas emoções.

Um dos aspectos centrais da Clínica da Atividade diz respeito ao movimento dialético que se estabelece entre o trabalho prescrito (o que deve ser feito), a atividade realizada (o que realmente é feito) e o real da atividade.

Assim, o real da atividade compreende não apenas o que se faz ou o que se deixa de fazer, mas também o que se pretendia fazer, o que deveria ser feito, o que teria sido possível fazer. “Avalia-se então, até que ponto os diálogos profissionais são exercícios estilísticos que permitem tomar consciência do que se faz no exato momento em que se desfaz do que está em via de se fazer para eventualmente refaze-lo” (CLOT, 2010, p. 149).

Neste processo, a complexidade da atividade se desvela, possibilitando a análise crítica das escolhas feitas em cada situação.

Para (Clot, 2010, p. 104) “a existência dos sujeitos é tecida nesses conflitos vitais. A atividade é uma provação subjetiva mediante a qual o indivíduo se avalia a si próprio e aos outros para ter a oportunidade de vir a realizar o que deve ser feito”.

Themis diz... *depois do dia da entrevista eu comecei a pensar sobre me observar nesse outro olhar, sobre o meu dia a dia ...*

Atena reflete: *ouvindo o áudio eu percebi que deixei de falar da minha rotina alguns pontos importantes...*

O Serviço Social é uma profissão que precisa a todo momento se qualificar para acompanhar as mudanças profundas que abrangem todas as esferas da vida social. Diniz (2012, p. 44), ao refletir sobre a realidade e o desenvolvimento de uma prática crítica, alerta para a importância e a riqueza de informações e reflexões que a pesquisa pode proporcionar em todos os campos de intervenção do assistente social.

E ainda de acordo com Diniz (2012, p.53),

Só podemos compreender as situações cotidianas apreendendo sua complexidade, através de diferentes manifestações, o que requer instrumentos afinados de observação e crítica dos fatos observados. Sob essa perspectiva, uma pesquisa sistemática de situações concretas possibilita ao assistente social a recriação do cotidiano de forma crítica, através da compreensão dos fatos sociais e da elucidação do seu significado, numa dimensão de totalidade por meio da explicação das relações que os homens estabelecem entre si, e deles mesmos com o mundo.

Nesse sentido, o método em Clínica da Atividade possibilita tornar real e explícito um universo de elementos implícitos e nem sempre conscientes, como sentimentos, angústias, hesitações, apontando o quanto a atividade laboral se desvela através do outro, o quanto atuamos em espaços heterogêneos, o quanto temos que interpretar, analisar para intervir na complexa dinâmica da profissão, dentro de seus limites e possibilidades. Isso pode ser visto nos dizeres de Themis: *é muito difícil você lidar com isso, porque você lida com o sofrimento do adolescente e lida com o sofrimento daquela mãe, daquele pai, que está sendo destituído... sento com a colega e vou pensar um pouco, poxa, o que é que me trouxe tudo isso, que sentimentos... eu estou com raiva... eu estou chateada...*

Atena: *um outro dia a gente fez uma atividade com os idosos e as estagiárias, elas, fizeram uma carta falando como foi para elas conversarem com aqueles idosos, então a gente trabalhou várias coisas, a gente vai fazer uma exposição de fotos e fazer uma legenda para essas fotos...*

O efeito provocado torna-se passível de transformações no sujeito e na sua própria atividade. Nesta perspectiva, “o trabalho é o lugar em que se desenrola para o sujeito a experiência dolorosa e decisiva do real” (CLOT, 2010, p.149).

CAPÍTULO 4 – AS CONDIÇÕES E AS CONTRADIÇÕES DA ATIVIDADE DO SUPERVISOR DE CAMPO

Por serem tão ricos os significados contidos nos diálogos durante a Instrução ao Sósia, esta pesquisadora e os sujeitos da pesquisa tiveram a oportunidade de construir profundas reflexões sobre o exercício do cotidiano profissional. Entendemos que, como alguns tópicos apareceram recorrentemente, decidi de transformá-los em eixos, dialogando com estudos da Clínica da Atividade.

Themis

(1) Eu: *Suponha que eu seja sua sósia e que amanhã vou substituí-la em seu local de trabalho, qual a instrução que você deve me transmitir para que ninguém perceba a sua substituição, eu devo assumir o seu lugar sem que as pessoas percebam que você está sendo substituída.*

(2) Themis: *vamos pensar uma situação rotineira, de chegar um bebê vítima de uma violência severa e chega ali o conselho tutelar com o bebê no colo, mas com o pai e a mãe lá fora no portão querendo entrar, e você tendo que receber aquele bebê, tendo também que lidar com a questão do pai e da mãe. Essa é uma questão que a gente vivencia diariamente.*

(3) Eu: *o que devo fazer?*

(4) Themis: *Por mais que chegue o conselho tutelar falando que o pai é agressivo, acho que você tem que ter tranquilidade para conhecê-lo. Às vezes você é informada antecipadamente que irá receber um bebê, então você deverá preparar a equipe para recebê-lo.*

(5) Eu: *Para eu não estar sozinha tenho que acionar equipe?*

(6) Themis: *Sim, coordenadora, psicóloga e pedagoga, o bebê sendo acolhido, você deverá conversar com os pais e orientar a equipe caso haja sinais de maus tratos.*

(7) Eu: *então como eu começo a conversar com esses pais?... eu vou perguntar sobre os hábitos da família, qual é a rotina que você tem pela instituição, tem um relatório, tem um roteiro?*

(8) Themis: *não tem um roteiro porque cada situação é muito diferenciada e peculiar, então ali no andamento da situação é que você vai verificando a melhor forma de abordagem com esse pai e com essa mãe ... nós comentamos que esses dois estão agressivos e tensos lá fora, se você conseguir que eles se acalmem com essa primeira informação de que ele está bem (o bebê), você vai realizar o atendimento... se esta pessoa está ali é porque ela se interessa pelo bebê, embora haja possibilidades deles terem cometido algum delito, você com muita tranquilidade vai solicitar a eles que conte o que aconteceu, porque esse bebê veio parar aqui. ... sem julgar... você também... por que na polícia esses pais já devem ter sido maltratados, por diversos setores, embora eles tenham cometido um crime aí contra o bebê, mas você vai ter que deixar tudo isso de lado e atendê-los com toda a tranquilidade do mundo, tranquilizá-los que o bebê já está bem, vamos sentar, vamos tomar uma água, vamos nos tranquilizar...*

(9) Eu: *Independente, o meu olhar, eu não posso ter um olhar preconceituoso.*

10) Themis: *Não, deixa guardadinho, deixa guardadinho do lado, você deve ter visto uma marca no bebê, você deve ter visto que o bebê é pequenininho, o Conselho Tutelar já te contou algumas coisas que já te deixou mexida, você pode ter um bebê lá na sua casa, um filho, um neto, mas você deixa guardadinho de lado e vamos ouvir do pai, da mãe ou daquela pessoa o que está acontecendo, você conta “olha, você conhecia essa entidade, você sabe para que é que serve?”*

(11) Eu: *Nesse momento você está com a estagiária? Ela participa de todo o processo?*

(12) Themis: *Se a família autorizar, sim, então peço a permissão,...” estou aqui com minha estagiária ela pode acompanhar nossa conversa?”, se a família não autorizar ela, aguarda o atendimento, mas na maioria dos atendimentos ela acompanha sim.*

Ao término da Instrução com Themis, ela respirou profundamente, e me disse da importância de se ter tranquilidade para todos os enfrentamentos e as situações inesperadas que acontecem no dia a dia. Ficou surpresa com a dinâmica, pois jamais havia pensado nesta situação de alguém se tornar sua sócia, e concluiu, dizendo que seria muito bom ter uma sócia da Themis cotidianamente.

Atena

(1) Eu: *como é sua rotina aqui no CREAS, amanhã vou ser sua sócia vou te substituir, o que devo fazer.*

(2) Atena: *bom, a gente tem às 14 horas uma visita em uma clínica de idosos com a rede.*

(3) Eu: *chegando lá o que eu vou fazer?*

(4) Atena: *então é fazer uma visita com a rede e com a guarda-civil que vai acompanhar a gente, saber como que esses idosos estão. Chegando ao local a gente vai conversar com o dono, aí enquanto uma conversa com o dono, a outra, você, principalmente já vai prestar atenção nos idosos, como que é esse lugar, se tem riscos, se ele é adequado, se tem escadas, se as portas são amplas, se tem idoso acamado, quais são as condições de saúde e de vida desses idosos neste local. E também pode se pedir o prontuário.*

(5) Eu: *O prontuário social?*

(6) Atena: *Sim, se tem contato da família, se tem ofício de promotoria, se são idosos fragilizados. Se você quiser pode dar uma olhada na tipificação para conhecer as normas de instituição de longa permanência.*

(7) Eu: *Ao retornar o que devo fazer?*

(8) Atena: *Retornando, você já faz um relatório detalhado para a promotoria.*

(9) Eu: *Como você pode me orientar a fazer esse relatório?*

(10) Atena: *Na “rede” tem várias pastas, você pode se basear por lá, porque não tenho um modelo específico, o principal, que é o mais urgente, com as informações sobre o local, cheiro, odor, conferir o nome correto do proprietário, conferir com o ofício que você recebeu, e encaminha para a promotora, ela é super acessível.*

(11) Eu: *E o estagiário vem amanhã também, o que devo fazer?*

(12) Atena: *Então, aqui ela só acompanha as visitas, ela vai ler os prontuários, vai me acompanhar na visita agendada e ao final a gente*

conversa um pouquinho sobre as percepções dela, eu a deixo falar um pouco...

Atena demonstrou muito interesse pela pesquisa, achou muito importante este tipo de diálogo e de trocas do cotidiano, sugerindo que esta dinâmica poderia ser adotada no Serviço Social.

Ao término da Instrução, destitui-me da posição de sócia, o que possibilitou discutir as primeiras impressões acerca da experiência, ver sua atividade sob uma nova perspectiva, que, para Clot (2010, p. 201), é “o desenvolvimento do vivido no âmago da ação”. Vigotski (1994, p. 226) observava que “a ação passada pelo crivo do pensamento se transforma em outra que é refletida”.

Ao serem questionadas sobre as escolhas para instruir o sócia, puderam refletir sobre o cotidiano do trabalho, sobre os comportamentos e as situações de fragilidades que permeiam a intervenção concreta. Ao deixar a posição de sócia, perguntei às participantes:

(1) Eu: *O que este exercício causou em você?*

Esse questionamento alavancou uma reflexão diante dos efeitos dessa experiência. “Assim falar sobre o que a instrução provocou no sujeito é uma estratégia clínica para que ele se refaça” (BATISTA; RABELO, 2013, p.06).

O contato foi fundamental para compreender como ambas realizavam suas atividades profissionais, qual o sentido das falas, como agiam nas diversidades das situações as quais se inscrevem no cotidiano, os diferentes obstáculos e suas especificidades, os significados explícitos e, principalmente, os implícitos que vieram à tona.

Por se tratar de um método indireto, ao expressar dúvidas, o pesquisador suscita diferentes aspectos que dizem respeito ao realizado e ao real da atividade.

Clot (2010, p. 208-209, grifos do autor) afirma que,

Essas atividades de trabalho, objeto de análise, não estão “já prontas”, na expectativa de uma explicitação e nossa própria atividade não consiste em considera-las como invariantes suscetíveis de serem apenas validados pela análise. Sabemos que essa ainda à maneira de Vigotski, o diálogo na “instrução ao sócia” não pode revestir a atividade como uma roupa fabricada em série. Ela não serve de expressão para atividades “já realizadas”. A linguagem, graças à qual o sujeito se dirige ao interlocutor na troca que constitui o comentário sobre sua atividade, retorna para o objeto analisado os efeitos dessa troca. A linguagem dirigida ao outro, o sujeito a realiza, no sentido pleno do termo, suas atividades. Assim, sua realização é determinada pelo contexto em que elas são mobilizadas. O número de contextos será a

condição de outras tantas “realizações” possíveis, fontes potenciais de novos desenvolvimentos ou de impedimentos previstos.

(2) **Themis:** *Como é agitado o nosso dia, né? É agitado, é gostoso.*

(3) **Eu:** *O que vocês acharam de eu me colocar no lugar de vocês?*

(4) **Atena:** *É tão automático que a gente não para pra pensar, né!*

(5) **Themis:** *É, como é agitado, como é movimentado o dia a dia de tudo o que a gente faz em um dia.*

A partir das IS realizadas, foram elencadas algumas questões que mais se destacaram, a serem aprofundadas em três eixos, quais sejam, Eixo 1: complexidade do trabalho; Eixo 2: a inserção dos alunos no estágio e numa complexa profissão; e, por fim, Eixo 3: afetos e emoções na atividade do supervisor de campo, os quais serão problematizados a seguir.

4.1. 1.º Eixo: complexidade do trabalho

O intuito de desenvolver uma pesquisa que aborda a complexidade do trabalho acerca da atividade do supervisor de campo, envolvido no processo de formação profissional em serviço social, deu-se a partir de minha vivência concreta como supervisora acadêmica e de minha relação com alunos em campos de estágio.

“A nossa prática terá certamente, a visibilidade que coletivamente dermos a ela”
(MARTINELLI, 1997, p. 23)

Themis: *é muito difícil você lidar com isso, porque você lida com o sofrimento do adolescente e lida com o sofrimento daquela mãe, daquele pai, que está sendo destituído.*

Atena: *O tanto que a gente é impotente, não depende só da gente, e aí a gente acaba jogando para as pessoas que a gente atende uma culpa que também não é deles, né, e talvez se existisse mais políticas públicas de qualidade, o número de acolhimentos, tanto de criança quanto de idoso também cairiam. Tanto que a gente culpabiliza essas pessoas por causa disso...*

O Serviço Social se apresenta no cenário atual como uma profissão que concebe a realidade social como indispensável no seu campo de análise e intervenção. Na contemporaneidade, Sposati (2015) assevera que a profissão se vê na contramão, ao ter que fazer a seleção dos mais pobres entre os pobres, o que denota um confronto ao nosso projeto

ético-político existente, quando é necessário discutir as necessidades sociais e o aumento das desigualdades.

O dia a dia do assistente social é dinâmico, construído nas interações entre ambientes e pessoas. Somos influenciados por nosso tempo histórico, biológico e pelas dimensões de espaço e tempo. Ao compreender as experiências pela unidade entre os processos de pensar, sentir e agir, deparamo-nos com a realidade e nos atentamos às particularidades existentes em uma sociedade de classes, na qual os conteúdos culturais não estão disponíveis igualmente a todos os sujeitos e isso afeta a vida dos indivíduos.

É uma profissão complexa, visto que expressa o encontro com a realidade trazida pelo usuário. Assim, há sempre uma variabilidade entre as possibilidades que se manifestam no realizado e as que não se revelam, mas que continuam agindo no sujeito, tornando-se uma busca incessante nas intervenções que permitem analisar os fenômenos da desigualdade social.

São histórias de vidas e de contextos que continuamente estão em transformação, ainda que as manifestações da questão social sejam as mesmas vivenciadas, as especificidades são diferenciadas, as necessidades de ações exigem interpretação e esforço para o enfrentamento de uma série de situações reais, sensíveis, vividas de maneiras diferentes e imersas na complexidade para decifrar as possíveis contradições que se estabelecem e, conseqüentemente, afetam o profissional.

As demandas por serviços sociais ou políticas sociais expressam as desigualdades econômicas, de inclusão/exclusão social, de dominação de gênero, de relações de poder e violência nos conflitos familiares, de relação com o crime, com o uso de drogas, com a enfermidade, com a precarização das condições sociais e familiares. São demandas complexas tanto por efetivação de direitos como por cuidados específicos que exigem dos profissionais a análise das relações gerais e particulares dessas condições e do poder de enfrentá-las, o que implica trabalhar a correlação de forças. (FALEIROS, 2014, p. 708).

Iamamoto (2015) reflete que formar profissionais qualificados significa se comprometer em apontar caminhos, em ensinar a aprender, em conviver permanentemente com a teoria, a história, a pesquisa e o cotidiano das práticas presentes nos diversos campos de estágio obrigatório.

Koike (1996) diz que somos agentes formadores de recursos humanos, produtores e reprodutores de conhecimento, no qual,

nossa ação se dá, de modo privilegiado, no âmbito da Universidade. A Universidade é o lócus da formação profissional. Partiremos da compreensão de que as universidades são elementos constitutivos e essenciais de todo processo estratégico de construção de uma identidade social e de qualquer projeto de soberania nacional. Entendemos que, no próximo século, não haverá lugar para uma sociedade autônoma e soberana que não domine o conhecimento vigente e alternativo, a informação, a ciência, a tecnologia, a arte. (IAMAMOTO, 2015, p. 252-253).

Buscamos conhecimento, redefinimo-los e os reformulamos. As mudanças são esforços de novos pensadores na complexidade de ensinar e mostrar o caminho da prática, porém não se pode negar que, no cotidiano, os afetos sejam “algo que inviabiliza a compreensão da realidade, mas como algo que a constitui e singulariza” (VELOSO; BUSARELLO, 2018, p.84).

Rego (1995) aponta que, para a perspectiva vigotskiana, o homem é um ser que raciocina, pensa, se emociona, deseja, imagina, e se sensibiliza, portanto “o homem por inteiro, de corpo e mente, emoção e razão, determinado e determinante da sociedade, de forma, que o que acontece com um afeta o outro” (SAWAIA, 2009, p. 365 *apud* VELOSO; BUSARELLO, 2018, p.84).

Isto posto, entende-se que a atuação do assistente social é contraditória e complexa, inserida no coletivo, portanto, nos dizeres de Sawaia, não há como pensar essa intervenção profissional no isolamento de uma instituição, pois o que acontece com um afeta o outro.

Atena: “O tanto que a gente é impotente, não depende só da gente, e aí, a gente acaba jogando para as pessoas que a gente atende uma culpa que também não é deles ...”

4.1.1. Viver a experiência de cada uma

A partir das entrevistas materializadas, retornei aos sujeitos da pesquisa para, por meio da escuta de suas reflexões e de seus comentários, fazer “uma retomada da própria atividade do trabalho, que inclui as possibilidades realizadas e aquelas não realizadas, ou seja, a gênese das escolhas” (BATISTA; RABELO, 2013, p. 06).

Neste dia, a atividade aconteceu de forma individualizada. Conforme proposto em Clínica da Atividade, são os trabalhadores os que estão em melhores condições para realizar a análise do trabalho e propor soluções. Ao ouvirem seus próprios apontamentos, solicitei que

elas se expressassem a respeito de a pesquisadora ter se tornado sócia de cada uma delas, de ela ter vivido a experiência de cada uma.

(1) Atena: *Sim. Como eu já vivi, eu revivo esse dia novamente e refleti como é perigosa a nossa profissão, porque a gente vai em lugar que a gente não sabe o que vai encontrar, e lidar com reações adversas. E aí a gente vê assim, que às vezes as pessoas não têm noção assim do risco que a gente corre, do perigo que é lidar com pessoas, não é? Porque eu não sei a história de vida daquela família, então a gente tem que ser muito imparcial, a gente vê o quanto importante um preparo emocional, preparo de vida de realidade mesmo, que eu acho que é importante...*

(2) Themis: *depois do dia da entrevista, eu já comecei a pensar sobre me observar nesse outro olhar, contar sobre meu dia a dia e ouvindo o áudio eu reflito mais ainda, e a primeira coisa que me vem à cabeça é assim, nossa eu falo e parece que é tão fácil, mas não é, é complicado, é complexo, é cheio de dificuldades, cheio daquela coisa do dia a dia, a gente estava conversando do risco que a gente fala do contato com o pai, da mãe, daquela situação, de um bebê chegando, é uma fala, mas o que vem por trás de tudo isso, o emocional, como a gente fica mexido, esse autocontrole... meu Deus ... e para conseguir esse autocontrole diariamente. Mas foi muito bom me ouvir!*

Os depoimentos na Instrução ao Sósia revelam que, como lidamos com complexidades com que nem todas as profissões se deparam no cotidiano, é preciso que haja um aporte teórico sólido, caso contrário não se avança na efetivação dos direitos a que a profissão se propõe. Neste exercício, a imersão aos sentimentos provoca emoções que também integram a dimensão ética da experiência do homem em sociedade.

Para Magiolino (2014, p.51), “trata-se de problemas das emoções que experienciamos na vida”. E elas também se inscrevem na atividade profissional do assistente social, pois é uma profissão que trabalha na e pela tensão na eminência de riscos.

Como diz Atena “*a gente não sabe o que vai encontrar*” – são reações de medo, angústia e principalmente de agressividade. E, como afirma Themis, “*parece que é fácil... mas não é ... receber aquele pai, aquela mãe*”.

Os dizeres de Atena (1) e Themis (2) possibilitam compreender e significar a complexidade do trabalho e a importância de uma sólida formação profissional para lidar com demandas múltiplas e diversificadas.

De acordo com Magiolino (2014, p. 55),

É possível enveredar numa trama de interlocuções em que as emoções não são sentidas apenas como sensações viscerais, mas trazem implicados

sentidos, e significados e, como manifestações dialógicas, emergem no terreno interindividual, na região limítrofe do signo, nas palavras de Bakhtin.

Ao analisar a afetividade na atividade, Magiolino (2014, p. 52), aponta o método indireto delineado por Clot (2009) como um dispositivo “que tem por objetivo promover a compreensão de efeitos de sentido que circulam em uma atividade de trabalho, desvelando as relações entre o real e o vivido e a representação da atividade”.

Em vista disso, o enunciado de *Atena*, assim como o de *Themis*, desperta a reflexão, “provoca alguma coisa que não se vê, que é o diálogo interior do trabalhador, se observando no momento mesmo em que os outros o observam” (CONCEIÇÃO, ROSA; SILVA, 2017, p.27).

Segundo Clot (2010), a atividade cotidiana sempre convoca uma série de gêneros a fim de que eles sirvam como suporte para a ação. São dimensões que determinam a atividade, demarcando maneiras de identificá-las e produzir sentido. Definem-se como experiências coletivas, impessoais, processuais, cognitivas, mas também emocionais e corporais.

Ao repensar as ações *Atena e Themis* passaram a construir um novo significado à ação cotidiana. A reflexão sobre ação é um processo que fomenta o desenvolvimento profissional, uma vez que permite pensar, compreender, agir, avaliar e ponderar os problemas. É uma tomada de consciência, pois viabiliza reconhecer as dificuldades do cotidiano.

Nas palavras de Vigotsky (1994), a consciência não nos é dada, mas construída na relação, portanto é um ato social consigo mesmo, já que “a experiência determina a consciência”.

Atena e Themis foram instigadas a expressar em palavras suas atividades e, ao projetá-las, deslocam a investigação de seus movimentos internos, tornando-se observadoras de suas próprias atividades.

Para Vigotsky (1994), a relação entre pensamento e palavra é um processo em movimento contínuo, que passa por transformações em si mesmo, no sentido funcional, ou seja, não é somente expresso em palavras, mas é por meio delas que passa a existir. Cada pensamento estabelece uma relação entre as coisas. O pensamento se move, amadurece e se desenvolve para desempenhar uma função, para solucionar problemas.

Ainda nos diálogos sobre a experiência da pesquisadora se inserir no campo, os sujeitos da pesquisa tiveram a oportunidade de se olharem internamente, de poderem refletir sobre os riscos expostos, mesmo que parte do cotidiano se revele em constantes desafios de lidar com as relações de poder e com os sujeitos demandatários de serviços.

Conforme Molon (2008, p. 57) “o homem enquanto processo social e fenômeno histórico é um sujeito quase social, pois é na relação com os outros e por ela, é na linguagem e por ela que se constitui o sujeito e este é constituinte de outros sujeitos”.

O método de Instrução ao Sósia mostrou à pesquisadora e aos sujeitos da pesquisa a importância de se dialogar sobre as próprias experiências, de significar a construção e de analisar o trabalho, tendo em vista um potencial transformador. E, ao falar sobre nossa realidade, podemos ampliar as possibilidades de atuação diante das diversidades que a realidade nos impõe.

4.1.2 A supervisão de estágio em uma complexa profissão

É no estágio que supervisor de campo e aluno vivenciam uma práxis. É onde ambos refletem sobre suas ações. E é nessa dinâmica pensada em conjunto com o aluno que se consolida a atribuição da supervisão de estágio.

(1) Atena: Bom, primeira coisa, normalmente eles entram em contato com o CREAS mesmo, às vezes não sabem os caminhos, vê se tem vaga e a gente orienta a procurar a Prefeitura, e a Prefeitura abre um processo administrativo, então eles entram em contato com a Prefeitura, leva toda a documentação e depois vem para a gente, chegando a gente entra em contato e vê os horários que eles podem fazer, como trabalha e aí a gente encaixa com alguma técnica, a estagiária que é a que eu estou hoje aqui ela só me acompanha em visita, então ela só vem uma vez na semana.

Atena (1) apontou e orientou as etapas e os espaços que o aluno tem que percorrer, revelando o compromisso com a formação de novos colegas, requerido e registrado em nosso código de ética. A conexão e a autonomia em orientar o aluno demandam responsabilidade com a capacitação e a formação profissional

(2) Themis: Quando ela veio, a estagiária, foi autorizado tanto lá da faculdade, como da entidade, tudo documentado e tudo tranquilo. As nossas conversas para elaborar o diário dela, o planejamento do estágio era muito prazeroso. E com a entrada dela acabou tendo a minha entrada na faculdade também, que foi muito gostoso, participando como supervisora na faculdade, como estava te contando que eu quero voltar a estudar porque eu gosto muito, então estar na faculdade de novo para mim foi um prazer, tendo a estagiária aqui e estando dentro da faculdade para acompanhar toda a rotina de supervisão, foi muito aproveitador esse momento.

A organização a que Themis (2) se refere: “quando ela veio a estagiária foi autorizado tanto da lá faculdade, como da entidade, tudo documentado e tudo tranquilo.”. São os

documentos que viabilizam o estágio – termo de consentimento da Instituição e termo de compromisso do aluno –, criando uma relação de vínculo entre a UFA e a Instituição concedente deste espaço para o aluno estagiar.

Ser supervisor de estágio possibilita ao profissional interagir com o ambiente acadêmico, com a pesquisa. E essa inserção favorece a atualização, a capacitação, reveladas na fala de *Themis* (2).

Poder estar novamente em um ambiente acadêmico, ter acesso à produção de novos autores, a novas referências bibliográficas, às teorizações e às explicações que os professores trabalham em sala de aula revigoram a atuação do supervisor, uma vez que o aluno leva tudo isso para o estágio. O contrário também se estabelece, pois poder partilhar com o aluno o espaço de atuação, estabelecer uma interlocução crítica, no sentido de enfrentar os desafios que se apresentam em cada realidade vivenciada na prática, transformam-se em saberes que fortalecem a atuação dos supervisores de estágio.

Esta é a proposta, conectar o supervisor de campo com o mundo acadêmico, estimulá-lo a participar de reuniões, de simpósios, a compor bancas de qualificação e de trabalho de conclusão de curso. Inteirar-se dos fóruns de supervisão em nível regional, estadual. Em suma, a supervisão de campo é significativa não só para o aluno, mas para o supervisor, pois retroalimenta o seu desempenho profissional.

Para assegurar que o estágio se concretize de fato em uma atividade pedagógica constitutiva do processo de formação profissional, são muitos os compromissos de um supervisor de campo, dentre eles: conciliar a proposta pedagógica com a elaboração do plano de estágio, orientar na condução de relatórios e diários. E *Themis* assume o compromisso de incorporar em sua rotina diária este tempo para orientar o aluno, quando diz: *As nossas conversas para elaborar o diário dela, o planejamento do estágio era muito prazeroso*”.

Importante também apontar que isso requer tempo e disponibilidade, pois o aluno, ao vivenciar situações que permeiam o trabalho profissional, irá requerer da assistente social flexibilidade e consciência do enfrentamento com que irá se defrontar.

A fala de *Themis* demarca o tanto que o sujeito é capaz de passar do “afeto para o intelecto, do afeto a linguagem dentre suas variações, tessituras e registros” (CLOT, 2016, p. 89-90), uma vez que, embora haja tensões e angústias, torna-se “prazeroso” ensinar o ofício.

Somos tanto mais capazes de nos engajar em uma ação orientada aos outros, com os outros, quanto temos essa forte tessitura da consciência. Isso se aprende coletivamente. O trabalho coletivo desenvolve a tessitura da

consciência de cada um, a amplitude dos registros e a capacidade de mudar de registro. (CIOT,2016, p.90)

(3) Atena: *Eu percebo assim, que a gente tem muito mais para oferecer para o estágio a gente não tem tempo, a equipe é reduzida, não é nem mínima, é uma equipe reduzida, e é muito difícil ter estagiário né, eu tive duas assim, ... a gente vê um monte de coisa que dá para ser melhor, no sentido de preparo emocional, de preparo de vida, de realidade mesmo, que eu acho que é importante, que nem eu comentei no outro encontro onde a estagiária me acompanhou em visita a um idoso no hospital ao ver as feridas no corpo do paciente, ela saiu correndo para chorar, ficou no carro com o motorista até eu chegar ... então isso é muito difícil...*

A narrativa de *Atena* (3) sinaliza que o trabalho profissional do assistente social em seu exercício prático está para além da atividade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, porque as emoções, as angústias, as expectativas, a visão de mundo atravessam esse território.

O recorte nos revela como as emoções e os afetos perpassam o universo do serviço social e o campo do estágio, pois a estagiária, ao acompanhar a abordagem da supervisora, trouxe à tona as suas emoções, levando-a ao choro. Ela não conseguiu concluir a intervenção que a supervisora de campo estava fazendo.

Para além dos três eixos norteadores do serviço social – teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo – e que direcionam o agir profissional, elementos como os afetos também estão presentes e geram conflitos pessoais. Clot (2016, p. 92) aponta que, nas intervenções em Clínica da Atividade, se procura desenvolver a afetividade profissional, com consequências na afetividade pessoal, desta forma “é centrada sobre o desenvolvimento do vivendo para transformar o vivido”, assim, considera-se que o afeto é a relação entre o vivendo e o vivido.

Magiolino (2014, p. 51), ao fazer uso da concepção espinosana de afeto ativo, marcado pela razão, conclui que este pode se transformar quando dele tomamos conhecimento e consciência, ou seja, perceber algo que não se percebia antes, que nas palavras de Vygotsky (1994, p.50) seria “dar se conta de algo”.

Leite, Smolka e Anjos (2016, p.103) apontam que, para Clot, embora afeto e emoções sejam inseparáveis, ao mesmo tempo possuem estatutos diferentes. Emoção se relaciona a evento, momento, expressão, tradução, enquanto afeto se associa a ação, passagem, ligação, transformação.

A narrativa de *Atena* (3) evidencia a importância em compreender a emoção sob o ponto de vista que Clot (2016, p. 90) considera e traz como objeto de estudo, “pode-se ter

uma voz trêmula, falando de coisas com muita certeza, o que traduz as reações muito mais sutis entre a língua, o corpo e os sons. O fisiológico, o psicológico, e o social encontram-se sutilmente entremeados. Vê-se a que ponto a emoção é plurifuncional, interfuncional”.

Ao verbalizar e tomar contato com algo que nos afeta, aumentamos ou diminuímos nosso poder de ação, o que se torna inerente a todos nós e acontece com muita frequência nas aulas da supervisão acadêmica, quando o aluno está em processo de formação. E é aí que o supervisor também vai lidar com complexidades das quais ele também não foi preparado.

Atena (3) ... “a gente vê um monte de coisa que dá para ser melhor, no sentido de preparo emocional, de preparo de vida, de realidade mesmo”.

Iamamoto (2015) discorre que, na profissão do assistente social, inevitavelmente vivenciamos tensas relações decorrentes da dimensão de trabalho útil e ao mesmo tempo abstrato. É no campo de estágio, que emerge a realidade, exatamente por aflorar o que já não é teórico e já está no exercício prático, por isso supervisores de campo e acadêmico devem trabalhar em consonância para juntos dirimirem esse impacto na vida do aluno. No entanto, como aponta Atena, as condições concretas de realização da atividade não são favoráveis para lidar com essas questões.

Atena (3) eu percebo assim, que a gente tem muito mais para oferecer para o estágio a gente não tem tempo, a equipe é reduzida, não é nem mínima, é uma equipe reduzida...

Uma realidade social, na qual as necessidades não podem ser atendidas por conta da precarização, do excesso de demandas e do número insuficiente de profissionais, e tudo isso desfavorece os processos de transformação social. Mesmo sendo considerado profissional liberal, na prática o assistente social depende de recursos previstos nas instituições empregadoras, o que comprova a condição de trabalhador assalariado sujeito a uma relação de compra e venda da força de trabalho.

A supervisão acadêmica caracteriza a prática docente, sendo responsabilidade do professor supervisor do curso e do supervisor de campo acompanhar diretamente as atividades prático-institucionais do aluno (ABEPSS, 2010).

(4) Themis: *eu tenho para mim enquanto supervisora a questão de apresentar o material referente ao nosso dia a dia de trabalho, então ela tem a possibilidade de trazer tanto aquilo que está sendo apresentado no dia a dia de sala de aula e o que eu apresento para ela que é o dia a dia da entidade, o teórico, aquilo que vai subsidiar o nosso dia a dia, então a gente conversava muito sobre isso também.*

O reconhecimento de *Themis* (4) é muito importante, pois esta relação se fortalece também na busca por atualização, trocas de experiências e articulação com a proposta curricular. No dia em que estive com *Themis*, pude observar como se estabelecia a rotina de toda a equipe, considerando todas as mudanças e as rupturas que crianças e adolescentes passam no momento em que são acolhidas.

Segundo Netto (2011), em *Introdução ao estudo do método de Marx*, para Marx é através do trabalho que transformamos um objeto natural em um produto que satisfaça as nossas necessidades. Esse ato, por ser social e ter uma dimensão teleológica, transforma o objeto e o próprio homem de acordo com seus fins, propósitos e destinos.

Ainda, segundo Marx, nós não trabalhamos com fragmentos da vida social, mas, ao contrário, se quisermos ter uma visão crítica, temos que trabalhar aquela situação pontual, singular da vida da pessoa em uma dimensão de totalidade, pois não podemos ter uma visão alienada da vida social.

Sob esse entendimento, dentro dos espaços das instituições que requerem a atuação de um assistente social, o Serviço Social não trabalha com fragmentos da vida social, mas articula-os com a totalidade.

As situações vivenciadas pelos sujeitos, nesta pesquisa, relativas à criança e ao idoso quando em situação de risco social, e com a institucionalização, são consideradas e analisadas na sua dimensão universal e em sua especificidade, o que desafia a cada instante o profissional a apreender, revelar e solucionar as diversas expressões da questão social que permeiam as atividades dos sujeitos da pesquisa, o que não exclui neste contexto compreender que as emoções, ao mesmo tempo em que emergem de situações ideológicas ou vivenciais, são também responsáveis por organizar internamente nossos comportamentos.

4.2. 2.º Eixo: a inserção dos alunos no estágio e numa complexa profissão

A inserção dos alunos em campo de estágio sempre se constitui um movimento desafiador, em que é possível aflorarem expectativas, ansiedades e interesse de que as teorizações acadêmicas sejam realizadas no universo do exercício prático. É nesse momento que os graduandos em Serviço Social se deparam concretamente com as manifestações da questão social, até então internalizadas teoricamente, o que, sem dúvida, vai provocar inúmeras formas de emoções, indagações e ressignificações.

(1) **Eu:** *O estagiário, que sai de uma aula teórica...*

(2) Atena: *sim, eles assustam, já peguei uma estagiária que uma vez me ligaram de um pronto socorro que tinha um idoso lá com suspeita de maus tratos, e ele realmente tinha muita ferida no corpo, muita ferida..., e ela não conseguia ficar comigo na sala, ela saiu e ficou chorando lá fora junto com o motorista até eu sair, quase uma hora, então é muito difícil.*

(3) Atena: *nas visitas externas também oriento para estar muito atento, sempre próximo a porta de saída se possível, então é um cuidado que a gente tem, sempre caso seja necessário para ter facilidade para sair...*

Pensando neste momento do estágio, no qual os alunos retornam com suas vivências mesmo diante de experiências negativas, a cada etapa deste processo, eles têm que ser preparados para este enfrentamento que pode ser diário, por isso o espaço do estágio precisa ser ocupado, desvendado e questionado.

(4) Themis: *Os documentos de visitas domiciliares devem constar o nosso olhar dentro da nossa intervenção, da nossa prática sempre, e sem julgamentos.*

(5) Themis: *tenho para mim enquanto supervisora a responsabilidade de apresentar o nosso material de trabalho que é denso, ofícios, encaminhamentos, denúncias... enfim...o dia a dia, então, ela, tem a possibilidade de trazer também o que está sendo apresentado no dia a dia da sala de aula...*

(6) Atena: *nossos relatórios são detalhados, cheiros, odores, tudo isso entra, seu olhar do local, nome do intimado, endereço tudo isso deve estar correto, então, mostro para a estagiária a pastinha com modelos de ofício, de relatório, na rede também tem a planilha para consultar...*

É imprescindível que os supervisores conheçam os instrumentos técnico-operativos da profissão, saibam utilizá-los, pois cabe a eles detalhá-los para o estagiário. Essas atribuições a que *Themis* (4,5) e *Atena* (6) se reportam estão contidas em documentos como a PNE (ABEPSS, 2010), os quais são parâmetros para as instâncias envolvidas e para atuação do assistente social. As diretrizes, necessariamente, envolvem duas dimensões distintas: a do acompanhamento da supervisão acadêmica, que caracteriza a prática docente, e o da supervisão de campo, que compreende, diretamente, as atividades prático-institucionais. São habilidades e competências vinculadas às orientações consoantes às legislações e que devem ser desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem no âmbito do estágio supervisionado.

(7) Atena: *não tem como separar, a nossa profissão é feita disso...ter um olhar amplo, então quando chega uma denúncia de um idoso que está com alguma problemática, você vai lá e você vai encontrar uma filha desempregada, você vai encontrar uma criança deficiente, você vai encontrar uma pessoa em situação de negação, sem renda, sem benefício de prestação continuada (BPC), não tem como tampar o olho e eu vou lá só para ver aquilo que me foi determinado?... então eu vejo isso um problema muito sério...*

É uma complexa realidade que a profissão desvela. É um encontro íntimo no qual cada sujeito expressa em seu olhar seus valores. É um encontro de realidades... É necessário que a intervenção do Serviço Social esteja pautada na reflexão sobre a realidade social que é concreta e heterogênea, sobre as particularidades vivenciadas cotidianamente. Para tanto, há de haver um arcabouço teórico-metodológico que direcione a uma tomada de posição diante das contradições e das complexidades, seus limites e possibilidades. Desta forma, o projeto ético-político nos proporciona refletir o movimento sócio-histórico, suas manifestações e descompassos decorrentes da realidade social.

A formação em Serviço Social consiste num processo amplo e desafiante que parte da compreensão da educação como um direito social. Ao inserir o aluno na prática, precisamos prepará-lo para ser capaz de compreender o significado da profissão, de responder às exigências de um projeto profissional construído coletivamente e historicamente situado.

No cotidiano, torna-se relevante a reflexão que transpassa a relação de forças presentes, as estratégias que se apresentam no espaço profissional e a real possibilidade de intervir nesses espaços onde se expressam todos os níveis de relações sociais. São experiências, vividas e presentes no cotidiano da profissional, propiciando a maturidade na formação e principalmente o preparo para um exercício consciente da profissão.

Ao deslocar esta atividade para a inserção do estagiário na prática, Buriolla, (2008, p. 58) diz que,

[...] na medida em que a concepção da realidade e a visão de mundo têm influência no processo de ensino-aprendizagem, abrangendo as relações internas e externas (determinantes do contexto e do processo da supervisão), estas influências, determinantes e determinadas, só podem gerar um produto no sujeito coletivo – supervisor e supervisionado – indicativo de mudanças ao nível de consciência e de conhecimento; de habilidades operativas; de motivações, de interesses, de atitudes, valores; e da própria prática profissional [...]

[...] supondo, portanto, que a situemos no contexto concreto das realidades nas quais este processo está inserido, e que tenhamos clareza das visões que temos do homem, de sociedade, de educação e de Serviço Social[...].

Como o estágio supervisionado se configura como um espaço de aprendizagem, ao assumir este compromisso o supervisor deve ter clareza quanto aos objetivos pretendidos. Ao vivenciar na prática as demandas que se apresentam nos espaços de atuação, faz-se necessário inscrevê-los na totalidade histórica da profissão dentre as forças sociais que explicam as transformações em que se inserem as competências do assistente social na atualidade.

Esses espaços refratam ainda as particularidades e as condições de trabalho prevalentes no cotidiano. Atuamos na transversalidade das múltiplas manifestações da questão social. A qualificação é significativa para o aprofundamento nos processos sociais contemporâneos, haja vista como as questões relativas às intervenções devem ser abordadas diante da complexidade das demandas que se apresentam, como se estabelece nossa autonomia. O nosso trabalho é indiscutivelmente importante na viabilização de direitos sociais.

A Instrução ao Sósia, como método, permitiu visualizar partes fundamentais do trabalho, que, por outros métodos, não seriam facilmente detectados. A experiência do assistente social não seria acessível diretamente. Tornou real e explícito um universo de elementos implícitos, como comportamentos, escolhas, hesitações, sentimentos, e afetos, revelando o quanto o trabalho abriga uma dinâmica que se desvela por meio do outro.

O estágio supervisionado, mais que esperado, é idealizado. Isso mostra a necessidade de compreender e discutir todos os elementos que o constituem. A profissão carrega várias questões sobre as quais as pessoas não se interessam por falar ou pensar.

É uma profissão na qual o “não dito” é a comunicação inconsciente. Sendo assim, esses aspectos, atinentes à dimensão da subjetividade, cujos afetos estão inseridos, são problematizados nas oficinas da prática do estágio supervisionado, em que o supervisor acadêmico juntamente com os demais docentes oportuniza sua discussão.

Do mesmo modo a supervisão de campo é responsável pela formação do aluno, porque mostra na prática o verdadeiro objeto de trabalho do serviço social, o que requer um olhar crítico, uma vez que os conhecimentos vêm também da realidade onde atua.

Sposati (2016, p.08) afirma que, por conta das especificidades e da dificuldade do acesso do cidadão aos seus direitos sociais, o assistente social vai até ele para ajudá-lo a reconhecê-los. A demanda precisa de uma ciência que faça a leitura da sociedade, reconhecendo a história deste cidadão. [...] “não é só aplicar a lei, mas reconhecer a necessidade dos diferentes direitos e das diferentes desproteções”

Para Sposati (2016), o assistente social, por identificar na vida do cidadão sua história de desproteção, a ausência do Estado, as relações mais próximas com os familiares, cuidados, tem o papel de exercer a mobilização de apoio para enfrentamento das fragilidades. E isso ficou explícito nos diálogos com os sujeitos desta pesquisa.

Como afirma Yamamoto (2015, p. 191), “ainda há o dilema metodológico em detectar as dimensões de universalidade, particularidade e singularidade na análise dos fenômenos presentes no contexto da prática profissional”.

Lewgoy (2010) indica que a profissão tem um processo de formação bastante ativo e intenso. Não se trata de analisar as atividades que envolvem os supervisores de estágio, mas de provocar reflexões que possibilitem dialogar com o fazer profissional dos supervisores de campo e acadêmico. Para a nossa profissão, o estágio supervisionado significa ter conhecimento dessas vulnerabilidades, dos limites da população, conhecer e começar a aprender como superar os desafios apresentados no cotidiano profissional.

Para os supervisores, o desafio é trabalhar a fragilização e o fortalecimento vinculados ao processo de ensino e aprendizagem com o aluno em sua trajetória acadêmica, reconhecendo a relevância pedagógica e o processo de supervisão como espaço de troca de saberes e de interlocução.

Iamamoto (2015) afirma que a prática do Serviço Social deve ser compreendida como sendo uma práxis social, considerando-se o movimento contraditório da sociedade.

Nesta pesquisa, a relação emoção e trabalho se apresenta de forma intensa. Nas atividades das supervisoras de campo, nas entrevistas e nos diálogos, constatou-se que as emoções e os afetos vivenciados geram muitas angústias, pois há sempre uma finalidade a alcançar diante de uma realidade. Portanto, “os afetos não podem ser concebidos como instância negativa ou perturbadora do homem, uma vez que é pela via dos afetos que os homens concebem o conhecimento de si, dos outros, e da realidade que o circunda” (VELOSO; BUSARELLO, 2018, p. 87).

4.3. 3.º Eixo: afetos e emoções na atividade do supervisor de campo

Neste eixo, ao aprofundar o diálogo sobre os saberes gerados na atividade prática da supervisão de campo, busco compreender para além do que é registrado na atividade profissional. Diante das inúmeras situações que nos foram apresentadas nos diálogos, deparamo-nos com a realidade, com expectativas e desafios cotidianos da profissão, tais como a insegurança da reação dos usuários atendidos, que se evidenciaram frente à diversidade de demandas que envolvem o cotidiano das supervisoras de campo e que, para isso requerem, repertórios e habilidades permitindo explorar os afetos e emoções, foco deste eixo.

As necessidades, expostas na relação com os usuários dos serviços e apresentadas na Instrução ao Sósia, nos levaram a nos aproximar de outros fatores constitutivos, dentre os quais a expressividade, ao trabalhar com um público vulnerável, como revelam os trechos a seguir, extraídos do primeiro encontro com as supervisoras.

(1) **Themis.** *esse bebê foi acolhido pelas educadoras, você atendeu o conselho tutelar, agora sim, você vai conversar com esse pai e essa mãe, é uma questão que a gente vivencia diariamente...*

(2) **Eu:** *O que devo fazer? Como é que eu começo a conversar com esses pais?*

(3) **Themis:** *se esses pais estão ali naquele momento é porque se interessam pelo bebê... parece fácil, mas não é... a gente fica mexida, esse autocontrole, eu falo de ter a tranquilidade, meu Deus e para conseguir ter esse autocontrole diariamente, fico indignada, se eu precisar chorar no trabalho eu choro, por que é isso que faz com que a gente seja além de profissional, ser humano, não é verdade? ... ou então, a hora que a gente chega em casa pendura a bolsa e entra no chuveiro, pra lavar a alma mesmo.*

(4) **Atena:** *Não é só o risco físico, né, porque deposita-se uma carga que você vai resolver todos os problemas, então se eu não me cuidar emocionalmente eu levo isso pra casa...*

(5) **Eu:** *e os estagiários...*

(6) **Atena:** *sim! Eles assustam!! Já tive estagiária que uma vez me ligaram do pronto socorro que tinha um idoso com suspeita de maus tratos, ela a estagiária não conseguiu ficar comigo na sala... foi para o carro chorar ... então é muito difícil...*

A fala das supervisoras de campo denota o quanto os afetos e as emoções são inerentes à sua atividade. *Themis* (3) diz “*parece fácil, mas não é*”, remetendo talvez a uma imagem social que se pode ter com relação a esta atividade.

Ao se ouvirem, perceberam o quanto é complexo todo o processo. As emoções e os afetos vivenciados na atividade de trabalho continuam com elas quando chegam em casa “*a hora que a gente chega em casa pendura a bolsa e entra no chuveiro, pra lavar a alma mesmo*”. *Themis* (3), ao falar do lavar a alma no chuveiro, logo antes de mencionar o choro no local de trabalho, dá a entender que o choro pode continuar, quando chega em casa.

Esse pequeno trecho da fala da supervisora mostra vários indícios acerca da complexidade da profissão e do quanto as emoções e os afetos fazem parte da atividade do assistente social, reforçados por: “*A gente fica mexida*”, “*Fico indignada*”, “*Se eu precisar choro no trabalho, eu choro*”, “*Lavar a alma*”.

Atena (4), ao ouvir o comentário de *Themis*, demonstrou se reconhecer no mesmo afeto e acrescentou “*Não é só o risco físico, né, porque deposita-se uma carga que você vai resolver todos os problemas*”.

Ela indicou que há pelo menos dois riscos envolvidos na situação descrita por *Themis*. O risco físico, que não foi mencionado, mas subentendido por *Atena*, e o risco emocional: “*se eu não me cuidar emocionalmente eu levo isso pra casa*”.

Atena falou da carga que se coloca muitas vezes sobre as assistentes sociais como alguém que vai “resolver todos os problemas”, atribuindo a construção de novos significados à sua ação cotidiana. Poderíamos indagar aqui: quem é que coloca essa carga? A sociedade civil? O poder público? As famílias atendidas pela assistência social?

Lidamos com as fragilidades da profissão e as que o próprio profissional tem no exercício diário. Nesse diálogo, a pesquisadora questionou sobre os estagiários e sobre os compromissos que os supervisores devem ter para conduzir uma formação dessa natureza, ao lidar com demandas com diversificados tipos de violência, ampliação e agravamento da questão social.

A contribuição do supervisor de campo está em imprimir na sua intervenção profissional uma direção, a real importância do fazer profissional, o amadurecimento de seu saber, o objeto de sua ação profissional, possibilitando ao estagiário problematizar a realidade social.

Neste contexto, Yves Clot (2010) tem pesquisado em que condições a experiência profissional pode ser transmitida e renovada. Em algumas de suas análises, discorre sobre as relações entre aprendizes e iniciados e sobre as relações que se produzem em situação de formação entre profissionais. Essa condição se aplica no estágio, pois esses dois tipos de relação ali se fazem presentes.

Conforme Lewgoy (2010, p. 121), é preciso reconhecer os limites e as possibilidades de respostas profissionais, debater os elementos constitutivos do projeto profissional, bem como constatar nos espaços de atuação “a relação com o projeto hegemônico da profissão”.

O último encontro aconteceu, tendo por base trechos recordados por ambas na Instrução ao Sósia e também por algumas imagens selecionadas por mim, mediante o universo de inserção no cotidiano dos sujeitos da pesquisa. Inspirei-me em Tarsila do Amaral por sua sensibilidade e protagonismo em retratar o social, nossa gente, nossas lutas, nossas cores. A identidade cultural do Brasil voltada para temas sociais como a situação dos trabalhadores, das crianças e das mulheres que já eram os mais explorados neste sistema desigual.

Baseando-se nessas imagens, as colegas comentaram...

Figura 1: Tarsila do Amaral – Segunda Classe, 1933.



Fonte: Arquivo pessoal

(1) **Themis:** *ah, é o nosso público, é criança, é idoso, é mãe, é avó.*

(2) **Atena:** *as gerações né, eu gosto da Tarsila porque ela usa os pés, as mãos maiores, os trabalhadores, são quadros vivos, e o tanto, a afeição, né, o rosto triste deles e o tanto que o nosso público é triste, o tanto que ele está preocupado hoje com as transformações políticas que estão tendo, quando eu olhei esse quadro eu pensei naquele indiozinho do Vida Maria se não me engano, que chama, não é?*

Atena (2) interpretou o quadro de 1933, se reconhecendo como profissional deste público, e o ressignificou às suas próprias experiências e aos tempos históricos da contemporaneidade.

(3) **Themis:** *E é assim que batem a nossa porta mesmo, né, sem ter ninguém para ajudar, com quem contar, e a gente tendo que responder a toda essa angústia, né.*

Figura 2: O Estágio supervisionado



Fonte: arquivo pessoal

(4) Atena: *É uma interrogação mesmo, o que eu acho mais difícil do estágio é o desprender dos seus conceitos, sabe, do que você pensa, do “eu acho”, dos seus conceitos de vida, do que você acha que é certo e errado quando olha para o outro, acho que é tão difícil você mostrar isso.*

(5) Themis: *E pensar na gente mesmo enquanto referência para aquele aluno..., a responsabilidade de ser a referência porque nós temos os nossos supervisores como referência, seja lá para o negativo ou para o positivo, é sempre produtivo a gente pensar neles, então eu estou naquele papel de referência para aquela pessoa e então é importante a gente repensar a nossa atuação também.*

(6) Atena: *E quanto também que a gente se adequa né, porque hoje a gente tem outro perfil de universitário, a gente tem o universitário que trabalha, que não consegue sair do emprego para fazer estágio de segunda a sexta, e também, como que é difícil para ele as vezes, já parou de estudar há muito tempo, está voltando a estudar agora, não pode abandonar o emprego para fazer estágio porque precisa pagar a faculdade, e o que a gente também apresenta para esse aluno em troca? É muito difícil.*

O desafio em contribuir para a formação do outro, qual seja, assumir a supervisão de campo se mostra um compromisso complexo, principalmente por ter de dar algumas respostas ao estagiário quando as indagações do próprio profissional são inúmeras.

A aproximação com a realidade cotidiana de Atena e Themis oportunizou que fosse problematizado o espaço sócio-institucional e a convivência com estagiários, o que evidenciou o quanto a atribuição dada aos supervisores de campo se constitui no propor, no agir, e principalmente no se compromissar com uma formação profissional qualificada.

Figura 3: Roda dos Expostos



Fonte: arquivo pessoal

(7) Themis: *São tantas outras expressões da questão social é diário essa roda dos enjeitados, essa seleção né, é diariamente eu penso, a todo o momento... hoje a gente tem enjeitados os bebezinhos, enjeitados os*

adolescentes sem qualificação, sem lazer apropriado, os enfeitados adultos sem trabalho, sem a educação, os idosos sem o acompanhamento...

Figura 4: Tarsila do Amaral – O Orfanato – 1935



Fonte: arquivo pessoal

(8) Atena: *Todas olhando para baixo, até o cachorrinho...*

(9) Themis: *E eu falo uma coisa sabe, que eu sempre comento o orfanato, o abrigo, as crianças estão protegidas, o asilo, os idosos estão protegidos, estão cuidados, mas não substitui a família, o afeto, a gente sempre costuma dizer nas capacitações que nós fazemos com as funcionárias do abrigo a gente sempre fala, crianças e adolescentes não escolheram estar lá, então estão bem cuidados, estão coloridos, mas não era para estar ali. (Referindo-se ao quadro).*

(10) Themis: *Eu acho que ao longo da vida a gente vai mudando as nossas prioridades, não é verdade?*

As reflexões contidas nas falas de *Themis* (7, 9 e 10) e de *Atena* (8), ao associar as figuras de números 3 e 4 ao público-alvo do trabalho delas, nos remetem aos códigos da pobreza, que as imagens expressam, tal como a exclusão e a baixa-estima, maiormente manifestos nos signos da exclusão, conforme estudado por Yazbek (2010).

Nas palavras de Yazbek (2010, p. 153), “[...] tem-se tornado impossível alcançar a realidade das classes subalternas, a pobreza é a expressão direta das relações vigentes na sociedade, relações extremamente desiguais, em que convivem acumulação e miséria, [...]”. É uma revolta silenciosa, aliada às estratégias para melhor sobreviver. É assim, cotidianamente no exercício de nossa profissão.

Figura 5: Michelangelo Buonarroti – Pietà – 1499



Fonte: arquivo pessoal

ABANDONO

(12) Atena: *esse abandono parece o nosso abandono também quando a gente fica ali com o usuário, a gente cuidando daquela pessoa, daquele caso, e a gente não tem respaldo nenhum de políticas públicas, de ninguém e pode ser, tanto uma mãe com o filho no colo como a gente também com aquele caso que é jogado no colo da gente, toma, resolve e sem política pública nenhuma.*

(13) Themis: *Eu acho que eu também fui um pouco nessa reflexão da Atena também, fui vendo a palavra abandono, me remete a questão do meu trabalho, das crianças, dos adolescentes, da questão do rompimento de vínculos assim tão frágeis, mas olhando a imagem me passou uma questão de cansaço mesmo, de cansaço de lutas, do cansaço do dia a dia, do cansaço de você lutar por direitos, por políticas públicas de qualidade, não só no âmbito do nosso trabalho ali né, mas da população de forma geral, me passou muito essa imagem, puxa, que cansaço de fazer, de remar né, me passou um pouco essa imagem sim...*

Com o recorte acima, foi possível, como pesquisadora, compreender como os sujeitos da pesquisa se reconheceram, ora como profissionais que acolhem o abandono do outro, proveniente, sobretudo, da ausência de políticas públicas na sociedade do capital, e ora como profissionais que igualmente são abandonadas e destituídas de plena autonomia, tendo em vista que se trata de trabalhadoras inseridas em instituições públicas ou privadas, portanto, empregadas e não detentoras do modo de produção, mas, ao contrário, são profissionais que vendem sua força de trabalho no âmbito intelectual.

O abandono é um sentimento compartilhado para além dos sujeitos da pesquisa, pois atinge também o aluno estagiário, inserido no campo da prática. Ele, quando colocado no campo da experiência, a rigor recebe instruções prescritas em manuais e orientações pedagógicas que compõem o *métier* da atividade profissional na disciplina de estágio supervisionado, bem como no plano de estágio elaborado com seu supervisor de campo.

Contudo, contraditoriamente à atividade prescrita, o estagiário no campo da prática aprende o que não está prescrito, incluindo neste cenário os afetos e as emoções que atravessam a natureza profissional. O estagiário, mesmo sem deixar de senti-los, não irá manifestá-los ou expressá-los, porque isto é construído na experiência supervisionada pelo olhar atento do supervisor imediato, ou seja, o de campo, e trabalhado, como dito anteriormente, pela supervisão acadêmica nas oficinas.

Logo, é possível afirmar que o abandono é um sentimento que coloca os sujeitos da profissão em constante tensionamento, ao compreender o trabalho, a profissão, o risco e a trama complexa vivenciada e que mexem com sentimentos e afetos tanto dos profissionais como dos estagiários. E tal como afirma Clot. (2016, p.91), “nas intervenções em clínica da atividade, pode-se dizer que se procura desenvolver a afetividade profissional, com consequências na afetividade pessoal”.

Conforme já mencionado, a presente pesquisa retrata a relação dos afetos e das emoções na cotidianidade profissional do assistente social. Assim, entendo necessário conceituar o que é emoção, o que é afeto e qual o significado de ambos para o Serviço Social.

Clot (2016, p. 88-91), embasado em Vigotsky, diz que:

a emoção é um evento traduzido em duas línguas diferentes”. A emoção é traduzida em reações fisiológicas e em um vivido subjetivo que passa pela linguagem... e as emoções não estão alojadas no organismo, elas se deslocam, são nômades (é a expressão de Vigotsky).

Examinemos o que é o afeto que não é a mesma coisa que a emoção, ainda que ambos pertençam à afetividade. Partimos de duas citações de Spinoza: a primeira se acha no início da *Ética*: “*denomino afeto o que aumenta ou diminui a potência de agir*”. Temos aqui uma definição de afeto como transformador, força de trabalho, desenvolvimento da atividade. Dito de outra forma, o afeto tem a ver com a ação. Na *Théorie des émotions* de Vigotsky, encontra-se fórmulas desse tipo. A segunda citação, importante ainda que desconcertante, difícil de digerir, mas que faz pensar é a seguinte: “um afeto só pode ser ultrapassado por outro afeto maior”. Ou seja, um afeto não pode ser ultrapassado simplesmente por ideias. O que significa que nem a razão, nem a vontade podem triunfar sobre os afetos (CLOT, 2016, p. 88-91).

Esses conceitos trazidos por Clot refletem a realidade do campo da experiência do estagiário e dos profissionais do Serviço Social, uma vez que a atividade objetiva é perpassada pelo viés das emoções e dos afetos, no entanto este segmento profissional não pode secundarizar essa discussão, já que se trata de um exercício profissional inserido no contexto dos conflitos, sobretudo nas diversas violências sociais e estruturais, reverberando no universo das emoções e dos afetos deste trabalho social, que poderá ressignificá-las mediante a tomada de consciência.

Finalizando a última reunião com as colegas, indaguei se elas tinham mais alguma consideração a fazer:

(14) Eu: *Então está bom, mais alguma consideração?*

(15) Themis: *Eliane, a história do quadro... a gente tem esse quadro na parede que é uma imagem de uma estação, foi uma doação de um vizinho nosso aqui, e ele adora trem, ele coleciona trem, e então foi ele mesmo que pintou esse quadro do trem, e ele doou para a gente, e veio assim, bem de encontro com a nossa essência, a gente costuma dizer que a entidade é de chegadas e partidas, tem crianças, tem famílias que vão embora no mesmo trem que chega, tem crianças, tem adolescentes, tem famílias que tem que esperar um novo trem, um novo horário, uma nova data, então é o dia todo assim, chegadas e partidas.*

(16) Eu: *... sem palavras....*

(17) Themis: *É como na música “todos os dias é um vai e vem...”. Para a gente é a nossa história aqui, é o nosso dia a dia, chegadas e partidas e a gente é o bilheteiro aqui, a gente é só bilheteiro...*

(18) Eu: *A gente fica emocionada, não é? é bem isso... ora sou eu ou por ora pertença a outros...*

(19) Themis: *Sim... não tem outro lugar que eu gostaria de estar, senão aqui, sou muito feliz aqui.*

Figura 6: O Trem – na sala de visitas



Fonte: arquivo pessoal

As fotografias contam histórias, falam sobre as pessoas, emolduram o tempo, organizam experiências, transmitem verdades até inquestionáveis. O poder da imagem produz sentimentos e emoções e, ao contemplá-las, nos despertamos para como ela foi produzida, como será percebida, o que ela está representando, e que novas experiências elas podem acordar.

Themis: *No dia em que chegou esse quadro eu falei... olha... ele vai ficar aqui neste local, que é de destaque para ele, é a nossa história, de chegadas e partidas.*

Atena: *Tudo é válido!*

A similaridade com o público-alvo, com as intervenções, com os atendimentos e com os espaços sócio-ocupacionais apresentados viabilizou às supervisoras de campo ver seu público e problematizar. Foi revelador. As conjecturas não são aleatórias, mas sim, reforço da concepção em legitimar os afetos e as emoções no trabalho interventivo.

Neste eixo, a reflexão teórica sobre afetos e emoções nos inseriu no processo de interpretação da realidade vivida entre supervisores e estagiários, mostrando o quanto se torna importante conhecer outras ferramentas conceituais e metodológicas para situações usuais do nosso cotidiano.

De acordo com Clot(2010), é na análise cotidiana do trabalho que também se produz conhecimento, assim, o desenvolvimento **provocado na intervenção** produz novos mecanismos impulsionadores do movimento de consciência através da ação e da reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor esta pesquisa, eu já me sentia provocada no meu cotidiano como supervisora acadêmica, devido aos pontos de interrogação que observava ao término de mais um dia de aula, quando olhava para o aluno e tentava decifrar as inquietações que ainda se apresentavam. O caminho investigativo desta pesquisa percorreu amiúde a nossa prática, ao adentrar em universos mais amplos de investigação. Assim, apresento algumas considerações sobre o trabalho do supervisor de campo realizado no estágio obrigatório em Serviço Social.

Valorizar as experiências das assistentes sociais, supervisoras de campo, aprofundando os saberes gerados nesta atividade, nos quais os múltiplos sentidos que permeiam este espaço, foi nossa verdadeira intenção. Soma-se a isso a metodologia da Clínica da Atividade proporcionou-me caminhos para tornar concreta tal proposta. Como diz Martinelli (1997, p. 22), “cada dia de trabalho nosso é um dia histórico, se aprendermos a lê-lo, bem poderemos desvendar muitos elementos que permeiam a dinâmica cotidiana”.

Ao publicitar as experiências sob um olhar científico foi possível aprofundar com maior riqueza na hipótese desta pesquisa: a supervisão de campo do estágio supervisionado em Serviço Social é uma atividade complexa dada a especificidade da profissão?

Pelas narrativas na Instrução ao Sósia, foi possível compreender que em nossos espaços de intervenção as demandas que chegam se mostram como fenômenos, cabendo ao assistente social analisá-las de modo que tenham um sentido totalizante e a partir daí criar respostas profissionais para a ação profissional.

O Serviço Social é uma profissão que vem sendo exercida no Brasil há oito décadas, Por ter um caráter sociopolítico tem atuado em todas as áreas em que se manifestam as diversas refrações da questão social, nas quais as desigualdades se originam da contradição capital x trabalho. Somos confrontados com condutas concretas, envolvidos com os conflitos da realidade que necessitamos compreender, explicar e resolver, na tentativa de encontrar um significado.

Inserimo-nos nas diversas áreas de efetivação dos direitos, nas políticas sociais públicas e privadas e em diversos segmentos como família, criança, idosos, e nas diversas formas de violação dos direitos sociais, decorrentes da forma como nos organizamos na sociedade. Em vista disso, o trabalho requer saber analisar a realidade social, planejar ações que tenham caráter incisivo pontual e transformador para a população demandatária deste serviço.

Preparar o profissional para saber analisar e intervir na realidade social de forma crítica, para saber intervir para garantir direitos, para saber desenvolver trabalhos em parcerias públicas, para compreender a questão social e suas expressões na realidade social, são os compromissos assumidos com o aluno no seu processo de formação. É nesta complexa rede que se compõe o cotidiano de trabalho.

Não é uma realidade fácil. Vivenciamos espaços contraditórios e complexos e compreender a realidade a partir do cotidiano significa reconhecer o contexto para saber onde e como atuar. Os diálogos nos ajudaram a compreender os limites e os desafios do fazer profissional e para, além disso, o desafio de se perceber num movimento de conscientização da profissão.

O estágio supervisionado é fator preponderante para preparar a inserção do aluno no mundo do trabalho, portanto determinante no processo interventivo. O estagiário tem a possibilidade de conhecer as relações que se estabelecem entre a profissão e as instituições. Não obstante, os espaços sócio-ocupacionais se constituem em verdadeiros espaços de problemas sociais e econômicos.

O interesse desta pesquisa foi entender a atividade do supervisor de campo envolvido no processo de formação profissional e saber como os desafios enfrentados impactam no processo de formação no âmbito do estágio supervisionado obrigatório.

Este problema de pesquisa partiu de minha vivência concreta como supervisora acadêmica e de minha relação com as supervisoras de campo que recebem alunos em campos de estágio. As supervisoras de campo que participaram da pesquisa, em suas singularidades e imersas em um coletivo de trabalho, foram protagonistas, ao analisar o cotidiano do seu *métier*, observando através do sócia o que estava presente na atividade para além da experiência vivida.

Dessa forma, o objetivo dos diálogos com elas foi identificar como as experiências de ambas em seus afazeres profissionais contribuem para a formação profissional. Nestes diálogos, os caminhos percorridos avançaram numa temática pouco aprofundada na profissão, ao compreender que as “emoções e os afetos” fazem parte do cotidiano da profissão. Ao mesmo tempo em que eles – emoções e afetos – emergem de situações vivenciais ou ideológicas, também são responsáveis por organizar internamente nossos comportamentos.

Foi um confronto inevitável, garantido pela metodologia da Clínica da Atividade no método de Instrução ao Sócia, no qual a experiência de cada sujeito da pesquisa foi vivida no agora. Suas condutas concretas foram confrontadas, envolvida com os conflitos da realidade, na tentativa de encontrar um significado para seus esforços. Colocar a experiência em

palavras, facultar a troca verbal entre os sujeitos, levou-as ao primeiro impacto de reconhecer no sócia a sua autoimagem (CLOT, 2010).

A tomada de consciência propiciou-lhes aprofundar a complexidade do trabalho, a fomentar análises. E, inserir os alunos numa dinâmica estabelecida nos espaços resultantes das práticas e das intervenções, preparo-os para viver uma intrincada profissão, na qual os sujeitos desta pesquisa inscrevem suas atividades.

Esta pesquisa revelou os espaços de atuação das supervisoras de campo, os quais perpassam a linha da vida – a infância e a velhice, presentes no contexto das práticas, suscetíveis às intervenções, mas também reveladoras dos elementos afetivos que atravessam a atividade do assistente social – e ainda os compromissos assumidos com a formação do estagiário, inserido neste contexto.

A experiência da pesquisadora de se inserir no campo como sócia levou, por meio dos diálogos os sujeitos da pesquisa a olharem para si mesmas, a refletirem sobre um cotidiano constantemente desafiador na interação com as relações de poder e com os sujeitos demandatários de serviços.

Mesmo após o áudio ser desligado, os diálogos se estendiam, pois, as assistentes sociais viam ali um espaço de desabafo, ao compartilhar os dilemas da profissão. É neste processo que supervisor e supervisionado vivenciam uma práxis, ambos refletem sobre suas ações, consolidando a atribuição dada à supervisão de estágio.

Ficou claro que neste processo supervisor e supervisionado vivenciam uma práxis, ambos refletem sobre suas ações consolidando a atribuição dada a supervisão de estágio. Ao supervisor de campo a oportunidade de se inserir no ambiente acadêmico, de poder compartilhar as experiências, no fortalecimento deste espaço de troca e a interlocução crítica, principalmente quando elas se transformam em saberes necessários para o enriquecimento dos supervisores de estágio.

Neste trabalho, as intervenções foram marcadas por emoções e afetos. Para Iamamoto (2015), inevitavelmente perpassamos por tensas relações decorrentes da dimensão do trabalho útil e ao mesmo tempo abstrato, ao ser vivenciado pelos sujeitos.

Assim, as situações vividas nesta pesquisa relativas à criança e ao idoso foram analisadas na sua dimensão universal e em suas especificidades, mostrando o quanto a realidade do nosso objeto de trabalho é manifestação da questão social, que permeia as atividades dos sujeitos desta pesquisa.

Quanto ao aluno-estagiário, foi demonstrada a importância de prepará-lo para ser capaz de compreender o significado da profissão, ter conhecimento das vulnerabilidades e começar a aprender como superar os desafios inerentes ao cotidiano profissional.

Aos supervisores, o desafio se configura em trabalhar a fragilização e o fortalecimento vinculados ao processo de ensino-aprendizagem, revelando que angústias afloram diante de uma realidade e de uma finalidade a ser alcançada.

É importante reconhecer que as emoções e os afetos estão presentes e atravessam a cotidianidade do exercício profissional, portanto eles não podem ser excluídos do debate, sobretudo nas oficinas de estágio.

Por fim, como contribuir para a formação do outro se configura como um grande desafio. As colocações das supervisoras revelaram que assumir a supervisão de campo é um compromisso complexo.

O abandono, concebido como um afeto, perpassa toda essa trajetória. Não restrito aos sujeitos desta pesquisa, ele também envolve o estagiário, quando este aprende na prática o que não estava prescrito, incluindo neste cenário as emoções e os afetos que atravessam a natureza profissional.

Todos os conceitos contidos nesta pesquisa refletem a realidade do campo da experiência e estes não podem secundarizar essa discussão, porque o produto de nosso trabalho é nossa objetivação no mundo.

“Pensemos na riqueza de nossas memórias profissionais, em sua poética e, ao mesmo tempo, em sua densidade”... (MARTINELLI, 1997, p. 23).

O que chama a atenção a mim não necessariamente chama ao outro...

A verdade é que toda escolha pressupõe uma seleção e, conseqüentemente, um silêncio sobre uma série de outros elementos. Ao verbalizar a atividade por meio da linguagem, foi possível reviver a experiência para criar uma nova experiência, por isso o coletivo torna-se indispensável para o trabalho, pois este nos permite aumentar o raio de ação.

Nas reflexões de Kostulsky (2019), é graças ao diálogo que eu vejo a experiência do outro, e a possibilidade de incorporá-la. Poder pensar no agora, reviver o passado e projetar o futuro. A contradição do diálogo é importante, porque ele viabiliza rever, reavaliar e reorganizar a atividade.

Estas reflexões tornam-se importantes ao considerar que é no presente que as contradições aparecem. A realidade é feita de relações entre sujeitos e entre esses e seus contextos.

Tais relações possibilitam formação e incessante modificação dos sujeitos e dos contextos, sendo esse o grande motor da história visto sob o materialismo histórico e dialético de Marx. Dessa forma, as modificações tornam-se bilaterais. Enquanto o contexto modifica o indivíduo, esse, por sua vez, modificado, modifica a sua realidade.

O Serviço Social trabalha, de maneira empática, com a realidade e o indivíduo na sua complexidade, possibilitando ao profissional se ver a partir do lugar do outro. Valores, contextos, gestos e falas podem ser percebidos na perspectiva da visão do outro.

Quando nos colocamos no lugar do outro, alcançamos traços inalcançáveis do seu lugar contextual, em que há, então, situações percebidas que anteriormente não eram. Assim sendo, temos o excedente de visão, conceito de Bakhtin para explicar a acessibilidade momentânea de aspectos materiais ou imateriais próprios de um indivíduo quando esse mergulha na subjetividade do outro.

Esta pesquisa me proporcionou chegar a este conceito. O assistente social, a partir de suas sucessivas intervenções, cria um excedente de visão que se torna em incessante modificação e crescimento, indispensáveis para o trabalho coletivo, principalmente o coletivo que se forma entre professores supervisores e alunos estagiários em processo de formação profissional.

REFERÊNCIAS

ANJOS, D. D. **A profissão docente em questão: gênero de atividade, gênero de discurso e habitus** Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

ANJOS, D.D. SMOLKA, A.B. BARRICELLI, E Atividade de pesquisa, atividade de ensino: a atividade do intervenant no campo da educação. **Horizontes**, v. 35, n. 3, p. 133-145, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. (ABEPSS). **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, DF: CFESS, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996, Rio de Janeiro, nov.1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL.(ABESS). **Diretrizes curriculares**, 2014. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em: abril 2020.

ANTUNES, R. Anotações de palestra realizada em 2018.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROCO, M. L. S. Materialidade e potencialidades do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros. *In*: BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena (orgs.). **Código de ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BATISTA, M.; RABELO, L. Imagine que sou seu sócia... Aspectos técnicos de um método em clínica da atividade. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 1-8. 2013.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSCHETTI, I. Trinta anos do Congresso da Virada. Diário de Campo. **Revista eletrônica Diário de Campo: pensar e discutir serviço social**, 2009. Disponível em: <<https://diariodecampo.wordpress.com/2009/11/01/30-anos-do-congresso-da-virada-2>>

Acesso em: abril 2020.

BOSI, E. **Narrativas sensíveis sobre grupos fragilizados**. 1979 Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2014/04/24/ecllea-bosi-narrativas-sensiveis-sobre-grupos-fragilizados/>>. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Diário Oficial da União, ano CXXVI, n. 191-A, 1988.

_____. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. SUAS: configurando os eixos de mudança, **Capacita Suas**. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.

_____. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2008.

_____. **Lei nº 12.010**, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código

Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Proteção Social Básica. **Orientações Técnicas**. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2009b.

BURIOLLA, M.A. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CONCEIÇÃO, C.L.; Rosa, R.P.; Silva, C.O. A clínica da atividade no Brasil: por uma outra psicologia do trabalho, **Horizontes**, v.35, p. 23-37, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: março 2020.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fafrefactum, 2010.

_____. Diálogos na perspectiva histórico cultural: interlocuções com a clinica da atividade. **Psicol. Esc. Educ**, Maringá, v. 20, n.3, set./ dez, 2016.

_____. A interfuncionalidade dos afetos, das emoções e dos sentimentos: o poder de ser afetado e o poder de agir. *In*: LEITE, L.B.; SMOLKA, A. B.; ANJOS, D.D. **Diálogos na perspectiva histórico-cultural**. Campinas: Mercado de Letras, 2016.

_____. Clínica da atividade. **Horizontes**, v. 35, n. 3, p. 18-22, 2017.

CRISTOFOLETI, R. D. **A supervisão de estágio: interlocuções sobre a inserção de professores em formação nas escolas de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental**. Tese (Doutorado em Educação) - Unicamp, Campinas, SP, 2015.

DINIZ, T.M. O estudo de caso. *In*: MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa um instigante desafio**. São Paulo: Veras, p. 129, 2012.

FALEIROS, V. de P. Serviço Social: questões presentes para o futuro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 9-39, abr. 1996.

_____. Estratégias em Serviço Social, 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social e Sociedade**, p. 706-722, 2014.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. *In*: NÓVOA, António; FINGER, M. (orgs.). O método (auto)biográfico e a formação Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988. p. 17-34

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização. **Marx e o Marxismo**.v.5, p.45-67, 2017.

FREITAS, M. T. de A. **Vigotski e Bakhtin. Psicologia e educação: Um intertexto**. São Paulo: Ática, 1994.

GUERRA, I. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 62, p. 5-34, 2000.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). Divulga as Estimativas de População dos municípios para 2018, 2018.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In*: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.341-376.

KOIKE, M.M.S. Notas sobre ética profissional da Assistente Social. Serviço Social e Sociedade, n. 43. São Paulo: Cortez, dez, 1993. (Discurso proferido no 1º Jubileu de Ouro da ABESS em nov 1996).

KOSTULSKY, K. Anotações de palestra realizada em 2019.

LEITE, L.B.; SMOLKA, A.B.; ANJOS, D.D. (orgs). **Diálogos na perspectiva histórico-cultural**. Campinas: Mercado de Letras, 2016.

LEWGOY, A. M. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, E.M. Resenha do livro A função psicológica do trabalho de Yves Clot. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, p. 109-114, 2005.

_____. Contribuições da clínica da atividade para o campo da segurança do trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, p. 99-107, 2007.

_____. Trabalho e poder de agir. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, p. 150-152, 2011.

MAGIOLINO, L.L. A significação das emoções no processo de organização dramática do psiquismo e de constituição social do sujeito. **Psicologia & Sociedade**, n. 26, p. 48-59, 2014.

MARTINELLI, M. L. A nova identidade profissional. **Serviço Social Hospitalar**, v. 4, n. 1-97. p. 21-25. São Paulo, Coordenadoria do Hospital das Clínicas, FMUSP. 1997.

_____. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

_____. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELATTI, K. Relatório de gestão. **Jornal do CRESS-SP**, n. 84, p. 5, jul./ago./set. 2016.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIOTO, R, C, T. A centralidade da família na política de Assistência Social: contribuições para o debate. **Revista de Políticas Públicas**, v. 8, n. 1, 2004. I ISSN 2178-2865 (online).

MOLON, S.I. Questões metodológicas de pesquisa na abordagem sócio histórica. **Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v.11, n.1, p. 56-68, jan./ jun. 2008.

MOTA, A.E. Reestruturação produtiva e Serviço Social. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, UFRJ, v. 1, n.2, 1. sem. 1999.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: NETTO, J. P. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, p.01-22, 1999.

_____. Cinco notas a proposito da questão social. **Revista ABEPSS**, ano II, n. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001.

_____. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 84, ano XXVI, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

_____. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, M. L. de O. (org.). **Serviço Social no Brasil: História de resistência e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

OSÓRIO, C. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2013, vol. 16, n. especial 1, p. 121-131. Oficinas de fotos: experiências brasileiras em clínica da atividade Claudia Osorio I, 1 , Ariele Binoti Pacheco II, 2 e Maria Elizabeth Barros de Barros II, 3

PASSEGGI, M. C. A experiência em formação. **Educação**, v. 34, n. 2, p. 147-156, 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84819058004>.

PIANA, M.C. **A construção do perfil do Assistente Social no cenário educacional**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp, Franca, , 2008.

PIMENTA, S.G.; LIMA, M.L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, p. 5-24, 2005-2006.

PINHEIRO, F.P.; COSTA, M.F.; MELO, P.B.; AQUINO, C.A. Clínica da atividade: conceitos e fundamentos teóricos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, p. 110-124, 2016.

REIS, M. B. M. dos. A política nacional de fiscalização e o estágio como espaço de aprendizagem do exercício profissional. *In: ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS*, 32, **Anais [...]**, Salvador, 2003.

RIOS, T. A. **Ética e competência**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SAWAIA, B.B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação. **Psicologia & Sociedade**, p. 364-272, 2009.

SILVA, E.G. **Serviço social e a ação sócio-pastoral da igreja católica**: assistência, promoção humana e emancipação social. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOARES, F.L.R. Resenha do livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, de Eclea Bosi. **Revista Mosaico**, v. 9, n. 1, p. 50-52, jan./jun.

SPOSATI, A. Anotações de palestra realizada em 2015.

_____. Qual política de assistência social queremos defender no contexto de crise do capital? **Argumentum**, v.8. p. 6-15, 2016.

TAVARES, M.A. Marx, Marxismos e Serviço Social. **Revista Katályses**, Florianópolis, v.16, n.1, p. 09-11, jan./jun. 2013.

TINTI, É C. Formação profissional em Serviço Social no Brasil e trabalho profissional. *In: Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 75-96. ISBN 978-85-7983-655-8.

VELOSO, A.M.; BUSARELLO, F.R. Sussurros afetivos: ética e afeto na práxis psicossocial. *In: SAWAIA, B.; ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F. R. (orgs.). Afeto & Comum: reflexões sobre a prática psicossocial*. São Paulo: Alexa Cultural, 2018. p. 81-100.

VYGOTSKI, L. Défectologie et déficiencementale, textes publiés par K. Barisnikov et G. Petitpierre. Lausanne: Delachaux & Niestlé, 1994.

XAVIER, A.; MIOTO, R. C. Reflexões sobre a prática profissional do assistente social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 355 - 365, jul./dez. 2014.

YAZBEK, M. C. **Estudo da evolução histórica da escola de serviço social de São Paulo no período de 1936 a 1945**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

_____ Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

_____ O significado sócio-histórico da profissão. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

_____ Editorial. Serviço Social e pobreza. **Katálisis**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 153-154 jul./dez. 2010.